

# CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2026

NÚMERO 23.028 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

## O cabeça de uma geração



Milla Petrillo/CB/D.A Press



Ed Alves/CB/D.A Press

Ator e diretor de teatro, Neio Lúcio é um dos nomes mais importantes da cultura brasileira desde os anos 1970. Foi ele quem idealizou o Concerto Cabeças, palco para nomes como Cássia Eller e Hugo Rodas. O produtor morreu aos 73 anos e será velado hoje, no Espaço Renato Russo, na 508 Sul.

PÁGINA 18

## CB.Poder

## Ronaldo Caiado

# "Se Bolsonaro tivesse governado bem, Lula não teria sido eleito"

Andrea Nalini/CB/D.A Press



Pré-candidato à Presidência da República pelo PSD, o ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado aposta que o pleito deste ano será um divisor político no Brasil, acabando com o embate entre bolsonaristas e petistas. "Vamos romper as bolhas da polarização. O Brasil não pode continuar vivendo esta situação na

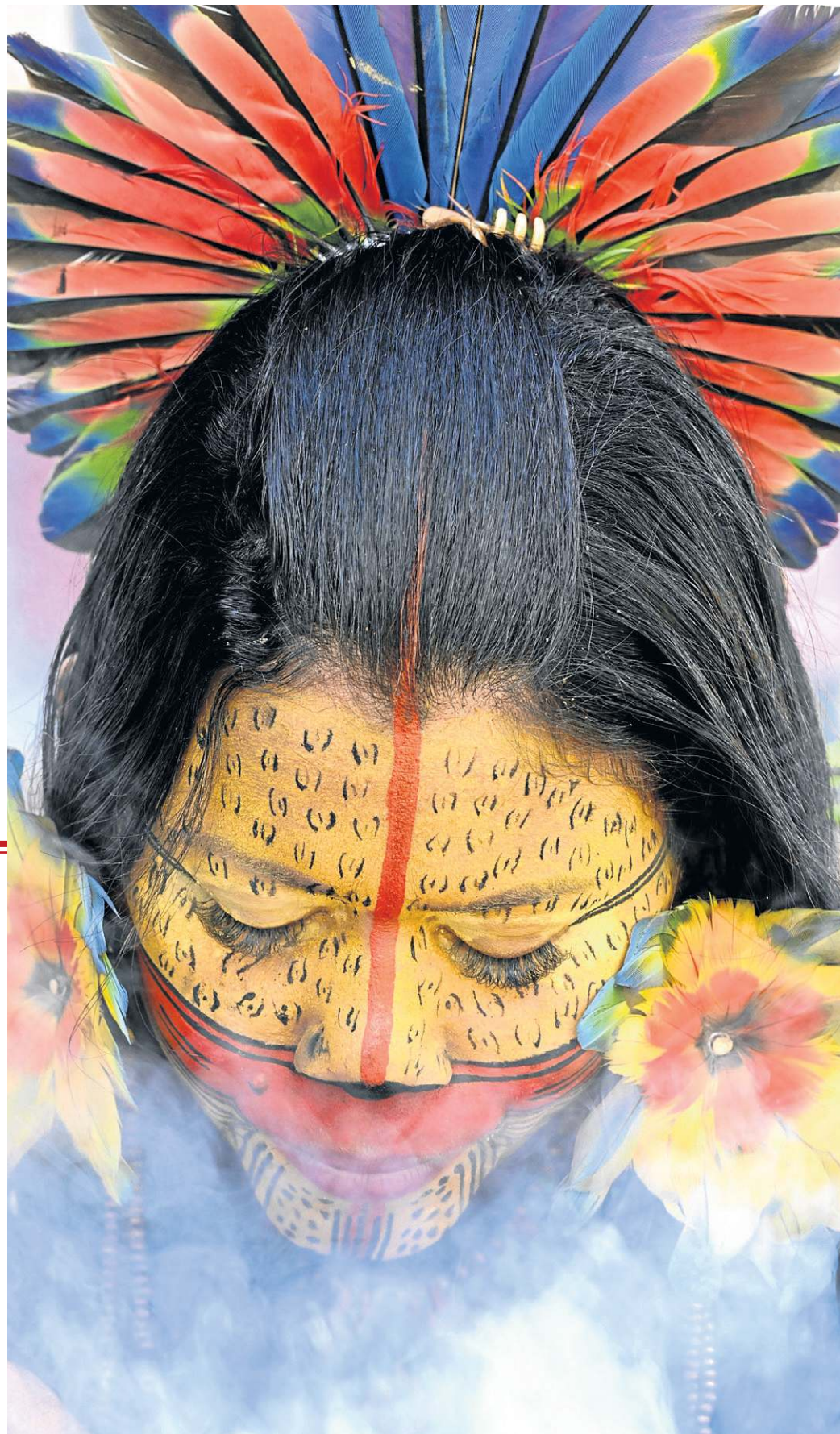
qual não se discutem temas relevantes para a vida das pessoas", disse Caiado em entrevista ao programa CB.Poder. Ele fez duras críticas a Lula e classificou o atual governo como "acéfalo", com falhas gravíssimas na economia, na saúde e na segurança pública. Mas o goiano também criticou o aliado Jair Bolsonaro,

cuja gestão no Planalto teve "vários erros", avaliando que a volta do petista ao poder ocorreu por falhas na gestão do ex-presidente. Para chegar ao cargo mais alto do Executivo, Caiado aposta na divulgação de suas conquistas frente ao estado, aprovado por mais de 80% da população, segundo pesquisas.

PÁGINA 2

## Cessar-fogo em risco no Oriente Médio

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Israel faz bombardeio maciço no Líbano, com centenas de vítimas. Irã alega violação da trégua firmada na véspera, fecha de novo o Estreito de Ormuz e fala em revide. PÁGINA 9

## Celina Leão: "BRB vai retomar sua vocação"

O Correio ouviu analistas para avaliar os rumos do Banco de Brasília após a auditoria que tenta desvendar os erros que levaram a prejuízos bilionários nas negociações com o Master. Em evento com o setor produtivo, a governadora foi otimista com a recuperação da instituição estatal. "Vai voltar à vocação dele, que é ser um banco regional e cuidar das pessoas do DF e das mulheres?". PÁGINA 13

## Galípolo defende sigilo

Em depoimento à CPI do Crime Organizado, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, explicou a regra do sistema financeiro acerca das informações sobre a liquidação do Banco Master. PÁGINA 7

## Direito & Justiça

### Internet além da vida

Juristas e especialistas debatem sobre o destino dos perfis de pessoas falecidas nas redes sociais: há o direito de acesso às informações?



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**Pelas ruas** — Maratona de Brasília completa 35 anos com boas novidades. Epitácio Júnior (de branco) fundou o Grupo de Primeira para incentivar a participação em provas.

PÁGINA 17

### Justiça

Moraes quer acelerar mudança de regras da delação premiada

PÁGINA 4

### Feminicídio

Soldado que matou cabo no quartel vai a júri popular

PÁGINA 14

### Luta por espaço nas decisões

No terceiro dia do Acampamento Terra Livre, indígenas reunidos em Brasília debateram a urgência por mais representatividade no Congresso Nacional. O crescimento da "bancada do cocar" é uma das metas dos povos originários.

PÁGINA 6

**MARATONA BRASILIA 2026**

INSCREVA-SE JÁ!  
[brasilcorrida.com.br](http://brasilcorrida.com.br)

4 DIAS DE COMPETIÇÃO  
18, 19, 20 E 21 DE ABRIL





» Entrevista | RONALDO CAIADO (PSD) | PRÉ-CANDIDATO À PRESIDÊNCIA

## “Vamos romper as bolhas da polarização”

Ex-governador diz que o pleito “será um divisor” no embate entre petismo e bolsonarismo e enfatiza suas conquistas à frente de Goiás. Ele chama o governo federal de acéfalo e sustenta que Lula só retornou ao Planalto por causa dos “vários erros” de Bolsonaro

» CAETANO YAMAMOTO\*

O ex-governador de Goiás Ronaldo Caiado se declara um político de entregas. Recém-filiado ao PSD, ele apresenta as conquistas que obteve no comando do estado como credenciais para se lançar pré-candidato à Presidência da República. “Acredito que a eleição de 2026 será um divisor e que vamos romper as bolhas da polarização. O Brasil não pode continuar vivendo esta situação na qual não se discutem temas relevantes para a vida das pessoas”, afirmou aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. A entrevista abre a série de sabinas que o Correio fará com pré-candidatos à Presidência.

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, Caiado admitiu que houve “vários erros” na gestão do político do PL. “Se ele tivesse governado bem, o Lula não teria sido eleito”, enfatizou.

Caiado não poupou críticas à polarização e classificou o governo federal de “acéfalo”, que, segundo ressaltou, só discute a polarização. “Não está preocupado com educação, com saúde, com segurança pública, nem com a dívida das pessoas.” Também disse que nos governos do PT “a grande evolução no Brasil foi a das facções criminosas; o PCC e o Comando Vermelho são as maiores multinacionais brasileiras”. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**O que o senhor traz de novo? O que o eleitor pode esperar do seu programa de governo, especialmente na área da economia?**

O que eu trago de novidade é dizer que sou um político que não é de “likes” nem de polarização. Sou um político de entregas. Se cheguei ao patamar hoje de ser reconhecido com índices que oscilam de 85% a 88% no meu estado foi porque me preocupei em atender as pessoas e dar a dimensão de que Goiás precisava, tirando-o da corrupção e da criminalidade. É o primeiro lugar na educação, o primeiro lugar na inteligência artificial e na transparência dos gastos públicos. Temos os programas sociais que mais emancipam e obras de investimento, tendo um percentual do orçamento mais alto que já se viu no meu estado, resgatando o equilíbrio fiscal. É lógico que a segurança pública deu o alívio da governabilidade e, a partir daí, fomos avançando em cada área.

**O governo federal está muito preocupado com o aumento dos preços dos combustíveis provocado pela guerra no Irã. Qual é a sua avaliação?**

Não há nada que ateste mais a incompetência do governo do que essas crises recidivantes no problema de combustível, porque o Brasil tem hoje toda a nossa bacia petrolífera explorada. Temos o pré-sal e a capacidade de produzir energia e combustíveis próprios. Em Goiás, por exemplo, eu já estou produzindo biometano nas usinas de lixo e nas usinas de cana-de-açúcar,

Andrea Nalini/CB/D.A Press



**Acho que o Bolsonaro cometeu vários erros. Se ele tivesse governado bem, o Lula não teria sido eleito”**

com a finalidade de ser o combustível mais sustentável que existe no mundo. A minha frota na região metropolitana de Goiânia circula toda com biometano. O Brasil, até hoje, não foi independente do ponto de vista de combustíveis porque realmente não teve uma política de continuidade. Como nós fizemos etanol e fizemos biometano, podemos avançar no diesel, em 15% de biodiesel, e na gasolina, em até 35% de etanol. Não temos uma refinaria hoje que funcione para atender a toda essa nossa produção de pré-sal, que é combustível fóssil, mas é um combustível leve, diferente dos outros poços de petróleo do Brasil. Então, você tem toda uma mudança de conceito na qual o Brasil ficou parado. O país não avançou em tecnologia, em inovação, nem em independência. Hoje, temos independência alimentar, mas não temos independência de produção de combustíveis nem de energia.

**Como avalia a proposta do governo de subvenção em relação aos combustíveis?**

É um assalto aos estados e municípios. Assalto. Sabe por quê? Porque o governo nunca viu o que está ganhando de royalties hoje com o barril de petróleo a esse preço. O que ele está faturando de royalties hoje merece ser calculado dentro de planilhas corretas; uns falam um número, outros falam outro, e há quem fale em até R\$ 50

bilhões. Do ponto de vista alimentar, é a única coisa que o PT combateu a vida toda e é o único setor no qual somos mundialmente respeitadas. Portanto, é um governo acéfalo; que se preocupa em discutir a polarização. Ele não está preocupado com educação, com saúde, com segurança pública, nem com a dívida das pessoas. Os números são estratosféricos. Uns falam que 50% do que a pessoa recebe por ano já está comprometido com dívidas. Outros dizem que 80% das famílias brasileiras estão endividadadas. O governo diz: “Ah, eu vou fazer o Desenrola e vou pegar um outro programa para tentar resolver”. Mas como você vai resolver se a causa determinante é uma taxa de juros de 14,75%? É um falso positivo. “Eu vou dar para você, vou liberar o FGTS, vou fazer uma linha de crédito”; só que a pessoa vai quitar aquilo e, em pouco tempo, o cartão de crédito ou o empréstimo dela estará em 14,75% ou chegará a 22% ou 25% no mercado.

**O governo é responsável por essa taxa? Não é o Banco Central?**

Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Zero. Isso é importante: o Banco Central simplesmente controla um processo no qual o governo é o maior tomador do dinheiro. Juros são exatamente o preço que você paga pelo dinheiro. Ora, se o governo é o que mais se endivida...

**Então, é o governo que leva o Banco Central a tomar essa atitude?**

Lógico. O Banco Central é obrigado a tomar medidas para conter aquilo em que o governo é irresponsável, perdulário e gastador. Você vê que ele aumentou a dívida brasileira, em três anos, em R\$ 870 bilhões. A dívida brasileira era 72% do PIB e hoje é quase 80%. Onde ele buscou esse dinheiro? No mercado. O que o Banco Central tem de fazer? Ou você controla seu gasto, ou teremos de aumentar a taxa de juros, porque o risco hoje é muito alto, e ninguém quer emprestar.

**Essa bomba fiscal vai estourar em 2027, independentemente de quem ganhar.**

Sim, mas foi o que houve no governo Dilma 2. O modelo petista é o mesmo. A Dilma sacrificou quatro milhões de empregos com tudo aquilo que fez no seu primeiro mandato. Quando chegou ao segundo mandato, ela viu exatamente isso. Só que agora o Lula foi tão gastador, populista e totalmente irresponsável com as contas públicas, porque não se governa sem equilíbrio fiscal.

**Bolsonaro fez também, não é?**

Não, veja bem. Eu acho que o Bolsonaro cometeu vários erros. Primeiro lugar: se ele tivesse governado bem, o Lula não teria sido eleito; nisso eu concordo. Agora,

você só viu a dívida/PIB aumentar no governo dele durante a pandemia. Quando ele entregou o governo, a proporção dívida/PIB era de 72%. Houve um acréscimo da dívida, e todos os países do mundo tiveram, em decorrência dos gastos no combate à pandemia.

**Quem será o seu ministro da Fazenda?**

Eu tenho escutado muito, mas sempre com o respeito que tenho. Não me arvore aqui, não vou posar como aquele que sabe tudo. Tenho sensibilidade, como demonstrei ao governar Goiás. As mudanças que precisam ser feitas são claras, não há grandes descobertas. É preciso fazer reformas, como eu fiz. Recebi um estado com R\$ 11 milhões em caixa, R\$ 6,8 bilhões em dívidas imediatas e R\$ 17 bilhões em dívidas consolidadas. Entrego o governo hoje com R\$ 9,8 bilhões em caixa, pagando tudo em dia. Educação em primeiro lugar, saúde regionalizada, segurança pública com tecnologia e inteligência artificial, avanços na área ambiental. Tudo isso é desenvolvimento do estado onde se tem gestão e cuidado com o gasto público. Não roubando e não deixando roubar, o estado se transforma.

**Como médico, o senhor teve uma postura completamente diferente do governo Bolsonaro, o qual apoiava, na pandemia. O que**

**pretende trazer de novo nessa área?**

Sou médico e tenho um orgulho enorme da minha formação de cuidar das pessoas e salvar vidas. Esse é o maior patrimônio que tenho como governador. Fui o primeiro a decretar o isolamento social no país e a enfrentar o processo, dizendo que iríamos para a vacinação e para o isolamento para salvar vidas e recuperar a economia. Está aí: Goiás hoje apresenta o maior percentual de crescimento do país. Mantive a minha coerência como médico e ser humano que respeita a vida. Sobre a saúde em Goiás, ela era centralizada apenas em Goiânia, Anápolis e Aparecida. Um cidadão que morava na divisa do Tocantins provavelmente não chegaria com vida ao atendimento, ocorrendo o que chamamos de mortes evitáveis. Eu regionalizei a saúde com oito novos hospitais de média e alta complexidade para atender a essas regiões.

**E a segurança pública? Há a PEC da Segurança, que o senhor, inclusive, colocou como seu cartão de visitas.**

A PEC do Lewandowski e do Lula foi “enterrada”. Eles queriam tirar dos governadores a prerrogativa de decidir sobre a segurança nos estados. O texto atual preservou essa condição e impôs ao governo federal que não houvesse discriminação nos repasses. Isso é o que há de mais importante hoje para enfrentar o crime organizado. Nos cinco mandatos do PT, a grande evolução no Brasil foi a das facções criminosas; o PCC e o Comando Vermelho são as maiores multinacionais brasileiras. Isso descredita a estrutura do Estado. Acredito que a eleição de 2026 será um divisor e que vamos romper as bolhas da polarização. O Brasil não pode continuar vivendo esta situação na qual não se discutem temas relevantes para a vida das pessoas.

**O senhor mencionou que, sendo eleito, assinaria um indulto para todos os envolvidos no 8 de Janeiro. Qual a leitura que faz disso?**

Imagine que você assume a Presidência da República — e eu não estou inovando, estou fazendo o que Juscelino Kubitschek fez, estou copiando o JK. Certo? Juscelino sofreu realmente uma tentativa de golpe; a Aeronáutica se rebelou para derrubá-lo, no famoso episódio de Jacareacanga, e ele superou aquilo. Se Juscelino Kubitschek fosse polarizar naquela hora, dizendo “sou vítima” ou algo do tipo, não teria agido como agiu. Ele traçou uma linha e disse: “De hoje em diante, acabou a brincadeira, e vamos trabalhar”. Ele foi o estadista, que teve um plano de governo com metas reais. Depois disso, o Brasil entrou em um “enguxo gelo”. E fica essa discussão rasteira, pobre e, pode-se dizer, burra. O Brasil não pode retroagir. Eu sou democrata na essência: já ganhei e já perdi. Nunca contestei a votação. Isso é democracia. Não podemos regredir e ficar nesse debate primário e primitivo.

\*Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

## ELEIÇÕES NO RIO

## Com placar empatado, STF retoma julgamento

Zanin vota para que população escolha o governo-tampão do estado. Fux diverge

» IAGO MAC CORD

O primeiro dia de julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), sobre as eleições no Rio de Janeiro para um governo-tampão — após a renúncia de Cláudio Castro (PL) — foi marcado pela divergência de entendimento entre os ministros Cristiano Zanin e Luiz Fux, os primeiros a votar. A Corte analisa se o pleito será direto ou indireto — pela Assembleia Legislativa do estado (Alerj). A sessão será retomada hoje.

Fux votou pela validade da eleição indireta, fundamentando sua decisão na competência dos estados para legislar sobre a vacância de cargos por causas não eleitorais no segundo biênio do mandato. O ministro destacou que a Constituição Federal assegura essa prerrogativa aos entes federativos.

O magistrado também votou para que o voto, na Alerj, seja secreto. Ele argumentou que a realidade de segurança pública do Rio de Janeiro exige uma proteção excepcional aos parlamentares.

“É fato notório que a violência política tem se alastrado no território fluminense, resultando no assassinato de 43 políticos nos últimos 20 anos, sendo 2/3 desses crimes cometidos em anos eleitorais”, frisou. “Não é possível conceber um cenário de plena liberdade de escolha pelos membros do Parlamento local nas eleições indiretas com escrutínio aberto, pois estariam sujeitos a reações violentas e a todo tipo de constrangimento.”

Fux reforçou que, embora a publicidade seja o padrão no Legislativo, o cenário fluminense justifica o sigilo para evitar a coação por milícias e narcotraficantes.

Quanto à desincompatibilização, o ministro validou o prazo de 24 horas após a vacância, afirmando que a exigência de seis meses “restringiria indevidamente a participação de diversos atores políticos” e poderia gerar uma “acéfalia total” na administração estadual.

Em sentido oposto, Zanin votou pela realização de eleições diretas. O magistrado sustentou que a vacância no Rio não decorreu de motivos meramente administrativos, mas, sim, de uma manobra para evitar os efeitos de uma cassação iminente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Zanin detalhou que a renúncia do então governador do Rio, Cláudio Castro, ocorrida em 23 de março — véspera do desfecho do julgamento no TSE —, configurou um desvio de finalidade.

“É evidente que a renúncia do governador Cláudio Castro foi realizada em uma tentativa de burla às consequências do julgamento que foi realizado no Tribunal Superior Eleitoral. A renúncia ocorrida na véspera do julgamento não tem o condão de afastar os aspectos eleitorais que levaram à vacância dupla”, destacou.

Para o ministro, quando a vacância tem natureza eleitoral, a competência passa a ser privativa

Antonio Augusto/STF



Fux e Zanin foram os únicos a votar sobre as eleições no Rio de Janeiro. Julgamento será retomado hoje

## Saiba mais

## Tendência é de votação pela Alerj

Em qualquer cenário, os novos ocupantes do Palácio Guanabara ficarão no cargo até 31 de dezembro, já que o próximo governador, que cumprirá mandato integral, será eleito em outubro por voto direto, como ocorre em todo o país.

A possibilidade de os ministros optarem pela votação conduzida pelos deputados

estaduais está mais forte no STF. O principal motivo é a logística necessária para se planejar duas eleições para governador no mesmo ano no Rio.

Em 27 de março, o ministro Cristiano Zanin suspendeu liminarmente a realização de eleições indiretas para o cargo. Na mesma decisão, pediu destaque no julgamento por voto direto, sob relatoria do ministro Luiz Fux, que discute as regras para a eleição ao governo do Rio. São essas duas ações que passam pelo escrutínio dos ministros.

## Memória

## Renúncia e condenação

Em 24 de março, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro e o declarou inelegível até 2030. Ele também teria o mandato cassado, mas renunciou ao cargo um dia antes do julgamento. A ideia era disputar uma vaga no Senado, caso não fosse condenado e declarado inelegível.

Segundo a acusação, a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos (Ceperj) e a

da União, aplicando-se o Código Eleitoral, que prevê o voto direto quando o prazo remanescente do mandato for superior a seis meses. Zanin foi enfático ao rejeitar a tese de que a renúncia “limpava” o processo.

“A renúncia de mandato para evitar a cassação não pode servir como instrumento para alterar a forma de escolha do sucessor, sob pena de premiar a fraude à lei e ao sistema democrático. O precedente da ADI 5525 reafirma que



A renúncia de mandato para evitar a cassação não pode servir como instrumento para alterar a forma de escolha do sucessor, sob pena de premiar a fraude à lei e ao sistema democrático”

Cristiano Zanin, ministro do STF

apenas a União legisla sobre extinção de mandatos por motivos eleitorais”, disse.

Divergindo de Fux também no rito, Zanin votou pela obrigatoriedade do voto nominal e aberto na Alerj para garantir a transparência, caso a tese da eleição indireta prevaleça.

O julgamento contou com apertados dos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino, que demonstraram preocupação com o precedente de permitir que renúncias de “última hora” alterem o rito sucessório. Moraes questionou se “permitiríamos que aqueles que estão para ser cassados jogassem com essa possibilidade de renúncia” para escolher seus sucessores via Legislativo.

Atualmente, o estado é governado interinamente pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Ricardo Couto.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

## Novas revelações constroem Moraes ainda mais no julgamento do Master

As novas revelações envolvendo o Banco Master e seu controlador, Daniel Vorcaro, complicaram ainda mais a posição institucional do ministro Alexandre de Moraes no julgamento de um dos maiores escândalos financeiros recentes do país. Objetivos, volumosos e politicamente sensíveis, os fatos são teimosos e transcendem a esfera pessoal. O que está em jogo é a credibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF). Documentos fiscais enviados à CPI do Crime Organizado revelam que o escritório de advocacia da advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro, recebeu R\$ 80.223.653,84 do Banco Master entre fevereiro de 2024 e novembro de 2025. Trata-se de uma média mensal de aproximadamente R\$ 3,6 milhões, em 22 pagamentos praticamente idênticos, formalmente declarados à Receita Federal pelo próprio banco.

Como são recursos contabilizados, não houve informalidade, ou seja, caixa dois, mas isso não resolve o problema político-institucional. A prestação de serviços advocatícios é atividade lícita, mas o contrato do escritório Barci de Moraes constrange o ministro do STF. As investigações sobre as fraudes do Banco Master, devido aos desdobramentos diretos sobre o Supremo, já provocaram o afastamento do ministro Dias Toffoli (declarou-se impedido) da relatoria do caso, no qual foi substituído pelo ministro André Mendonça.

Outros fatos também geram constrangimentos e reforçam a percepção de proximidade entre o núcleo decisório do banco e o entorno do ministro. Documentos indicam que Moraes supostamente utilizou, ao menos em oito ocasiões, aeronaves vinculadas a empresa ligada a Vorcaro entre maio e outubro de 2025. Por nota, o gabinete do ministro afirmou que ele “jamais viajou em nenhum avião de Daniel Vorcaro ou em sua companhia e de Fabiano Zettel, a quem nem conhece”. O texto, contudo, não fez comentários sobre voos em aeronaves que pertencem à empresa que era de Vorcaro. O gabinete do ministro não se manifestou sobre o voo no dia anterior a uma reunião com o dono do Master.

Desde que Moraes passou a integrar a mais alta instância do Poder Judiciário, em março de 2017, o ministro e a mulher tiveram aumento de 266% do patrimônio imobiliário, segundo o jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, o casal possui 17 imóveis, avaliados em R\$ 31,5 milhões. Nos últimos cinco anos, o casal teria investido R\$ 23,4 milhões na compra de imóveis em Brasília e em São Paulo, todos eles à vista. As informações foram reveladas pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), relator da CPI do Crime Organizado.

O caso Master não desgasta apenas o Supremo, a rede de contatos estabelecida pelo banco junto a figuras centrais da política e da economia alimenta muitas especulações sobre a delação premiada que o banqueiro Daniel Vorcaro negocia com o ministro André Mendonça. Entre 2023 e 2025, foram identificados cerca de R\$ 65 milhões repassados a escritórios e empresas ligados a nomes como Michel Temer (R\$ 10 milhões), Henrique Meirelles (R\$ 18,5 milhões), Guido Mantega (R\$ 14 milhões), além de pagamentos a ACM Neto, Antonio Rueda e Fabio Wajngarten.

## Saia justa

Todos os contratos têm regularidade contratual, o que descarta a hipótese penal, porém, permanece a questão da ética pública e das aparências institucionais. O Banco Master não operava apenas como instituição financeira, mas como um hub de conexões com o sistema político e jurídico. Nesse contexto, o envolvimento de ministros e seus familiares com o banqueiro cria grande embaraço para o Supremo. É inevitável a comparação com os julgamentos relacionados aos atos de 8 de janeiro, no qual Moraes teve grande protagonismo e consolidou a tese do “conjunto da obra”, na qual indícios, vínculos indiretos e contextos ampliados foram utilizados para fundamentar condenações severas.

Não é o que ocorre no caso Master, no qual a exigência de provas estritamente objetivas de ilegalidade para qualquer avanço investigativo alimenta críticas e fragiliza a narrativa de imparcialidade, embora esse posicionamento “garantista” esteja lastreado no “devido processo legal”. Moraes está numa saia justa: sua participação em julgamentos relacionados ao caso pode ser juridicamente defensável, mas tem alto custo político para a Corte e para ele próprio.

Não por acaso, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria aconselhado o ministro a preservar sua biografia e se declarar impedido de julgar o caso. É que o problema já extrapolou os limites do debate técnico e compromete a legitimidade institucional, no contexto do grande mal-estar entre acadêmicos e juristas com o interminável inquérito das fake news.

Devido ao risco de o caso Master virar uma grande crise institucional, há grande convergência entre a Procuradoria-Geral da República, a maioria do STF e lideranças do Congresso de circunscrever e conter o avanço de apurações. Essa blindagem institucional visa proteger o establishment político do país, num ano eleitoral no qual a disputa pela Presidência está aberta, embora o presidente Lula seja candidato à reeleição. Em síntese, a distância entre legalidade e legitimidade só aumenta.

FUNCION  
NALIDADE  
& BELEZA

LANÇAMENTO

SQNW 105

3 SUÍTES 114,8 m<sup>2</sup> A 251,8 m<sup>2</sup>

ACCESSE E SAIBA MAIS

Paulo Octavio

CITROËN

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Bruno Dantas e o BRB

Nem o ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), escapou das garras do Banco Master. Ele contou à coluna que há algum tempo seu gerente do BRB fez a proposta de aplicar um recurso parado, algo em torno de R\$ 40 mil, num CDB que iria render 140%. Quando o escândalo estourou, ele foi atrás para saber onde o dinheiro estava investido. Aí que descobriu tratar-se do Master. Já foi restituído pelo Fundo Garantidor de Crédito, mas ficou a lição: quando o ganho é demais, o santo desconfia.

## Segurar o rombo

Deputados e bancos não conseguem chegar a um acordo sobre o projeto batizado de “resoluções bancárias”, que trará novas regras para o sistema financeiro, a fim de evitar um “vale a pena ver de novo” do escândalo do Master. O deputado Mauro Benevides Filho (União-CE), por exemplo, quer propor que a prioridade seja o uso do patrimônio dos banqueiros como forma de compensar rombos deixados nas instituições. Mas o setor não quer nem saber dessa possibilidade.

## Tesouro Nacional na mira

No atual relatório, a primeira opção é buscar formas de o gestor pagar a dívida, seguida pelos acionistas e, depois, operações de crédito. Contudo, Benevides afirma que se o banco realmente faliu, esses três primeiros caminhos seriam inviáveis, e o empréstimo da União, que está na quarta opção, viraria a primeira, o que prejudicaria o Tesouro Nacional. “Antes do Tesouro, o patrimônio do cara tem que ser usado”, disse Benevides à coluna.

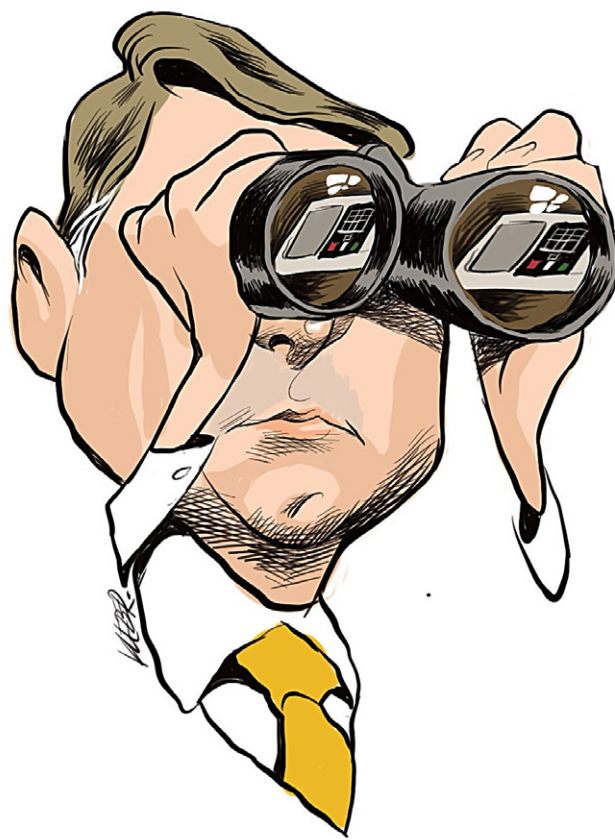
## A aposta do União

Se tem uma região em que o União Brasil jogará todas as suas fichas é o Nordeste. Lá estão 16 dos 51 deputados do partido, sendo cinco da Bahia, onde o PT tem o governo estadual, e o União, a Prefeitura de Salvador. O estado é uma das prioridades eleitorais do partido.

# Uma janela de problemas

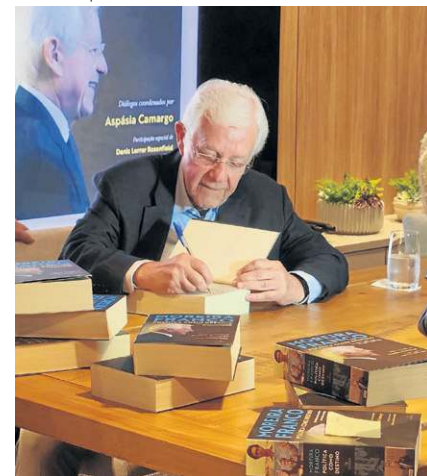
Fechada a janela para troca de partido, a ordem agora entre aqueles que têm candidato à Presidência da República é tentar aparar arestas que ficaram. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-SP) terão que oferecer mundos e fundos à federação PP-União Brasil se quiserem garantir a oficialização da aliança. Daí o aceno para que a deputada Simone Marqueto (PP-SP) ocupe a vaga de candidata a vice na chapa presidencial encabeçada pelo filho 01 de Jair Bolsonaro. Só tem um probleminha nesse movimento: foi feito sem consultar primeiramente os caciques da federação União Progressista. Se Flávio divulgou a reunião com Simone, a fim de colocar o nome dela na chapa como fato consumado, será mais uma insatisfação de aliados a administrar. Não é segredo para ninguém que o senador Ciro Nogueira (PP-PI) acalentava o sonho de ocupar a vice na chapa.

Não foi apenas na ala mais à direita que as mudanças de partido geraram insatisfações. Em almoço na Casa Parlamento, o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), criticou os motivos que levaram muitos a trocar de legenda. “O princípio da fidelidade partidária deveria ser fundamental para acabar com o que nós presenciamos nessa janela — uma esculhambação. Nunca vi nada igual. Negócio feio. Se a sociedade tivesse conhecimento desse bastidor, seria um escândalo. Por que que a sociedade, em geral, é antipolítica? Porque ela vê tudo isso. Um quinto da Casa mudou de partido e você não sabe por que mudou”, disse. O líder deu exemplo de um colega parlamentar que mudou de sigla porque o novo partido teria prometido uma fatia maior do fundo. Pior: a nova legenda não tem nenhuma identidade partidária com o deputado em questão.



## CURTIDAS

Eduarda Esposito/CB/D.A Press



**Horas de dedicatórias/** O ex-governador e ex-ministro Wellington Moreira Franco (foto) ficou quatro horas autografando seu livro *Moreira Franco, a política como destino — Caminhos e descaminhos da redemocratização*, lançado ontem, em Brasília.

**O périplo de Caiado/** O ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, vai a Porto Alegre conversar com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD). A ordem é afastar qualquer ruído de insatisfação do gaúcho com a chapa.

**Por falar em chapa.../** Caiado ainda não definiu o vice ou a vice. Quer alguém que agregue e essa escolha não ficará para depois da Copa do Mundo.

**O sonho de Izalci/** O senador Izalci Lucas (PL-DF) mantém a esperança de ser o candidato do partido ao Governo do Distrito Federal. Ele aposta que a governadora Celina Leão (PP) tem tudo para se desgastar com escândalo do Master, levando Michelle Bolsonaro a abandoná-la. O problema é que, dentro do PL, o plano B para o GDF é a senadora Damares Alves (Republicanos) e não Izalci.

## PODER

Ministro Moraes pede que ADPF impetrada em 2021, que sugere regras mais claras à colaboração, seja julgada ainda este ano

# Ação para regular delação volta à tona

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu ao presidente da Corte, Edson Fachin, que coloque em julgamento, ainda este ano, uma ação apresentada pelo PT que trata dos limites da delação premiada. A consulta do partido foi protocolada em 2021 e, segundo a Corte, não há perspectiva de quando será analisada.

Moraes traz de volta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no momento em que se tornou um dos personagens do caso do Master, liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central devido às fraudes praticadas no mercado financeiro. A mulher do ministro fechou um contrato de consultoria de R\$ 129 milhões com o banco de Daniel Vorcaro — que está preso e negocia um acordo de delação —, além de o próprio magistrado ter viajado em aeronaves de empresas de propriedade do ex-banqueiro.

A ADPF pretende estabelecer

regras mais claras para o instituto da colaboração premiada. O argumento dos advogados do PT, à época, é de que o modelo vigente pode violar garantias como o direito de defesa e a presunção de inocência, além de gerar insegurança jurídica.

Um dos principais pontos questionados na ADPF é a “delação cruzada”. O PT defendia que “as declarações do colaborador premiado, mesmo quando corroboradas por outras delações recíprocas, não poderão ser o único fundamento para ensejar decretação de medidas cautelares reais ou pessoais; decisão de recebimento de denúncia ou queixa-crime; sentença condenatória”, sob pena de violar a presunção de inocência.

A ação também trata da ordem de manifestação no processo. Segundo o pedido, o réu delatado deve sempre falar por último. O texto solicita que seja garantido “ao réu delatado a oportunidade de manifestar-se após o decurso do prazo concedido ao réu que o delatou, sob pena de nulidade absoluta por manifesta violação ao devido processo

legal, contraditório e ampla defesa”.

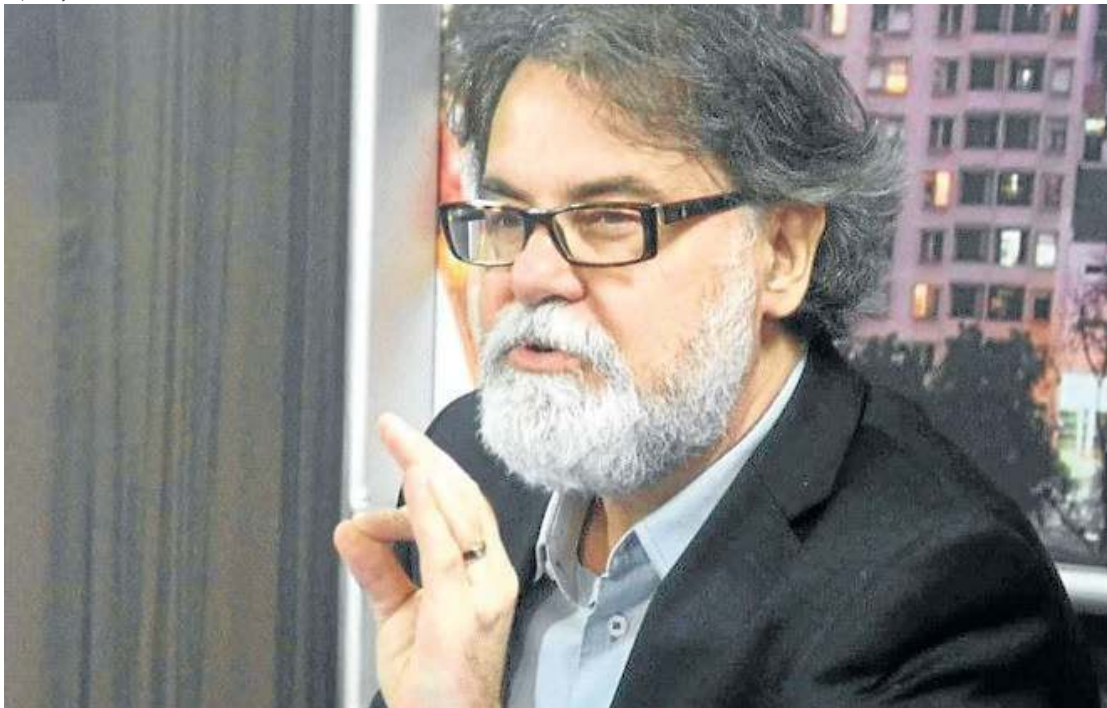
Outro ponto envolve os limites dos acordos. O PT questionava a concessão de benefícios que não estão previstos em lei. A proposta é que a Justiça só valide acordos dentro das regras já estabelecidas, evitando negociações consideradas irregulares.

O **Correio** conversou com Lênio Luiz Streck, um dos autores da ADPF. Ao comentar a retomada da ação, ele afirmou esperar que o tema seja analisado sem influência política. O jurista defendeu o uso cauteloso da delação premiada e reforçou o caráter excepcional do instrumento.

“A delação premiada é a bala de prata do processo penal. Ela só pode ser usada quando nenhuma outra bala mata o lobisomem. Delação não é prova, delação é meio de busca de prova”, frisou.

Lênio explicou que o objetivo do processo é evitar distorções no uso da delação premiada, além de fortalecer as diretrizes atuais. “Nós deixamos bem claro que os efeitos tinham que ser só para o futuro. Estávamos preocupados

Reprodução/Redes sociais



Um dos autores da ADPF, Lênio salienta que a delação premiada “não é prova, é meio de busca de prova”

com o futuro”, explicou.

Segundo ele, a iniciativa foi construída com base em situações reais. “Tivemos casos que serviram como base para nossa ação. Entre os problemas apontados estão práticas como a delação cruzada e acordos com benefícios considerados indevidos. ‘Você pode fazer um acordo e trazer benefício para tua família!’ Houve casos desse tipo. Então a gente disse: ‘Não!’, ressaltou. O jurista também citou

irregularidades na condução de negociações. “O Ministério Público combinava a delação com o réu”, afirmou. Para ele, o cenário reforça a necessidade de o STF estabelecer limites mais claros para o instrumento.

Ele ainda questionou a voluntariedade de delatores em determinadas situações. “É possível presumir que o delator, que está negociando, está totalmente interessado em delatar? Ele pode

delatar quando está preso?”, questionou. Segundo ele, esse tipo de situação pode comprometer a validade dos acordos.

Em 2022, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou contra a ADPF. À época, o então procurador-geral da República, Augusto Aras, avaliou que os pontos levantados pelo PT não exigiriam análise do STF.

» **Leia mais na página 7**

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

# Flávio indica deputada e embola disputa pelo TCU

» WAL LIMA

A Câmara dos Deputados deve realizar, na próxima segunda-feira, a sabatina dos candidatos à vaga aberta no Tribunal de Contas da União (TCU), etapa considerada decisiva antes da votação em plenário para a escolha do nome

da Casa. A eleição para definição do novo ministro está prevista para terça-feira, em meio a um cenário de múltiplas candidaturas e intensa articulação política.

Às vésperas da avaliação dos nomes, o cenário sofreu uma reviravolta com a entrada da deputada federal Soraya Santos

(PL-RJ) na disputa. O nome foi apresentado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, depois da retirada da candidatura do deputado Hélio Lopes (PL-RJ), que até então era o indicado do partido. A mudança ocorreu por causa da pressão por maior representatividade feminina e redesenhou a estratégia da legenda na corrida pela vaga.

Ao anunciar, Flávio indicou que o foco da oposição será evitar a fragmentação de votos. A avaliação

dentro do grupo é de que o excesso de candidaturas pode favorecer o nome apoiado pelo governo, especialmente em uma votação secreta, como ocorre no plenário da Câmara.

Do lado governista, o principal candidato é o deputado Odair Cunha (PT-MG), líder do partido na Câmara e nome respaldado pelo Palácio do Planalto. A candidatura integra um acordo político firmado ainda na eleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a Presidência da Casa e vem sendo tratada como

prioridade pela base aliada.

Motta, aliás, tem reiterado o compromisso com o rito da eleição e com o acordo político construído. “Nós vamos cumprir integralmente o rito já pré-estabelecido pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, afirmou.

A posição reforça o favoritismo de Cunha na disputa, especialmente diante do apoio de partidos da base e da articulação conduzida pela Presidência da Casa. Ao mesmo tempo, as várias candidaturas fora

do campo governista são vistas como um fator que pode influenciar diretamente o resultado final.

Além do candidato do PT e da recém-lançada Soraya Santos, outros nomes também estão colocados na disputa, ampliando o grau de incerteza. Entre eles estão os deputados Elmar Nascimento (União-BA), Hugo Leal (PSD-RJ), Adriana Ventura (Novo-SP), Danilo Forte (PSDB-CE) e Gilson Daniel (Podemos-ES), que buscam viabilizar apoios em diferentes bancadas.

# 6º BRASÍLIA SUMMIT

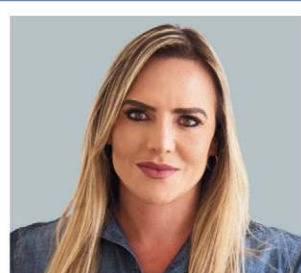
## LIDE – CORREIO BRAZILIENSE

15 DE ABRIL – 8h – 12h

HOTEL BRASÍLIA PALACE  
BRASÍLIA – DF

### “EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA”

#### PALESTRANTES CONVIDADOS



**CELINA LEÃO**  
GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL



**DANIEL VILELA**  
GOVERNADOR DE GOIÁS



**MAURO MENDES**  
GOVERNADOR DO MATO GROSSO (2019-2026)



**ANTONIO ANASTASIA**  
MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU GOVERNADOR DE MG (2010-2014)



**AUGUSTO NARDES**  
MINISTRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU



**JOÃO DORIA**  
FUNDADOR E CO-CHAIRMAN DO LIDE GOVERNADOR DE SÃO PAULO (2019-2022) PREFEITO DE SÃO PAULO (2017-2018)



**HENRIQUE MEIRELLES**  
CO-CHAIRMAN DO LIDE MINISTRO DA FAZENDA (2016-2018) PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL (2003-2011)



**JEAN PAUL PRATES**  
CHAIRMAN DO CERNE PRESIDENTE DA PETROBRAS (2023-2024) SENADOR DA REPÚBLICA (2019-2023) HEAD DO LIDE ENERGIA



**SAMUEL KINOSHITA**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO



**HUGO LEAHY**  
CEO DA X-VIA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL HEAD DO LIDE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



**PAULO OCTÁVIO**  
EMPRESÁRIO CEO DO GRUPO PAULO OCTÁVIO PRESIDENTE DO LIDE BRASÍLIA



**GUSTAVO MONTEZANO**  
CEO E FUNDADOR DA YVY CAPITAL PRESIDENTE DO BNDES (2019-2022)



**GUILHERME MACHADO**  
PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE



**GIUSSEPP MENDES**  
SÓCIO E FUNDADOR DO PINHEIRO & MENDES ADVOGADOS

#### PATROCÍNIO



Lotus



alpha secure®

#### APOIO



PaulOOctavio



#### MÍDIA PARTNERS

TV LIDE CORREIO BRAZILIENSE



REVISTA LIDE

Bauducco

Natural one

PRATA DESDE 1876

#### INICIATIVA

LIDE 25 ANOS

CORREIO BRAZILIENSE

LIDE BRASÍLIA

Inscreva-se:  
CONFIRME.LIDE.COM.BR

Encontro presencial  
VAGAS LIMITADAS



## SOCIEDADE

# Estatuto reforça o direito do paciente à informação

Com a nova lei, que está em vigor desde terça-feira, equipes médicas terão de deixar claras às pessoas todas as etapas de um tratamento ou intervenção cirúrgica — que somente poderão ser levados adiante mediante consentimento

» RAFAELA BOMFIM

Entrada em vigor da Lei 15.378, sancionada em 7 de abril de 2026, cria um marco legal para a relação entre pacientes e serviços de saúde, com destaque para a obrigatoriedade do consentimento informado antes de qualquer procedimento. A norma institui o Estatuto dos Direitos do Paciente e passa a valer para atendimentos realizados em redes públicas e privadas, estabelecendo regras claras sobre informação, autonomia e responsabilidade nos cuidados.

Entre os principais pontos está a exigência de que todo tratamento, exame ou intervenção seja precedido de explicações acessíveis sobre diagnóstico, riscos, benefícios e alternativas, permitindo que o paciente decida o que mais lhe convém. O estatuto determina que nenhuma conduta médica pode ser realizada sem autorização do paciente, salvo em situações de risco imediato à vida.

Segundo Katia Tinoco, advogada especializada em direito médico, “o estatuto só veio confirmar a necessidade do consentimento do paciente” para qualquer intervenção. Ela afirma que a assinatura do documento em que a pessoa toma conhecimento daquilo a que

## O que é preciso saber

### DIREITOS DO PACIENTE

- Receber tratamento atencioso, respeitoso e livre de qualquer forma de preconceito ou discriminação;
- Saber o nome e o cargo de todos os profissionais responsáveis pelo seu cuidado assistencial;
- Ter sua intimidade resguardada durante exames, consultas e qualquer procedimento médico ou hospitalar;
- Ser informado de forma compreensível sobre diagnósticos, riscos, benefícios e alternativas de tratamento;
- Decidir livremente sobre métodos diagnósticos ou terapêuticos após receber todas as explicações necessárias;
- Consultar e obter cópia de seu prontuário médico e demais documentos relativos ao atendimento;
- Ter a presença de um acompanhante durante o período de internação e realização de exames;
- Poder solicitar a opinião de outro profissional sobre seu estado de saúde ou proposta terapêutica;
- Receber assistência adequada para a prevenção e o controle do sofrimento físico e psíquico;
- Garantir que o tratamento não seja interrompido sem que haja transferência segura da responsabilidade assistencial.



### RESPONSABILIDADES DO PACIENTE

- Seguir as orientações do profissional de saúde quanto ao medicamento prescrito, de modo a finalizar o tratamento na data determinada;
- Realizar perguntas e solicitar informações e esclarecimentos adicionais sobre seu estado de saúde ou seu tratamento, quando houver dúvida;
- Assegurar que a instituição de saúde guarde uma cópia de suas diretivas antecipadas de vontade por escrito, caso tenha;
- Indicar seu representante para os fins da Lei nº 15.378;
- Informar os profissionais de saúde acerca da desistência do tratamento prescrito, bem como de mudanças inesperadas em sua condição;
- Cumprir as regras e os regulamentos dos serviços de saúde;
- Respeitar os direitos dos outros pacientes e dos profissionais de saúde.



**O estatuto só veio confirmar a necessidade do consentimento do paciente. [Esse] consentimento tem de ser feito para o paciente entender, não para o médico. [A pessoa] nunca [deve] pegar o consentimento na porta da cirurgia, porque ele não tem validade”**

**Katia Tinoco, advogada especializada em direito médico**

— como o uso do nome de preferência e a consideração de aspectos culturais e religiosos. O estatuto garante acesso a informações sobre medicamentos e insumos, o que inclui origem, dosagem e possíveis efeitos adversos.

Passa a valer o “conceito de

corresponsabilidade” — prevê a participação ativa do paciente nas decisões do tratamento a que se submeterá. Para Katia Tinoco, em caso de descumprimento por parte da equipe médica, pode haver responsabilização jurídica “com indenização por dano moral, se não ficar comprovada a informação ao paciente”.

Katia explica que, embora o consentimento possa ser verbal, o registro por escrito garante segurança aos procedimentos: “É a maneira mais fácil de comprovar que explicou e tirou dúvidas”. A advogada destaca que o documento precisa ser claro, de linguagem acessível, identificação do paciente e descrição de possíveis efeitos colaterais. “O consentimento tem de ser feito para o paciente entender, não para o médico”, afirma, advertindo para o paciente “nunca pegar o consentimento na porta da cirurgia, porque ele não tem validade”. Esse documento deve ser entregue com antecedência, permitindo o tempo para leitura e esclarecimento de dúvidas.

A criação do estatuto foi resultado de debate no Congresso, com contribuição de entidades da área da saúde e de defesa de direitos.

» **Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

## Alerta sobre adrenalina

A Associação Brasileira de Alergia e Imunologia (Asbai) emitiu um alerta reforçando que não existe nenhum dispositivo de adrenalina autoinjjetável no Brasil aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A advertência veio depois de a Anvisa determinar a apreensão do autoinjjetor de adrenalina Epipen, importado pela Farmácia Pague Menos, por não ter registro no órgão. “Medicamentos clandestinos não têm garantia de composição, origem, eficácia e segurança”, observa a agência.

Em nota, a rede farmacêutica afirma que tomou ciência da determinação da Anvisa, mas nega que importe e comercialize o produto. “A rede reafirma estar em conformidade com as orientações das autoridades sanitárias e à disposição para quaisquer esclarecimentos”, garante.

A Asbai destaca que “medicamentos sem aprovação podem representar riscos graves, incluindo produtos falsificados, soluções com dosagem inadequada, dispositivos com falhas mecânicas

e substâncias contaminadas.” O uso desses materiais pode levar a reações adversas graves, ineficácia no momento da emergência e, em situações extremas, risco de óbito”, acrescenta.

A anafilaxia, quadro para o qual a adrenalina é indicada, é considerada a reação alérgica mais grave que existe. Ela pode ser fatal quando não identificada e tratada rapidamente. “A condição é uma resposta alérgica sistêmica que pode levar o paciente a óbito se não houver intervenção a tempo. Medicamentos, alimentos, ferroadas de insetos e látex estão entre as principais causas da anafilaxia”, destaca a Asbai.

Conforme recomendado pela Associação de Imunologia, pacientes com risco de anafilaxia devem, seguir rigorosamente o plano de emergência elaborado pelo médico alergista-imunologista responsável pelo acompanhamento e, quando necessário, buscar orientações junto ao profissional sobre os trâmites legais para a importação do medicamento.

## 50 toneladas de maconha apreendidas no Rio de Janeiro

Reprodução de vídeo



A Polícia Militar do Rio de Janeiro apreendeu 48 toneladas de maconha, avaliadas em torno de R\$ 50 milhões, em operação na comunidade da Nova Holanda, no Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro. É a maior apreensão de drogas do Brasil. O recorde anterior ocorreu em 2021, quando a Polícia Militar Rodoviária (PMR) localizou 36,5 toneladas de maconha escondidas em uma carreta de soja no Mato Grosso do Sul. A droga foi localizada com o auxílio de cães farejadores do Batalhão de Ações com Cães (BAC). No local, foram apreendidos frascos e cerca de 200 litros de lança-perfume, além de materiais usados na produção da substância. Após horas de varredura nas comunidades, as equipes do BAC observaram a mudança de comportamento do pastor belga em uma construção, e encontraram um bunker do tráfico com mais de 24 mil tabletes de maconha, cada um com aproximadamente dois quilos. A contabilidade das drogas ocorreu durante toda a madrugada de ontem.

## ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Debate na Câmara foi extensão das reivindicações discutidas no Terra Livre

## Representatividade: necessidade e meta

» FABIO GRECCHI

Lideranças indígenas e parlamentares defenderam a ampliação da representatividade dos povos originários nos espaços de poder durante o 4º Seminário sobre Direitos dos Povos Indígenas no Congresso Nacional, realizado ontem, na Câmara. O evento é uma extensão do Acampamento Terra Livre, que faz parte do Abril Indígena e debate os projetos, preocupações e necessidades das nações originárias. O debate frisou a necessidade da maior presença política de representante dos nativos nos postos de decisão, sobretudo para reforçar o enfrentamento

da violência nas terras indígenas e a consolidação da segurança jurídica para essas áreas.

A deputada e ex-ministra dos Povos Indígenas Sônia Guajajara (Psol-SP) destacou que o ano eleitoral representa uma oportunidade para o avanço da presença indígena na institucionalidade e nos poderes. “Estamos disputando o nosso projeto de vida, o nosso direito de existir, o nosso direito de fazer os grandes enfrentamentos na caneta”, disse.

Presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, a deputada Juliana Cardoso (PT-SP) reforçou tal necessidade, apontando que

é preciso fortalecer a chamada “bancada do cocar”. “Eles querem sempre favorecer os interesses privados e, claro, viabilizar a mineração em terras indígenas, porque eles ficam em cima do lucro. O lucro acima de tudo e de todos”, afirmou. Ela acusou que projetos como o do Marco Temporal — que só reconhece as terras indígenas ocupadas a partir de 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a atual Constituição — buscam legitimar invasões em áreas demarcadas ou em processo de demarcação.

Alessandra Munduruku, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), relatou que a

mineração gera impactos nas aldeias, como a contaminação da água, a prostituição e a presença de grupos criminosos. Ela frisou que existe violência tanto dentro dos territórios quanto no Senado, onde um grupo de trabalho discute a exploração mineral em terras indígenas. “Os deputados deveriam acompanhar esse grupo, porque é uma violência que vai entrar nos nossos territórios. A gente já vive com essa violência: é o garimpo”, apontou.

Já a deputada Célia Xakriabá (Psol-MG) advertiu: a exploração de minerais estratégicos é safra única e destrói todo o território. (Com Agência Câmara)



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 9 de abril de 2026

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> IBovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	<b>Dólar</b> Últimos	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
2,09% São Paulo	187.952	R\$ 5,102 (- 1,01%)	1º/abril 5,156 2º/abril 5,159 6º/abril 5,146 7º/abril 5,155	R\$ 1.621	R\$ 5,954	14,65%	14,58%	Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,16 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70
0,18% Nova York	192.201							

## CASO VORCARO

# Com Campos Neto, BC fez 31 alertas ao Master

Notificações foram enviadas entre 2022 e 2024, segundo relatório da Diretoria de Fiscalização. Banco só foi liquidado em 2025

» VINICIUS DORIA

As irregularidades praticadas pelo Conglomerado Prudencial Master, que tinha o Banco Master como empresa líder, e o agravamento da crise de liquidez da instituição financeira estavam no radar do Banco Central desde 2022, quando a Diretoria de Fiscalização da autoridade monetária identificou o descumprimento sistemático das normas que regem o Sistema Financeiro Nacional. Entre 2022 e 2024, último ano da gestão de Roberto Campos Neto como presidente do BC, a autoridade monetária encaminhou 31 ofícios ao Master com “determinações de ajustes de provisões, reforço de capital e melhoria das práticas de gestão”, segundo relatório da Diretoria de Fiscalização ao qual o **Correio** teve acesso. Desses ofícios, 18 foram expedidos entre 2022 e 2023. Em 2024, último ano de Campos Neto no cargo, o Master foi notificado 13 vezes.

Boa parte dessas notificações tratava da “reiterada incapacidade do Conglomerado de atender às exigibilidades de recolhimento compulsório sobre depósitos a prazo” — regra que obriga os bancos a depositar no BC, de forma obrigatória, uma fatia dos depósitos dos clientes. Para o BC, o descumprimento da norma foi um “indicativo eloquente” da incapacidade do Master de honrar seus compromissos.

Embora o atual presidente da autarquia, Gabriel Galípolo tenha defendido, ontem, em depoimento no Senado, a atuação de Campos Neto no processo (**Leia ao lado**), a liquidação extrajudicial do conglomerado, só começou a ser decretada pelo Banco Central em novembro de 2025, com Galípolo no comando. Mesmo assim, o grupo foi liquidado em fatias, começando pelo Master, que tinha 5,3 milhões de clientes apenas na carteira de crédito consignado. O BC avaliava que, pelo menos, duas empresas ligadas ao Prudencial Master poderiam ser vendidas, preservando os interesses dos clientes, em uma solução de mercado: a Will Financeira e o Banco Master Múltiplo, que

Carlos Vieira/CB/D.A. Press



Em depoimento na CPI do Crime Organizado, Galípolo defendeu a condução do processo do Master pelo seu antecessor no Banco Central

entraram em Regime de Administração Especial Temporária (Raet). Como não houve avanço na tentativa de repassar essas empresas a outras instituições financeiras, ambas também foram liquidadas extrajudicialmente, em janeiro e em março deste ano, respectivamente.

### BRB

O anúncio de um acordo com o Banco de Brasília (BRB) para aquisição de participação no capital do Master, que poderia ajudar a melhorar o desequilíbrio financeiro da instituição, em vez de tranquilizar o mercado, piorou a situação. Segundo o relatório da Diretoria de Fiscalização, que fundamentou o voto pela liquidação extrajudicial

do Master, após o anúncio do fato relevante, em 28 de março do ano passado, em que o banco público do DF formalizou o interesse em se associar ao banco de Daniel Vorcaro, a situação do Master só se agravou.

O BC identificou “aumento significativo de negociações dos CDBs do Conglomerado no mercado secundário”, quando muitos investidores passaram a vender seus títulos com deságio, “restringindo ainda mais a capacidade de colocação de novos CDBs no mercado primário e, conseqüentemente, dificultando a rolagem do passivo do grupo”. Nessa época, o Master já estava proibido de vender CDBs com rendimento acima de 100% do CDI (taxa interbancária que segue

a variação da Selic). Nos bons tempos de captação, o banco chegou a oferecer 140% do CDI como remuneração de seus CDBs, sem conseguir alavancar recursos para honrar os compromissos.

A operação BRB-Master foi vetada pelo BC em setembro de 2025, após a fiscalização do BC constatar “indícios de fatos que configuram crime contra o Sistema Financeiro Nacional”, como a cessão ao BRB de créditos inexistentes. Esses “fatos” foram informados ao Ministério Público Federal em julho de 2025.

O Banco Central reconhece que, ao longo dos últimos quatro anos, “sempre vislumbrou” a possibilidade de uma “solução de mercado” para a crise do Master, que gerasse “menor custo para a sociedade,

quando comparada a medidas de saída forçada impostas pelo regulador” — intervenção ou liquidação extrajudicial.

No caso da Will Financeira, o BC esperava que a empresa fosse vendida para preservar o interesse dos clientes — em sua maioria, das classes C, D e E, com saldo médio de apenas R\$ 300,00. O principal mercado da financeira estava em cidades do interior do Nordeste, com menos de 100 mil habitantes. Em resposta a questionamentos feitos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o BC informou, em dezembro do ano passado, que a liquidação extrajudicial da Will “traria efeitos sociais extremamente adversos e dificilmente reversíveis”.

## “Sigilo de 8 anos é regra”

» ALÍCIA BERNARDES  
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, defendeu, ontem, a manutenção do sigilo de até oito anos sobre informações relacionadas à liquidação do Banco Master e afirmou que a regra segue normas já estabelecidas no sistema financeiro. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, no Senado, ele sustentou que o prazo de confidencialidade está previsto em resolução vigente e não representa exceção. “Antes, o sigilo era de dez anos para todos os bancos. Hoje, há diferenciação por porte, com oito anos para instituições menores”, explicou.

O presidente do BC também destacou que processos de liquidação costumam gerar disputas judiciais prolongadas e bilionárias, envolvendo tanto o BC quanto o Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Durante a oitiva, ele rebateu suspeitas de interlocução indevida com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Questionado pelo senador Eduardo Girão, Galípolo negou ter mantido contatos telefônicos com o magistrado e afirmou que eventuais encontros ocorreram apenas de forma presencial e institucional, no STF, para tratar da Lei Magnitsky. “Jamais falei com o ministro por ligação telefônica”, declarou.

O presidente do BC também negou qualquer relação profissional com a advogada Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro. Segundo ele, não houve reuniões de trabalho ou contratos envolvendo sua atuação no caso. Galípolo afirmou ainda que não há registros, em auditorias internas, de irregularidades atribuídas ao ex-presidente da autarquia Roberto Campos Neto em decisões relacionadas ao Banco Master, incluindo a autorização societária concedida em 2019.

Ao tratar de uma reunião realizada no Palácio do Planalto em dezembro de 2024, Galípolo confirmou sua participação e detalhou o contexto do encontro, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do empresário Daniel Vorcaro. Segundo ele, a principal exposição foi feita por Vorcaro, que alegou sofrer restrições no mercado financeiro. O chefe do BC afirmou, no entanto, que a narrativa não se sustentava tecnicamente. De acordo com Galípolo, Lula deixou claro que o tema deveria ser tratado exclusivamente pelo Banco Central, com base em critérios técnicos.

O dirigente reforçou que nunca recebeu orientações para favorecer ou prejudicar qualquer agente econômico e afirmou que a atuação da instituição foi pautada pela autonomia operacional. “A orientação foi agir com técnica, não proteger ninguém e não perseguir ninguém”, disse. Ele também mencionou pressões políticas e midiáticas ao longo do processo, além de um desgaste reputacional envolvendo o caso, posteriormente associado ao próprio controlador da instituição financeira.

## Contratações milionárias

As declarações de Imposto de Renda do Banco Master apontam pagamentos da empresa de Daniel Vorcaro para uma série de empresas e escritórios de advocacia de dirigentes partidários, ex-ministros e até do ex-presidente Michel Temer. Os montantes, que compreendem R\$ 65 milhões pagos entre 2023 e 2025, de acordo com informações obtidas pelo jornal *O Estado de São Paulo*, estão discriminados em documentos da Receita Federal enviados à CPI do Crime Organizado, do Senado.

No período, o escritório de Michel Temer recebeu R\$ 10 milhões. “Como já declarei publicamente, não é segredo pra ninguém, meu escritório foi contratado nesse caso para uma atividade jurídica de mediação. O valor recebido pelo contrato foi de R\$ 7,5 milhões”, disse Temer, em nota.

As empresas dos ex-ministros

da Fazenda Henrique Meirelles e Guido Mantega receberam R\$ 18,5 milhões e R\$ 14 milhões, cada. Uma empresa de consultoria do ex-prefeito de Salvador e pré-candidato ao Governo da Bahia ACM Neto recebeu R\$ 5,4 milhões.

Mantega disse, por nota, que prestou “consultoria econômica financeira” para o Banco Master em 2024 e parte de 2025. “Quando firmei o contrato não tinha conhecimento de nenhuma irregularidade eventualmente cometida por essa instituição financeira”, diz a nota do ex-ministro. Meirelles também confirmou ter sido contratado pelo Master. “Mantive um contrato de serviços de consultoria sobre macroeconomia e mercado financeiro com o Banco Master, em caráter opinativo, entre março de 2024 e julho de 2025, diz a nota.

ACM Neto diz que sua empresa de consultoria prestou serviços de

maneira lícita ao Master, mas não quis tratar dos valores. “A referida relação comercial foi firmada sem que qualquer dos sócios da A&M ocupasse cargo público à época da formalização e execução do contrato”, diz a nota do ex-prefeito.

### Esposa de Moraes

O escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, recebeu R\$ 80,2 milhões em pagamentos do Banco Master, em 2024 e 2025. Em nota, o escritório afirmou que “não confirma essas informações incorretas e vazadas ilicitamente, lembrando que todos os dados fiscais são sigilosos”.

Os valores declarados confirmam a relação comercial do Master com a mulher de Moraes, por meio do seu escritório.

Mariana Campos/CB/D.A. Press



Declaração de IR de Vorcaro aponta R\$ 80 milhões pagos a Viviane

## GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

## Dólar cai a R\$ 5,10 após trégua

Mercado reage com otimismo ao acordo de cessar-fogo entre EUA e Irã — apesar dos ataques de Israel contra o Líbano

» PEDRO JOSÉ\*

A trégua de duas semanas anunciada por Estados Unidos e Irã, com promessa de reabertura do estreito de Ormuz, derrubou os preços do petróleo. Desde a noite de terça-feira, quando foi anunciado um cessar-fogo, o barril do tipo Brent, referência global, caiu cerca de 13,3% e passou a ser negociado a US\$ 94,75 por volta do horário do fechamento.

Já o petróleo negociado nos Estados Unidos chegou a registrar queda de 15,69%, atingindo os US\$ 95,20. A redução ocorreu após semanas de alta provocada pela guerra, período em que o petróleo chegou a superar o patamar de US\$ 100 por barril e pressionou os custos de energia em diferentes países.

No Brasil, o cenário externo mais favorável influenciou o câmbio e o mercado acionário. O dólar comercial encerrou o dia cotado a R\$ 5,10, com queda de 1,01%. Foi o menor patamar registrado em praticamente dois anos, desde maio de 2024.

Na B3, o índice Ibovespa atingiu recorde intradiário e fechou no maior patamar da série, com alta de 2,09%, aos 192.201,16 pontos. O desempenho foi impulsionado pela redução da aversão ao risco após o anúncio do cessar-fogo.

As Bolsas da região Ásia-Pacífico também registraram alta, com avanço de 5% no índice japonês Nikkei 225, quase 6% no Kospi, da Coreia do Sul, e ganhos de 2,8% no Hang Seng, de Hong Kong, e de 2,7% no ASX 200, da Austrália.

Na avaliação do economista e diretor da VLGI Asset, Matheus Portela, a reabertura do Estreito de Ormuz depende da estabilidade do acordo. “O fechamento do

SHADI J. H. ALASSAR/AFP



O cessar-fogo temporário de duas semanas permitiu que navios atravessassem o Estreito de Ormuz, acalmando o mercado internacional

Estreito de Ormuz reduz o fluxo comercial de petróleo e outras mercadorias, elevando consideravelmente o custo de energia e transporte, pressionando a inflação global e, consequentemente, os preços domésticos. Com a reabertura, se for estável e duradoura, esse movimento tende a se reverter, aliviando a inflação no Brasil”, ponderou.

Segundo ele, a tendência de queda pode chegar aos

combustíveis no curto prazo. “Se o mercado entender que a reabertura é consistente, a cotação do petróleo no mercado internacional tende a recuar, o que pode se refletir de forma relativamente rápida no preço dos combustíveis.”

Esse movimento, no entanto, tende a ser efêmero. Os ataques de Israel contra o Líbano e a decisão de Teerã de fechar novamente o Estreito de Ormuz ontem mostram a

fragilidade do cessar-fogo anunciado pelo governo de Donald Trump e pelo regime dos aiatolás (leia mais na página 9).

## Impacto inflacionário

Sobre o comportamento dos mercados, Matheus Portela aponta diferenças entre o cenário externo e o doméstico. “No cenário internacional, a reação tem sido mais

intensa, diante do receio de retomada da inflação global. No Brasil, a possibilidade de ganhos com exportação de commodities e uma política monetária já mais restritiva têm contribuído para efeitos mais moderados no mercado financeiro, embora ainda relevantes na economia real”, observa o especialista.

Apesar do alívio recente nos preços internacionais, um eventual agravamento do conflito ainda

é visto como risco para a economia brasileira. O estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) indica que a inflação pode subir até 7,66% em cenários mais extremos, impulsionada pelo aumento dos custos de energia e de insumos estratégicos.

De acordo com o economista-chefe da Fiemg, João Gabriel Pio, o principal impacto ocorre pelo aumento de custos. “O estudo mostra que o impacto para o Brasil ocorre predominantemente pelo canal de custos. Ou seja, mesmo com efeitos relativamente limitados sobre a atividade, a inflação tende a subir de forma relevante, pressionando empresas e consumidores. Em cenários mais extremos, esse movimento pode comprometer a competitividade da indústria e exigir maior atenção da política econômica”, afirma.

Para o economista e autor em geopolítica Máximo Della Justina, a queda recente no preço do petróleo não elimina a necessidade de cautela na política econômica. Segundo ele, a manutenção de subsídios deve considerar o efeito econômico das medidas.

“Também há que se quantificar os custos da subvenção e, desde que sejam inferiores ao efeito multiplicador econômico positivo que eles causam, é racional mantê-los”, acrescenta.

O economista também aponta a necessidade de instrumentos de financiamento para lidar com choques externos. “Para esses momentos, se faz necessário o país ter um Fundo Soberano, que possa ser emprestado e depois devolvido, a exemplo da Noruega”, propõe.

\*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

## TRABALHO

## Governo confirma PL contra 6x1

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA  
» EDUARDA ESPOSITO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que enviará ao Congresso, ainda nesta semana, o projeto de lei que prevê o fim da escala de trabalho 6x1. O tema, que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal via proposta de emenda à Constituição (PEC), ainda não há previsão para análise dos deputados.

“Estou mandando o projeto de lei essa semana para o Congresso Nacional. Hugo Mota (presidente da Câmara) tem uma PEC que ele gostaria de colocar em votação, mas o governo vai apresentar o seu projeto essa semana”, afirmou Lula, em entrevista ao ICL Notícias. “A ideia é a redução da jornada (sem) redução do salário, o que significa aumento de ganho de produtividade”, completou o presidente, ao ressaltar que o projeto a ser enviado pelo governo até amanhã vai garantir que a redução da carga horária venha sem perda de salário.

Essa garantia, inclusive, será pontuada como “inegociável” pelo governo. Fontes que acompanham a elaboração da proposta no Planalto confirmaram ao **Correio** que o Executivo tampouco abre mão de dois pontos: o descanso mínimo de dois dias para o trabalhador e jornada de no máximo 40 horas semanais.

## Minuta

Essas condições fazem parte de uma minuta que vem sendo analisada pelos ministérios da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e do Trabalho e Emprego. Ontem, o documento teve o aval da Secretaria-Geral. O titular da pasta, Guilherme Boulos, endossou a informação de que Lula enviará esta semana um projeto de lei (PL) em regime de urgência sobre o fim da escala 6x1. E aumentou a pressão sobre o Congresso Nacional e a oposição.

“Agora é a vez do trabalhador brasileiro. Se você é a favor do fim da escala 6x1, se posiciona, compartilhe este vídeo e vamos garantir que esse projeto seja aprovado

Tomaz Silva/Agência Brasil



Boulos: eleitor saberá quem está do lado do trabalhador no debate

em 90 dias”, publicou Boulos, ontem, em seu perfil nas redes sociais.

Segundo Boulos, no entanto, o envio do PL que prevê urgência para votação do fim da escala 6x1 fará com que a população saiba quais parlamentares são contrários à proposta. “Lula vai enviar em regime de urgência o PL pelo fim da escala 6x1 e quem for contra os trabalhadores vai ter que deixar sua digital”, manifestou Boulos, sobre o fato de que, se for colocado em regime de urgência, o projeto de lei terá de ser votado em até 45 dias.

A discussão do fim da escala 6x1 por meio de projeto de lei no parlamento foi criticada, nesta quarta, pelo líder do governo na Casa, deputado José Guimarães (CE). Embora reconheça a prerrogativa do Executivo de enviar o projeto, o cenário atual da Câmara mostra que o governo tem minoria, segundo ele.

“Sei que no governo tem a opinião que devia ter mandado o PL há muito tempo e eu estou segurando. Já recebi reclamação e disse: tenha calma, tudo se resolve com diálogo. A não ser que a Câmara interdite-se, não pode empurrar desse jeito, tem que ser mediada com o setor e os trabalhadores, construir um consenso”, ressaltou o deputado.

Ao confirmar o envio do projeto de lei, o governo se contrapõe aos planos de Motta. Na terça-feira, ele disse que o Executivo havia desistido de tomar a iniciativa. E

anunciou qual seria o rito legislativo. “Nós iremos analisar a matéria por projeto de emenda à Constituição. A admissibilidade deverá ser votada na próxima semana no CCJ. Imediatamente, criaremos a comissão especial para trabalharmos a votação em plenário até o final do mês de maio”, estimou.

## Críticas

A Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) é contrária à aprovação da matéria neste momento. “No caso de um projeto de lei que prevê tramitação mais rápida, haverá o atropelo dos debates. Essa votação precisa ser adiada para 2027. É preciso serenidade para ouvir todos os envolvidos, em especial os pequenos e médios empreendedores”, afirmou a entidade, em nota.

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI), por sua vez, sustenta que uma redução para 40 horas semanais provocaria distorções no modelo atual de CLT. “A Constituição estabelece o limite máximo de 44 horas semanais, mas permite ajustes, arranjos diferentes, customizados por negociação coletiva, de modo a atender às necessidades e interesses de trabalhadores e empresas. Isso já ocorre na prática”, disse Sylvia Lorena de Sousa, representante da CNI, durante audiência pública na Câmara dos Deputados.

LUZES DO CERRADO  
Cultura e Energia de Brasília

## Prepare o seu feriado!

Nos dias 20 e 21 de abril, a Maratona Brasília 2026 convida você para uma programação cultural imperdível.

São dois dias com atrações que unem arte, esporte, música e muita energia para toda a família.

Em breve, a programação completa.

Venha viver essa energia!





## ORIENTE MÉDIO EM CONVULSÃO

Israel realiza o maior ataque aéreo à capital do país desde o início da guerra, mata 182 e fere 890. Irã exige inclusão da trégua com o Hezbollah em acordo e volta a fechar o Estreito de Ormuz. Analistas temem colapso do cessar-fogo

# Massacre no Líbano põe trégua em xeque

» RODRIGO CRAVEIRO

No primeiro dia de uma frágil trégua entre Estados Unidos e Irã, as Forças de Defesa de Israel (IDF) realizaram o maior bombardeio a Beirute desde o início da guerra. De acordo com o Ministério da Saúde do Líbano, os ataques de ontem deixaram 182 mortos e 890 feridos. A campanha militar israelense contra o movimento fundamentalista xiita Hezbollah ameaça implodir o acordo mediado pelo primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, que previa uma suspensão nos combates pelo prazo de duas semanas e a reabertura do Estreito de Ormuz. Depois de permitir o trânsito de embarcações, o Irã fechou novamente o canal marítimo vital para o escoamento de 20% do petróleo mundial. Washington e Teerã se contradizem sobre a inclusão ou não da trégua no Líbano como parte do plano de cessar-fogo, cujos detalhes serão discutidos, a partir de amanhã, em Islamabad.

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, declarou que a pausa nos ataques ao território libanês faz parte das condições fundamentais apresentadas por seu país em um plano de 10 pontos que serão negociados com os EUA. Segundo a agência estatal Isna, Pezeshkian e o colega francês, Emmanuel Macron, conversaram por telefone, e o iraniano reafirmou a "necessidade de um cessar-fogo no Líbano", além de considerar essa exigência como uma condição crucial das propostas de Teerã.

Mais cedo, o presidente americano, Donald Trump, sublinhou que os libaneses "não foram incluídos no acordo" de cessar-fogo. "É por causa do Hezbollah", justificou o republicano, em entrevista à emissora PBS NewsHour. A Casa Branca denunciou o regime iraniano por ter divulgado um plano modificado de 10 pontos, não consensado entre Washington e Teerã. Também informou que Trump e o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, seguirão debatendo a ideia de incluir o Líbano no acordo.

Chefe da comitiva da Casa Branca que irá a Islamabad para as tratativas com o

AFP



Socorristas buscam sobreviventes sob escombros no bairro de Corniche al-Mazraa, em Beirute, após bombardeio israelense

regime teocrático islâmico, J.D. Vance, vice de Trump, cobrou de Teerã o respeito à trégua no Líbano. "Se o Irã quiser que essa negociação seja rompida por um conflito no qual eles estão sendo esmagados no Líbano, que não tem nada a ver com eles, e que os Estados Unidos nunca disseram que fizesse parte do cessar-fogo, é uma escolha deles. Acreditamos que seria uma estupidez, mas é a escolha deles", comentou.

### "Termos claros"

Abbas Araghchi, ministro das Relações Exteriores do Irã, disse que o cessar-fogo deve incluir o fim das hostilidades contra o Hezbollah. "Os termos do cessar-fogo são claros e explícitos: os Estados Unidos devem escolher — cessar-fogo ou continuação da guerra via Israel. Não pode haver os dois ao mesmo tempo", advertiu.

Em mais um sinal da fragilidade do

acordo, o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad-Bagher Ghalibaf, classificou como "pouco razoáveis" as tratativas com os EUA e denunciou "sucessivas violações" de Washington. "A profunda desconfiança histórica que sentimos em relação aos Estados Unidos decorre de suas repetidas violações de todo tipo de compromissos, um padrão que, lamentavelmente, se repetiu mais uma vez", escreveu na rede social X. "Agora, a mesma 'base viável sobre a qual negociar' foi violada de maneira aberta e clara, inclusive antes mesmo de começarem as negociações. Em tal situação, um cessar-fogo bilateral ou as negociações são pouco razoáveis", acrescentou, ao mencionar os bombardeios israelenses no Líbano, a entrada de um drone (aeronave não tripulada) no espaço aéreo iraniano e a recusa do direito do Irã de enriquecer urânio.

"Israel está tentando torpedear o acordo firmado entre Estados Unidos e Irã. O

Paquistão, mediador do pacto, deixou claro que o Líbano precisa ser parte do cessar-fogo. No entanto, os israelenses intensificaram os bombardeios a Beirute. Hoje, foi um dos dias mais sombrios da história libanesa. Israel brutalmente atacou uma série de bairros residenciais da capital do Líbano nos quais não existe presença do Hezbollah ou os quais sejam formados por maioria sunita", afirmou ao **Correio** o franco-libanês Karim Emile Bitar, professor de ciência política da universidade Sciences Po Paris, na capital francesa. O estudioso acusou Israel de tentar fomentar uma guerra civil no Líbano e de escalar os ataques para levar ao fracasso o acordo celebrado por Trump. "Os israelenses não aceitam o fato de terem sido informados sobre o pacto uma hora antes do fim do ultimato."

Historiador da Universidade de Yale, Arash Azizi avalia a situação como

### Eu acho...



Arquivo pessoal

"Existe o risco de colapso da trégua por inteiro, se Israel continuar os ataques ao Líbano. O vice-presidente J.D. Vance tentará conter os israelenses. O acordo permanece extremamente frágil, porque há muita ambiguidade estratégica. O que foi publicado pelos iranianos, e que teria sido aceito pelos americanos, mostrou-se um documento totalmente diferente do qual os EUA dizem ter acordado. Os próximos dias serão muito importantes. J.D. Vance foi um dos poucos membros do governo hostis a essa guerra. Ele terá que convencer os israelenses a embarcar no acordo ou veremos um rápido colapso do cessar-fogo."

**Karim Emile Bitar**, professor de ciência política da universidade Sciences Po Paris

"complicada". "O Irã quer mostrar que não está desistindo do Líbano, mas, também, que não abandonará as negociações. Pode tentar convencer os EUA a pressionar Israel para que diminua os ataques ao Líbano o suficiente para que o país consiga se manter seguro e ainda comparecer a Islamabad amanhã (sexta-feira)", disse ao **Correio**. Azizi concorda que o acordo é "bastante frágil". "Ghalibaf efetivamente acenou com a saída do Irã das negociações, mas o acordo ainda não desmoronou completamente", acrescentou o estudioso.

Fotos: Kawnat Haju/AFP



Míssil é filmado momentos antes de atingir um prédio na periferia de Tiro, no sul do Líbano; em seguida, parte do edifício explode

## Tensões se acumulam em Beirute

» SILVIO QUEIROZ

O primeiro-ministro Nawaf Salam e o movimento xiita Hezbollah condenaram os bombardeios maciços da Força Aérea israelense contra diversas cidades do Líbano, principalmente a capital, Beirute, a despeito do cessar-fogo estabelecido entre Estados Unidos e Irã na guerra que travam há 40 dias. A milícia pró-Teerã fez coro com a Guarda Revolucionária iraniana e se disse autorizada a revidar os ataques, que causaram pesadas baixas entre a população civil e tendem a acirrar as tensões políticas e interconfessionais no país.

"Embora tenhamos saudado o acordo entre Irã e os EUA, Israel continua a

intensificar seus ataques, que têm como alvo bairros residenciais densamente povoados e ceifam a vida de civis desarmados em todo o Líbano", afirmou o premiê. Na rede social X, Salam, um muçulmano sunita, denunciou o governo israelense pelo "total desrespeito aos esforços regionais e internacionais para pôr fim à guerra e aos princípios do direito internacional, que nunca respeitou em primeiro lugar".

Também pelas redes sociais, o Hezbollah, apontado como alvo dos bombardeios pelo ministro israelense da Defesa, Israel Katz, condenou a "agressão desenfreada" contra o Líbano, que atribuiu à "frustração do inimigo após o fracasso retumbante em alcançar seus objetivos", após mais de um

mês. "Os massacres de hoje, bem como todos os crimes, confirmam nosso direito natural e legal de resistir ao ocupante e responder à sua agressão", diz um comunicado postado pelo grupo.

Os ataques israelenses foram os mais intensos desde 1º de março, quando o Hezbollah entrou na guerra em apoio ao Irã. "Precisaremos de 100 anos para esquecer o que nos aconteceu em 10 minutos", escreveu no X uma libanesa intitulada de Sally, moradora das montanhas próximas a Beirute. "A cidade sofreu bombardeio pesado, hoje, pela primeira vez", disse depois ao **Correio**. "Nós estamos psicologicamente devastados", relatou à reportagem Mimo Hajjar, moradora da capital.

Desde a retomada das hostilidades entre Israel e Hezbollah, que interrompe uma trégua firmada em novembro de 2024, o Líbano conta ao menos 1.739 mortos e 5.873, segundo o Ministério da Saúde. Mais de 1 milhão de civis abandonaram o sul do país e o Vale do Bekaa, no leste, em direção à capital. Os deslocados são, na maioria, muçulmanos xiitas. Teriam como destino natural os subúrbios ao sul de Beirute, reduto da comunidade, mas a população da área vem sendo repetidamente advertida por Israel a deixar suas casas.

O movimento em massa dos civis, como desdobramento dos combates no sul e da incursão de tropas israelenses, se soma às tensões intercomunitárias acumuladas desde o fim da Guerra Civil Libanesa (1975-1990). Assim que o Hezbollah retomou os ataques a Israel, o premiê e o presidente Joseph Aoun, cristão maronita,

declararam ilegal o braço armado e suas operações. Observadores da cena, porém, alertam para o risco de o país ser empurrado de volta ao conflito armado interno.

"Há duas ordens de problemas de desordem civil para nos preocuparmos. O primeiro é a instabilidade social e o potencial para violência entre a população deslocada, na maioria xiita, e outras confissões religiosas", observa Faysal Itani, libanês de Beirute, professor de política do Oriente Médio na Universidade Georgetown (EUA). Falando ao **Correio**, ele aponta outro perigo para a frágil estabilidade do país: o desarmamento do Hezbollah. "Os israelenses não confiam mais no Exército libanês para isso, portanto não estão cooperando com nenhum esforço nessa direção", observa. "Na verdade, o Exército libanês também não tem feito esforço nenhum para isso." (Colaborou Rodrigo Craveiro)

## VISÃO DO CORREIO

# Nosso lugar na desordem global

As primeiras 24 horas desde o anúncio do cessar-fogo bilateral entre Estados Unidos e Irã bastaram para esclarecer ao menos um ponto, entre tantas incertezas relacionadas ao conflito: cada passo à frente deve ser valorizado, até comemorado. Mas é imprudente ver em qualquer avanço algum tipo de garantia para uma paz sólida e duradoura.

A guerra iniciada no último dia de fevereiro tem raízes muito mais profundas que os itens negociados entre os dois lados, com intermediação do Paquistão. Incluem terceiras e quartas partes, como Israel e o Líbano. E, na ausência de documentos firmados e publicados, dão margem a controvérsias — como as que se instalaram, ontem, em torno dos bombardeios israelenses maciços sobre a capital libanesa.

Não se trata, à primeira vista, de episódios que possam, por si só, pôr a perder a trégua negociada a duríssimas penas, depois de 40 dias de hostilidades. Mas eles ilustram e dão dimensões aos obstáculos colocados no caminho da diplomacia.

Em cada ponta do conflito, injunções domésticas pesam sobre as decisões tomadas nas instâncias de comando. EUA e Israel traçam metas e fazem cálculos com as urnas no horizonte. Em situações distintas, Donald Trump e o premiê Benjamin Netanyahu têm o futuro político vinculado ao veredicto dos eleitores. No Irã, está em jogo o futuro de uma nova liderança, que ascende para substituir os dirigentes abatidos em bombardeios — mártires, na constelação ideológica do islã xiita.

No Líbano, a destruição material, as perdas humanas e o deslocamento em massa de população fazem estremecer

a frágil convivência entre as confissões religiosas que compõem o mosaico da população — um terreno social riscado por falhas geológicas que produziram 15 anos de guerra civil, entre 1975 e 1990.

Uma apreciação ligeira e panorâmica dos desafios entrelaçados basta para que se compreenda a fragilidade do processo em curso. Visto da distância conveniente em que nos encontramos, o cenário parece gritar pela urgência de um sistema de relações internacionais capaz de circunscrever disputas, conter escaladas de violência e, sobretudo, inibir seu alastramento.

Foi sob esses lemas que a Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu, em 1945, entre escombros e cicatrizes da Segunda Guerra Mundial. Depois de oito décadas, quatro delas aprisionadas nos meandros da Guerra Fria, o sistema multilateral concebido para disciplinar as relações internacionais dá sinais de esgotamento.

Incidir diretamente na crise em andamento está, claramente, além do alcance da diplomacia brasileira. Mas, até pela relativa equidistância entre as partes envolvidas, o país tem diante de si a oportunidade de se fazer ouvir justamente no que diz respeito à arquitetura do sistema ONU. Como porta-voz da América Latina e do chamado Sul Global, uma parte do mundo que participa apenas da distribuição dos danos — notadamente, a montanha-russa nos mercados globais —, o Brasil tem aportes a fazer nas discussões destinadas a dar forma e expressão a uma ordem internacional multipolar.

Nela, e apenas nela, pode haver caminho para que não recaiam sobre todos os ônus da insanidade cometida por uns poucos.



**CIDA BARBOSA**  
cidabarbosa.df@dabr.com.br

## Socorro que não chega

Com o despertar do Brasil para o desafio do combate à violência contra a mulher, vemos no país uma mobilização nacional, que envolve Estado, entidades, movimentos sociais, meios de comunicação, população em geral. O enfrentamento tem se dado com leis, políticas públicas, campanhas massivas de conscientização, debates, manifestações nas ruas. O número de feminicídio e de outras violências de gênero ainda é alarmante, sim, mas estamos na peleja para transformar essa realidade.

Como mulher, como ser humano, saúdo imensamente esse despertar, claro, mas fico me perguntando quando faremos o mesmo em relação à segurança de outro grupo vulnerável — na verdade, o mais carente de proteção entre todos, o de crianças e adolescentes. A violência contra eles é uma chaga neste país, porém está a anos-luz de ser tratada com o rigor e a urgência que a gravidade exige.

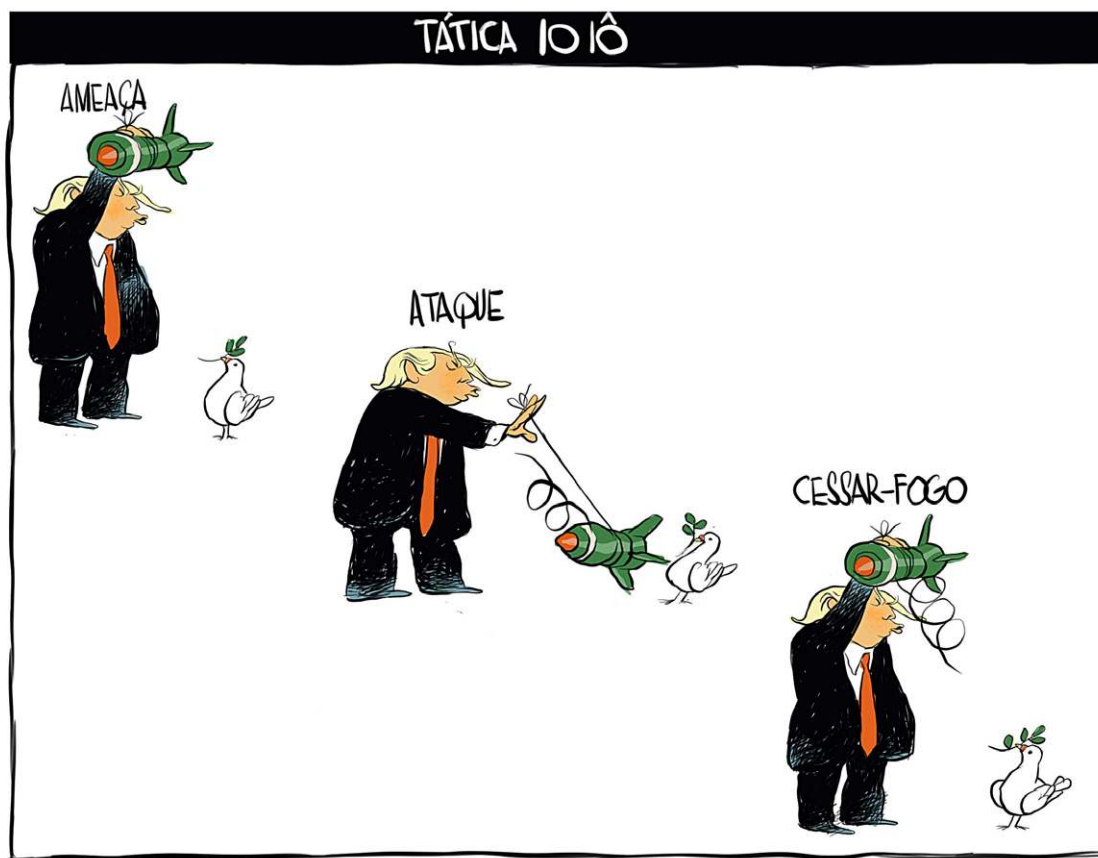
Cito aqui casos que aconteceram há poucos dias. No Rio de Janeiro, uma bebê de 1 ano e 9 meses morreu espancada pelo padrasto. Também no estado, uma criança de 1 ano e 4 meses, agredida pela mãe e pelo companheiro dela, sofreu traumatismo craniano e está internada com quadro grave. Em São Paulo, uma recém-nascida foi surrada pela mãe; e uma outra criança, de 11 meses, não sobreviveu à violência praticada pela mãe e pelo padrasto. Aqui no DF, duas crianças, de 8 e 12 anos, eram frequentemente agredidas pelo pai com fios, cipós e

tábuas, além de serem submetidas a castigos degradantes e serem ameaçadas de morte. Em Minas, uma menina, de apenas 39 dias, foi morta por asfixia pela mãe. No Amazonas, uma garotinha de 10 anos denunciou, por meio de desenhos, que era rotineiramente estuproada pelo pai.

Há uma proliferação de crimes de extrema violência assim contra crianças e adolescentes. Uma epidemia no país. Tratamento cruel, torturas, estupro, homicídios. Um horror que ocorre, principalmente, dentro da própria casa da vítima.

O Atlas da Violência, divulgado no ano passado, mostrou que, a cada hora, 13 crianças e adolescentes sofreram algum tipo de violência em 2023. Uma série de outros levantamentos mostra que meninas e meninos são sempre as principais vítimas de todo tipo de abuso.

Mesmo diante do panorama aterrador, o país segue negligenciando a segurança da sua população mais vulnerável. Até quando esse sofrimento ficará sob o manto da invisibilidade? É urgente despertarmos — como fizemos em relação à violência de gênero — para o dever de proteção integral de crianças e adolescentes. E tem de ser imediatamente, com ações efetivas e coordenadas; campanhas massivas de conscientização, políticas públicas de prevenção à violência. Tem de ser um esforço conjunto, de Estado, família e sociedade, para o enfrentamento dessa realidade brutal.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

### Guerra 1

O cessar-fogo no Oriente Médio do último dia 7 expõe com precisão o monumental fracasso estratégico de Donald Trump e Benjamin Netanyahu. Ao recuar de seu objetivo inicial de derrubar o regime iraniano, Trump não apenas capitulou, mas entregou a Teerã uma vitória política inestimável. A reabertura do Estreito de Ormuz, celebrada como conquista, é uma ilusão que mascara o verdadeiro custo geopolítico: o Irã consolidou seu poder regional e demonstrou controle sobre uma rota vital, enquanto os Estados Unidos amargam sua maior derrota desde o Vietnã. A arrogância de subestimar a resiliência iraniana resultou em um cenário em que o regime mantém seu programa nuclear intacto e os aliados árabes pagam o preço da instabilidade. O recuo americano não trouxe paz, apenas reconfigurou o tabuleiro global em favor de seus adversários.

» **Marcelo Galimberti Nunes**

Sudoeste

### Guerra 2

As pessoas já estão protestando contra a guerra diante da Casa Branca, nos Estados Unidos, lembrando que as decisões tomadas no calor do momento podem custar vidas inocentes. Em tempos assim, a sociedade precisa ser a voz que puxa o freio, que exige prudência, que lembra que bravatas não constroem segurança.

» **Pacelli M. Zahler**

Sudoeste

### Bets

Sou contra proibir as bets, como afirmou o presidente Lula. Tem que deixar a população ter o direito de escolha. O ideal seria que o brasileiro médio tivesse o mínimo de inteligência para perceber que esses jogos de aposta on-line são uma furada. O Estado sempre quer “agir na ponta” esquecendo a base, que, nesse caso, seria a educação.

» **Kelvin Mello**

Brasília

### Demagogia

Existem três vícios muito comuns na democracia que poucas sociedades conseguiram dominar. São eles: a demagogia, a inflação e a subversão. O demagogo alcança o poder subornando o eleitorado. Promete riqueza e bem-estar para todo mundo. Promete abolir o desemprego. O demagogo explora a fraqueza dos desaculturados e a preguiça de muita gente. A maneira do demagogo fazer política é inevitavelmente inflacionária, já que o demagogo promete cumprir exigências que estão fora do alcance dos recursos reais do país. E a subversão, ela que é tal como a demagogia e a inflação ao mesmo tempo, um fator característico e corruptor do processo democrático? A subversão vem sendo a tentativa sistemática de um grupo organizado em destruir a ordem existente na sociedade, desrespeitando a Constituição.

» **Renato Mendes Prestes**

Águas Claras

## Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Em publicação na rede social, Trump ameaça com o extermínio da civilização iraniana e, no final, fala em Deus. Duas coisas que não combinam: O nome de Deus e Donald Trump.

**Abraão F. do Nascimento** — Águas Claras

Escalada com o Irã deixa Donald Trump exposto ao risco de um “Vietnã”, evocando o fantasma do atoleiro prolongado e politicamente custoso enfrentado pelos Estados Unidos no Sudeste Asiático.

**Túlio Marco Soares Carvalho** — São Paulo

A bomba mais letal é o Estreito de Ormuz. Acerta o coração financeiro de todos os países!

**Nathã O. Martins** — Brasília

No governo passado, a solução sempre era diminuir os impostos. Neste, é justamente o contrário. Não é à toa que 80% das famílias estão endividadadas!

**Carol Diniz** — Barro Preto (BA)

As dívidas são um problema estrutural do brasileiro por falta de educação financeira. Com a chegada das bets, só piorou. Esse projeto de usar o FGTS para pagar dívidas é eleitoreiro.

**Adilson Pires** — Brasília

Torraram o dinheiro da cidade com obras caras, inacabadas e de baixa qualidade. Basta, como exemplo, ver a Estrutural, já apresentando buracos.

**Francisco Denys** — Brasília

## Sobrenome

Há, na grande mídia jornalística, de pouco tempo para cá, uma certa economia no uso de sobrenomes ao se referir a alguns políticos. Alguns nomes próprios, por si só, já carregam a identificação de quem se está falando. Por exemplo: Djavan, todos sabem de quem se trata. Mas, se for “Chico”, quem seria? Chico Buarque? Chico Science? Essa “certa economia” me parece mais uma necessidade de esconder o patronímico do político do que uma simples economia de caracteres.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**

Santos (SP)

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegará”  
Camões, e, VII e 14

**GUILHERME AUGUSTO MACHADO**  
Presidente

**Leonardo Guilherme Lourenço Moisés**  
Vice-Presidente executivo

**Ana Dubeux**  
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	ASSINATURAS* SEG a DOM R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
<b>Assine</b> (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreito terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
<b>Anúncio</b> Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A. Press Multimídia  
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;  
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.uudapress.com.br](http://www.uudapress.com.br)

# Contratos administrativos e o tempo



» BRUNO DANTAS  
Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

como dogma intocável: o texto originalmente assinado torna-se sagrado, qualquer modernização, infidelidade. O administrador, impedido de adaptar, refugia-se na omissão. E a sociedade, que depende desses serviços, paga o preço da paralisia.

A saída não está nesse dogma, mas em reconhecer uma simetria que o direito ignora: o juiz, o gestor e o controlador decidem na mesma condição — informação incompleta, normas vagas, contingências irreduzíveis. A teoria processual descreve a incerteza do juiz; a economia institucional, a do gestor; a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) reconhece a do controlador ao determinar que o decisor considere as circunstâncias de fato ao tempo da conduta.

É nesse horizonte que a consensualidade revela sua função mais profunda. Não serve para afastar sanções, e sim para promover, de forma assistida, as mudanças substanciais sem as quais esses contratos já não conseguem atender ao interesse público. Quando o controle reúne à mesa o gestor, o parceiro privado e o auditor — este não como acusador, mas como testemunha técnica que expõe em tempo real seu olhar —, a modernização contratual deixa de ser infidelidade e se torna ato institucional.

Os resultados acumulados em três anos confirmam a hipótese. Foram mais de 40 pedidos, com acordos homologados em rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, energia e telecomunicações. Os ativos analisados superam R\$ 300 bilhões; os investimentos viabilizados somam dezenas de bilhões. No setor de telecomunicações, a solução consensual

encerrou a maior arbitragem já movida contra a Administração Pública federal. Não são números modestos: traduzem o que significa governar contratos vivos em vez de venerar textos mortos.

É preciso, contudo, dissipar um equívoco: o consenso sério é sempre ponto de chegada — nunca ponto de partida. Exige mapeamento do problema, cenário rigoroso de não acordo, avaliação comparativa das alternativas. Sem essa disciplina, não há consenso, há capitulação disfardada.

No primeiro capítulo de Isaías, após severa admoestação ao povo de Israel, o Senhor não profere sentença. Convida: “Vinde, pois, e arrazoemos.” É a autoridade soberana que, podendo impor, escolhe dialogar — não porque duvide de si mesma, mas porque sabe que a justiça mais legítima é aquela construída na presença do outro.

Em 2022, por decisão unânime e com apoio do Ministério Público de Contas — hoje voz obrigatória —, o Tribunal de Contas da União (TCU) criou a Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex.Consenso). Nesta semana, o Supremo examinará a ação contra a secretária: de um lado, um partido que se autoproclama liberal; do outro, 100% dos governadores de Estado, em manifestação favorável — eles que vivem, na ponta, a paralisia dos investimentos em contratos falidos.

A verdadeira força de uma instituição não se mede pelo volume de sanções que aplica, mas pela capacidade de produzir soluções que a sociedade reconheça como justas. Para tanto, é preciso parar de confundir o retrovisor com o para-brisa.

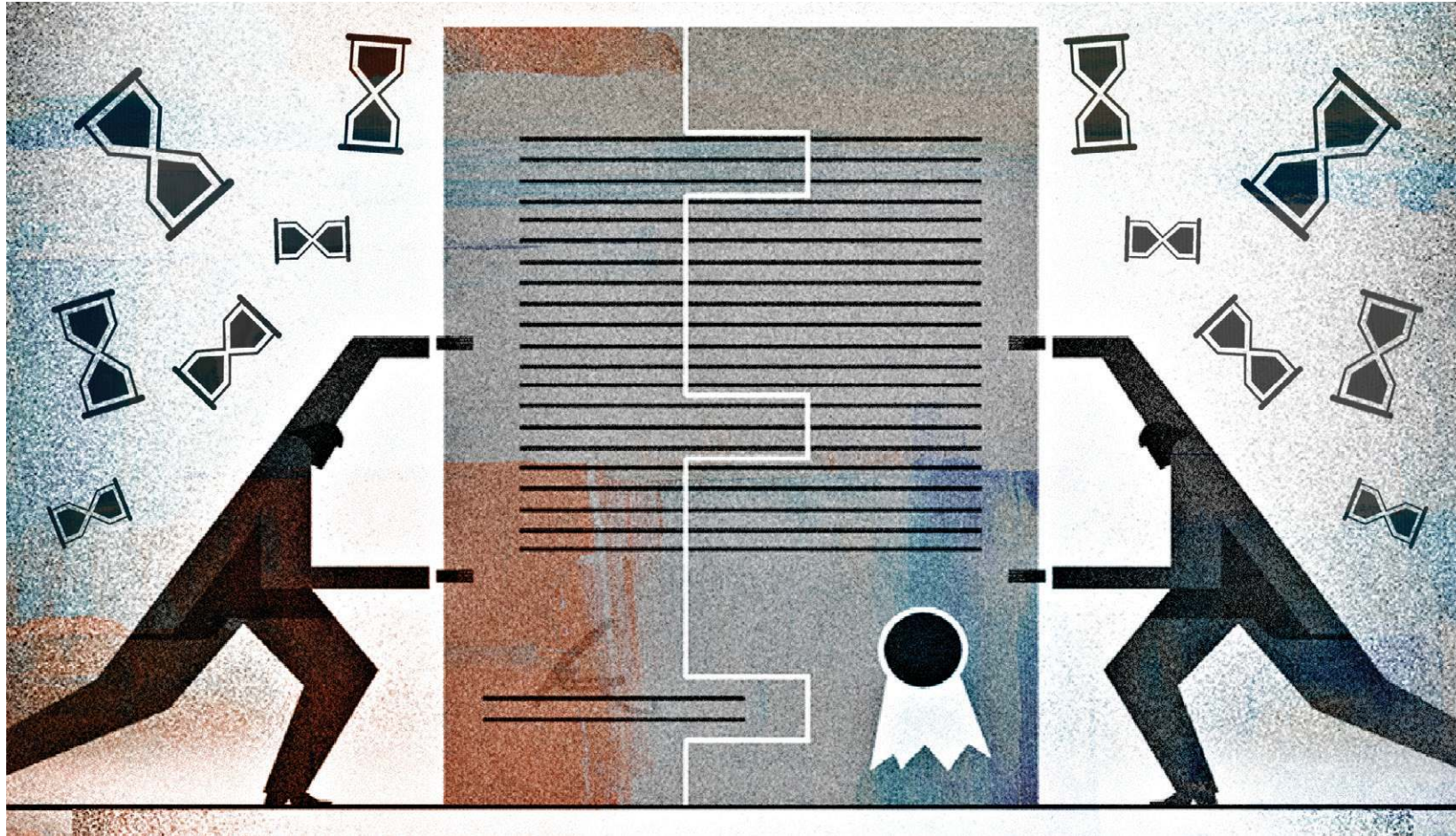
Imagine ser convocado, hoje, a julgar uma decisão tomada há 20 anos num país que já não existe mais. O mundo mudou: a tecnologia avançou, o mercado se transformou, três crises econômicas se sucederam. Você sabe como a história terminou — o decisor de então, não. E, ainda assim, cabe a você dizer se aquela escolha foi acertada.

Esse exercício de ventriloquia retrospectiva é o problema diário do controle dos contratos administrativos de longa duração — concessões, parcerias público-privadas, obras de infraestrutura. Não se confunde com a fiscalização de licitações ordinárias, em que tempo, regras e condições são bem delimitados.

Toda concessão de 30 anos é, por definição, um contrato incompleto. Nenhum redator antecipa pandemias, choques tecnológicos, mutações demográficas — e Oliver Hart, Nobel de Economia, fez disso teoria: a incompletude é condição estrutural da racionalidade humana, não falha de redação.

Daí decorre o fenômeno que costumamos chamar de infantilização do gestor público. Diante de contratos que já não correspondem à realidade, invoca-se a vinculação ao instrumento convocatório

Maurenilson Freire/CB/DA Press



## Endividamento público e as restrições ao próximo governo



» BENITO SALOMÃO  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE/UFU)

Este artigo é o primeiro de dois que ocuparão este nobre espaço a fim de trazer elementos sobre um tema crucial, particularmente no avizinhamento da eleição. Trata-se da dívida pública. Recentemente, foi divulgado o último dado da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que alcançou 79,2% do PIB. Esse mesmo indicador estava em 71,4% do PIB em janeiro de 2023. Em pouco mais de três anos, a DBGG avançou 8 pontos percentuais do PIB e com viés de alta para o horizonte futuro. O Brasil está às vésperas de uma nova eleição, não sabemos quem será presidente daqui 10 meses, mas sabemos que o próximo governo terá fatalmente que lidar com ajustes.

Para entender melhor de que forma a dívida atual está condicionando a política fiscal do próximo governo, é preciso retornar à contribuição de Lucas e Stockey (1983). Os autores constroem um modelo de inconsistência dinâmica em que a estrutura tributária, por influenciar a taxa de juros de títulos de dívidas de diversas maturidades, condiciona a dívida pública. No modelo sem moeda (economia de escambo) e considerando que a dívida pública tenha maturidade ampla o suficiente para atravessar de um governo para o próximo, as políticas fiscal-monetária de um governo funcionam como restrições sobre o próximo governo.

A ideia básica é que, se não há moeda, a estrutura

tributária é definida do lado real da economia. As preferências de famílias representativas quanto a consumir e trabalhar atuam como limitações à capacidade do governo de coletar tributos. Em linhas gerais, ao decidir tributar, o governo produz distorções na economia que refletem em alterações nas preferências da família representativa, produzindo um resultado social subótimo. Como não há moeda, isso condiciona também a capacidade de o governo se endividar, já que haverá limitações a ampliar a tributação para o pagamento dessa dívida. Esse é um resultado dinamicamente consistente, uma vez que a dívida pública emitida (ou paga) por um governo condicionará a necessidade de tributar (ou não tributar) do próximo governo.

Ao relaxar a hipótese de economia de escambo e inserir moeda no modelo, o resultado sofre uma flagrante modificação. Se há a possibilidade de emitir moeda, a restrição à tributação é substituída pelo incentivo à emissão de moeda; o pagamento da dívida pública se dá por via do imposto inflacionário. Logo, se o primeiro governo se endividou, ele cria o incentivo para que o próximo pague isso emitindo moeda e criando inflação. Essa solução é dinamicamente inconsistente, já que cria o incentivo para que um governo crie moeda (inflação) de forma discricionária para lidar com a dívida herdada do governo anterior.

O modelo foi pensado para uma economia sob moeda exógena e para a qual a clássica relação entre moeda e nível de preços da Teoria Quantitativa da Moeda se verificasse. Não é o caso das modernas economias que adotam Regimes de Metas de Inflação e que têm bancos centrais independentes. Em outras palavras, nem o nexos causal entre moeda e inflação são um tema relevante das economias contemporâneas, tampouco governos pagam dívida

pública emitindo moeda (na prática, eles pagam dívida antiga com emissão de dívida nova). Mas há alguma aplicação do modelo de Lucas e Stockey ao caso contemporâneo.

A alegoria da economia de escambo (trocas) ilustra que existem restrições do lado real da economia que limitam a carga tributária e a dívida pública. Ainda que a inserção de moeda, e consequentemente a inflação, flexibilize essas restrições, o financiamento inflacionário do governo também apresenta custos sociais. Ademais, há na sociedade brasileira uma aversão à inflação que funciona como um limitador da economia política ao supracitado incentivo de pagar dívida pública por via de emissão monetária.

Digressões teóricas à parte e voltando para o caso brasileiro, a dívida pública avançou 8 pontos do PIB em três anos. O próximo governo herdará uma DBGG próxima a 80% do PIB. Apenas para que se tenha uma ideia, há 10 anos, em dezembro de 2015, esse indicador estava em 65,5% do PIB, e esse endividamento esteve no epicentro da grave crise econômica que acometeu a economia entre 2014 e 2016.

É claro que não há paralelos entre aquele momento e o atual, nem é meu objetivo alardear crises à frente. É claro também que inúmeros choques acometeram a economia brasileira desde 2015, foram acomodados via política fiscal (é pra isso que ela existe!) e ajudaram a explicar o atual patamar. Mas que fique claro: o próximo governo não terá margem para elevar o endividamento público em mais 8 pontos do PIB. Ou, em outras palavras, há uma restrição à política fiscal que o próximo governo, independentemente do eleito, herdará. Seria bom que os meios para estabelecer a relação dívida/PIB, que afetarão diretamente a sociedade, passassem por uma ampla discussão durante a eleição.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



## Uma referência em questão: o Hospital das Forças Armadas

Durante décadas, o Hospital das Forças Armadas (HFA), em Brasília, foi símbolo de excelência médica no serviço público brasileiro. Equipamentos de ponta, corpo clínico qualificado e estrutura moderna colocavam a instituição entre as mais bem avaliadas do país, não apenas no âmbito militar, mas no sistema de saúde como um todo. Hoje, porém, pacientes reclamam de um processo gradual de deterioração.

Relatos recorrentes apontam para dificuldades no atendimento, atrasos em procedimentos, carência de insumos e equipamentos defasados. Situações que, isoladamente, poderiam ser atribuídas a problemas pontuais, mas que, somadas ao longo do tempo, revelam um quadro estrutural mais profundo. O que antes era referência passa a conviver com sinais claros de desgaste institucional. Um dos fatores centrais desse processo está na redução ou na insuficiência de investimentos ao longo dos anos.

Hospitais de alta complexidade exigem atualização constante de tecnologia, manutenção de equipamentos e capacitação contínua de equipes. Sem esse ciclo permanente de modernização, a defasagem torna-se inevitável. Dados gerais sobre o sistema público de saúde no Brasil mostram que o investimento per capita ainda enfrenta limitações quando comparado a países com sistemas equivalentes. No caso de instituições específicas, como o HFA, a situação se agrava quando há ausência de planejamento estratégico de longo prazo voltado à preservação de sua capacidade operacional.

Outro ponto crítico é a gestão de pessoal. Profissionais altamente qualificados, quando inseridos em ambientes com limitações estruturais, tendem a enfrentar desmotivação. Falta de recursos, sobrecarga de trabalho e dificuldades operacionais impactam diretamente a qualidade do atendimento e o clima organizacional. Em hospitais, onde a eficiência depende da integração entre equipes e tecnologia, esse tipo de desgaste tem efeitos imediatos.

Especialistas em administração hospitalar destacam que a qualidade do serviço está diretamente ligada à combinação de fatores como infraestrutura adequada, financiamento contínuo e valorização do corpo técnico. A ausência de qualquer um desses elementos compromete o funcionamento do sistema como um todo. No caso do HFA, soma-se ainda uma questão institucional mais ampla. Hospitais militares ocupam um espaço específico dentro do sistema de saúde, atendendo não apenas militares, mas também seus dependentes e, em alguns casos, o público civil. Essa dupla função exige equilíbrio delicado entre missão institucional e capacidade operacional.

É importante, contudo, analisar o fenômeno com cautela. A deterioração de instituições públicas raramente é resultado de uma única gestão ou de um único período. Em geral, trata-se de um processo cumulativo, resultado de decisões sucessivas, prioridades orçamentárias e contextos econômicos diversos. Ainda assim, o impacto sobre a população atendida é imediato. O futuro, caso não haja intervenção consistente, tende a seguir trajetória de declínio. Esse é o risco clássico de instituições que deixam de ser prioridade em políticas públicas.

Por outro lado, fizemos contato com a comunicação social da instituição, em que o coronel Sergio nos informou o seguinte: “Nesses 54 anos de história, o Hospital das Forças Armadas tem prezado pela posição de referência na capital da República. Os problemas enfrentados atualmente pela instituição estão sendo mapeados para serem resolvidos pontualmente. Numa busca constante de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, o HFA comemora a aquisição de uma plataforma robótica. Além disso, em recente pesquisa realizada foi percebido uma melhoria no grau de satisfação de nossos usuários. Mas a gestão atual está focando nas baixas avaliações e tomando providências para mitigar os problemas”. Por acesso livre ao blog do Ari Cunha, o leitor pode acompanhar um vídeo criado por ocasião do aniversário da instituição.

O futuro, por sua vez, dependerá das escolhas feitas agora. Enfrentar essa fase com coragem e determinação é a única forma de preservar e eventualmente recuperar o papel que o Hospital das Forças Armadas já desempenhou no sistema de saúde brasileiro.

**A frase que foi pronunciada:**

“Não é o mais forte da espécie que sobrevive, nem o mais inteligente, mas, sim, aquele que melhor se adapta às mudanças.”

Charles Darwin

**História de Brasília**

Outra solução também dada pelo presidente foi sobre o caso dos professores. Hoje haverá aula no ensino médio, e os professores já deixaram as casas do BNDE, invadidas na madrugada de 21 de abril. (Publicada em 17/5/1962)

## Resposta às canetas mediada por genes

Estudo indica possível relação entre maior eficácia dos medicamentos e incidência mais significativa de efeitos adversos, especialmente sintomas gastrointestinais. Segundo a pesquisa, uma das variáveis para isso seria a genética

» PALOMA OLIVETO

Considerados uma revolução no tratamento da obesidade, medicamentos da classe dos agonistas do receptor de GLP-1, como semaglutida e tirzepatida, geralmente resultam em perda de peso significativa, mas, para alguns pacientes, o resultado pode ser limitado. O mesmo ocorre com efeitos colaterais: enquanto muitos toleram náuseas e vômitos, alguns usuários das “canetinhas emagrecedoras” precisam interromper o tratamento pela intensidade desses sintomas. Parte dessa diferença pode ser explicada por fatores genéticos, segundo um artigo publicado na revista *Nature*.

O estudo do Instituto de Pesquisa 23andMe, na Califórnia, analisou dados de 27.885 pessoas que relataram o uso desses medicamentos. Desenvolvidos originalmente para tratar diabetes tipo 2, os agonistas de GLP-1 passaram a ser usados amplamente no controle de peso, porque reduzem o apetite, retardam o esvaziamento gástrico e melhoram a secreção de insulina. No Brasil, os remédios do tipo já representam 4% do mercado farmacêutico, segundo uma pesquisa do Itaú/BBA, e 22% das pessoas que recebem acima de dez salários mínimos já experimentaram alguma das substâncias.

Apesar da eficácia média expressiva — em torno de 10% de perda de peso corporal em estudos clínicos — a resposta varia muito. Enquanto alguns pacientes perdem mais de 25% do peso, outros praticamente não apresentam mudança ou até ganham gordura. Segundo os autores da pesquisa publicada na *Nature*, a variabilidade os motivou a investigar o papel da genética. Para eles, saber que variantes podem influenciar o emagrecimento e os efeitos adversos abre caminho para uma abordagem mais personalizada no tratamento da obesidade, baseada no perfil genético de cada paciente.

### Gastrointestinais

A análise identificou uma variante específica no gene *GLP1R* — que codifica o receptor alvo desses medicamentos — associada a maior perda de peso. Cada cópia dessa versão foi relacionada a uma redução adicional de aproximadamente 0,76 kg. Além disso, os cientistas encontraram mutações no *GLP1R* e no *GIPR* relacionadas a um risco aumentado de efeitos gastrointestinais, especialmente náuseas e vômitos.

“Ao mostrar que variantes nos genes *GLP1R* e *GIPR*, justamente os alvos dessas medicações, estão associadas tanto à eficácia quanto aos efeitos colaterais, como náuseas e vômitos, o estudo traz um ponto extremamente importante”, avalia a médica Fernanda Parra, pós-graduada em endocrinologia e metabologia, que atua em São Paulo. “Isso ajuda a explicar algo que a gente já observa na prática: não é falta de esforço do paciente quando ele não responde bem ou quando tem mais efeitos adversos, é uma questão biológica”, diz. Segundo Parra, no curto prazo, isso ainda não muda a forma

FreePic



Diversos fatores podem explicar as diferenças na perda de peso e na sensibilidade a efeitos colaterais entre usuários

### Três perguntas para

**CAROLINA CASTRO PORTO SILVA JANOVSKY**, MÉDICA ENDOCRINOLOGISTA, PROFESSORA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM ENDOCRINOLOGIA CLÍNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP) E MEMBRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA (SBEM)

#### O que explica as variações na resposta ao GLP-1?

Os fatores mais importantes hoje parecem ser bem práticos: qual hormônio foi escolhido, a dose atingida, o tempo em tratamento e a capacidade de manter o uso, porque perder peso com esses remédios depende muito de conseguir subir a dose e permanecer nela. No estudo, tirzepatida, sexo feminino, maior tempo de uso e dose mais alta se associaram a maior perda de peso; idade mais avançada teve efeito negativo pequeno; e diabetes tipo 2 se associou a menor perda média. Parte da variação também pode refletir adesão, persistência e interrupção precoce, e não apenas “biologia pura”. Os efeitos gastrointestinais entram nessa conta. No artigo, náusea e vômitos se correlacionaram com maior perda de peso; ao mesmo tempo, evidência recente mostra que doses mais altas aumentam o risco de náusea, vômito, diarreia e constipação. Em outras palavras: a tolerabilidade molda a resposta real.

#### As descobertas podem impactar a prática clínica no curto prazo?

No curto prazo, o impacto é mais de estratificação de risco e aconselhamento do que de mudança imediata de prescrição. Os achados do estudo sobre eficácia e efeitos colaterais podem, no futuro, influenciar a escolha da molécula, a velocidade de titulação e a intensidade do monitoramento. Mas eu seria cautelosa em dizer que isso já mudou a rotina. O próprio estudo mostra que o modelo combinado explicou 25% da variação da eficácia, e os modelos para náusea/vômito tiveram desempenho apenas moderado.

#### Quão perto está a medicina de precisão no combate à obesidade?

Estamos mais perto de uma medicina de precisão probabilística do que de uma medicina de precisão “sob medida” capaz de prever com alta confiança, antes do início, quem vai perder muito peso e quem vai passar mal. Já existem modelos com dados clínicos rotineiros que mostram promessa para resposta glicêmica em diabetes tipo 2, mas a utilidade para peso, efeitos adversos e desfechos cardiovasculares ainda é limitada



Arquivo pessoal

ou pouco explorada. A própria revisão publicada pede validação externa, inclusão de semaglutida/tirzepatida nos algoritmos e dados mais robustos para efeitos colaterais e populações diversas. Então, eu diria assim: a medicina de precisão já começou, mas ainda não chegou ao consultório de forma madura para obesidade. Hoje ela serve mais para refinar probabilidade e monitoramento do que para “adivinhar o destino” de cada paciente. (PO)

### ARTEMIS II

## Administrador da Nasa diz que chance de vida alienígena "é alta"

Em meio ao interesse renovado pelo espaço, o chefe da missão Artemis II e administrador da Agência Espacial Norte-Americana, Jared Isaacman, disse em uma entrevista que as chances de a humanidade não estar sozinha no universo são “bastante altas” — e que essa questão orienta, de forma direta, as decisões científicas da Nasa. Nesta semana, o primeiro voo tripulado à Lua em mais de cinco décadas entrou para a história, levando o ser humano para o ponto mais distante da Terra, a 407 mil km do planeta azul.

À emissora CNN, Isaacman destacou que a pesquisa sobre a existência de vida fora da Terra é um dos pilares da atuação da Nasa. “Nosso trabalho é sair e tentar desvendar os segredos do Universo, e a questão se estamos sozinhos permeia todos os

esforços científicos da agência”, garantiu.

Apesar do tom otimista, Isaacman foi cauteloso ao afirmar que nunca foram encontradas evidências diretas de vida extraterrestre. Ainda assim, ele destacou que a vastidão do Universo — estimada em cerca de 2 trilhões de galáxias — torna plausível a descoberta futura de alguma forma de vida fora da Terra.

### Novo capítulo

A missão Artemis II simboliza um novo capítulo da exploração espacial. Lançada em 2 de abril, a cápsula Orion colocou em órbita lunar quatro astronautas — Reid Wiseman, Victor Glover, Christina Koch e Jeremy Hansen —, que também fizeram um sobrevoo em forma de oito pelo

chamado lado oculto da Lua, impossível de se ver da Terra pelo alinhamento do satélite com o planeta.

Embora o foco imediato seja técnico — como a validação dos sistemas de suporte à vida —, a missão também prepara o terreno para etapas mais ambiciosas. Entre elas, o retorno de astronautas à superfície lunar e a construção de infraestrutura permanente no satélite natural da Terra. Além de explorações científicas, a base lunar deverá servir como um “pit-stop” para futuras incursões humanas em outros planetas: Marte é o primeiro na mira da Nasa.

A cápsula Orion deve pousar amanhã na costa de San Diego, nos Estados Unidos, por volta das 21h (horário de Brasília). Hoje, os quatro astronautas farão uma coletiva de imprensa via rádio, do espaço.

Nasa/AFP



Imagem captada durante live da tripulação da Orion Integrity

### CASO MASTER

# Investigação interna avança no BRB

Após entrega do relatório da auditoria independente, especialistas em mercado financeiro avaliam os mecanismos utilizados para o levantamento de dados sobre as operações suspeitas, como as ocorridas no Banco de Brasília

» MILA FERREIRA  
» ANA CAROLINA ALVES  
» PAULO GONTIJO

Com a conclusão da auditoria independente realizada pela Machado Meyer Advogados com assistência da Kroll, especialistas ouvidos pelo Correio destacam as metodologias e os caminhos utilizados para desvendar a engrenagem que levou o Banco de Brasília (BRB) a se envolver em uma fraude bilionária envolvendo o Banco Master, que deixou sérios prejuízos na instituição brasiliense. O relatório da auditoria foi enviado à Polícia Federal (PF), que irá avaliar a existência de materialidade para a adoção de eventuais medidas cabíveis.

Ontem à noite, durante evento promovido pelo Sebrae, em Brasília, que reuniu empreendedores para discutir o cenário econômico e políticas de incentivo ao setor, Celina afirmou que o BRB deve retomar sua vocação como banco regional.

“Nosso banco, nosso BRB, vai voltar à vocação dele, que é ser um banco regional e cuidar das pessoas aqui do Distrito Federal e cuidar das mulheres”, disse a governadora.

Segundo a governadora, a orientação é que a instituição direcione recursos já garantidos para fomentar o empreendedorismo local, especialmente entre mulheres, em parceria com o Sebrae. A proposta é ampliar oportunidades de crescimento, acesso a crédito e geração de renda no DF.

Após a divulgação do relatório, ela comentou sobre uma possível ajuda do governo federal para recuperar o banco. “Eu não sei se existe necessidade, se eles vão fazer, mas eu acho que, se não atrapalhar, já ajuda muito”, afirmou.

A chefe do Executivo defendeu a manutenção do diálogo institucional como principal caminho para lidar com a situação interna do banco. “A gente está sempre aberto ao diálogo. Acho que o diálogo é o que pode passar qualquer tipo de barreira contrária. Então, ele precisa acontecer entre as instituições”, destacou.

### Capacidade forense

Especialista em mercado financeiro e análise macroeconômica da Armada Asset, Marcos Valadão explica que auditorias independentes como a realizada no BRB têm vantagens que a estrutura interna do banco não consegue replicar.

“Os auditores externos não respondem aos diretores que estão sendo investigados, eles se reportam diretamente ao Conselho de Administração, o que elimina o risco de retaliação e conflito de interesse”, detalhou. “Além disso, as empresas externas, em geral, têm mais capacidade forense. No caso da Machado Meyer e da Kroll, eles utilizam uma tecnologia chamada follow the money (sigam o dinheiro) que tem capacidade de identificar, por exemplo, se fundos ligados ao Banco Master teriam adquirido ações do próprio BRB (na

Ed Alves/CB/D.A Press



Auditoria interna vai ajudar a identificar as engrenagens que levaram o BRB a comprar ativos podres do Banco Master

### Operação

#### Como funciona a compra de ativos de outros bancos?

- A operação nunca depende de decisão unilateral. O fluxo tem várias camadas;
- Primeiro, a área de negócios ou a tesouraria identifica oportunidade e elabora a proposta;
- Depois, as áreas técnica, jurídica e de risco fazem uma auditoria profunda nos ativos, verificam se os devedores existem, qual o índice de inadimplência, se há garantias reais;
- Em paralelo, a área de compliance e PLD (Prevenção à Lavagem de Dinheiro) faz uma checagem rigorosa sobre a instituição vendedora, quem são os sócios, qual a reputação, se existe conflito de interesse;
- A operação, então, passa pelo Comitê de Crédito e pelo Comitê de Risco, que são colegiados, não decisões individuais;
- A aprovação da Diretoria Executiva em conjunto e do Conselho de Administração é obrigatória;
- Dependendo do porte, a operação precisa de homologação regulatória do Banco Central;

“O que o caso BRB-Master evidencia é que fraudes dessa magnitude só acontecem quando há um bypass (desvio) sistemático desses controles. Várias camadas de proteção falharam ou foram atropeladas simultaneamente. Isso reforça uma discussão muito importante no setor: a área de compliance precisa ter autonomia real para vetar negócios arriscados, independentemente de quem esteja patrocinando a operação dentro da instituição”, explicou o especialista em mercado financeiro e análise macroeconômica da Armada Asset Marcos Valadão.

gestão de Paulo Henrique Costa) por meio de estruturas opacas, formando o que as investigações apontam como um circuito fechado de capital”, completou.

Valadão observou que investigações forenses desse tipo têm capacidade de fazer cruzamentos de dados em profundidade. “A auditoria não se limita aos balanços,

ela analisa e-mails corporativos, mensagens, registros de aprovação em sistemas internos e atas de comitês, o que permite a reconstrução da cadeia de decisões. É possível identificar quem sabia de quê, quem assinou o quê e se os pareceres de crédito e compliance foram seguidos ou deliberadamente contornados”, destacou.

O especialista ressaltou que a auditoria independente e a fiscalização feita pelo Banco Central (BC) são complementares. “O BC tem papel de supervisão regulatória com o objetivo de proteger o Sistema Financeiro Nacional e o dinheiro dos correntistas. No caso do BRB, o BC identificou o problema ao avaliar o impacto de bilhões em carteiras suspeitas sobre o balanço do banco, e acabou rejeitando a operação de compra do Master”, observou. “A auditoria independente desce ao nível micro da operação para descobrir como os controles internos falharam, quem burlou as regras de compliance e quem são os beneficiários do esquema”, acrescentou.

“A auditoria independente gera o embasamento material para que o banco afaste executivos, processe responsáveis civilmente para recuperar prejuízos e encaminhe o material à Polícia Federal e ao Ministério Público para responsabilização penal. Foi o que aconteceu quando um relatório prévio da Machado Meyer/Kroll, entregue à PF em janeiro, levou à abertura de inquérito por gestão fraudulenta de ex-diretores”, pontuou Marcos Valadão.

### Comprovação

Professora de direito empresarial do Ibmec Brasília, Juliana Garcia explicou que a recuperação de eventuais prejuízos depende da comprovação de falhas concretas na atuação dos gestores. “O prejuízo pode ser buscado contra os administradores das instituições prejudicadas, mas isso depende de ação judicial

própria, em que se demonstre violação concreta de deveres legais, como o dever de diligência, lealdade ou informação”, afirmou.

Segundo ela, o simples fato de uma operação ter sido arriscada ou ter gerado perdas não é suficiente para responsabilização. “Sem a prova de violação concreta de dever legal, o risco do negócio, por maior que seja, é inerente à atividade empresarial. O caminho jurídico existe, mas exige apuração técnica rigorosa antes de qualquer ação”, acrescentou.

Sobre o papel das auditorias, Juliana Garcia ressaltou a diferença entre os tipos existentes e suas finalidades. A auditoria investigativa, como a contratada pelo BRB, tem um objetivo voltado para o mapeamento de irregularidades. “Ela é focada em reconstruir cronologicamente os fatos, mapear decisões, identificar omissões e documentar o que ocorreu. Sua utilidade é inequívoca para organizar a apuração e dar visibilidade às circunstâncias das irregularidades, embora auditorias contratadas pelo próprio BRB mereçam, por sua natureza, leitura cuidadosa quanto ao seu alcance e independência”, detalhou.

A professora avaliou que esse tipo de auditoria pode ter papel relevante na apuração de responsabilidades, mas com limites. “A auditoria investigativa pode ser peça importante na responsabilização dos ex-diretores, mas, sozinha, é insuficiente para responsabilizar diretamente alguém”, afirmou. De acordo com ela, sua principal contribuição é organizar

os fatos. “Ela pode documentar quem tomou cada decisão, em que momento e com qual informação disponível. Se demonstrar que alertas foram ignorados ou que deveres legais foram descumpridos, passa a ter força probatória relevante”, explicou.

### Proteção

O BRB informou ao mercado, no último dia 2, que adotou uma medida judicial para tentar se proteger de possíveis prejuízos financeiros ligados a operações realizadas com o Banco Master. A comunicação foi feita seguindo regras de transparência exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão que fiscaliza empresas com ações negociadas na Bolsa.

Na prática, o banco entrou com um pedido na Justiça para garantir que, caso sejam identificadas perdas financeiras no futuro, haja recursos disponíveis para compensar esses danos. Esse tipo de solicitação é chamado de “tutela cautelar”, uma medida preventiva usada para evitar prejuízos maiores enquanto investigações estão em andamento.

“A medida judicial visa, especificamente, à eventual reserva, segregação e vinculação de bens, valores, ativos, créditos e fluxos financeiros que venham a ser identificados, recuperados, bloqueados, repatriados ou ofertados no contexto de investigações em curso, inclusive no âmbito de eventuais acordos de colaboração premiada”, diz um dos trechos do comunicado.

A legislação brasileira prevê que, em casos desse tipo, valores recuperados em investigações devem priorizar a reparação de quem foi prejudicado. Essa regra está prevista em normas como a Lei nº 12.850/2013, que trata de organizações criminosas, e no Código Penal.

O banco ressaltou, no entanto, que a medida tem caráter apenas preventivo. Isso significa que, até o momento, não há confirmação de prejuízos, nem definição de valores que possam ser recuperados. Ou seja, o pedido serve como uma forma de garantir direitos futuros, caso irregularidades sejam comprovadas.

Em fevereiro, o banco havia alcançado vitória na Justiça com a determinação, em caráter de liminar, do bloqueio e do arresto das ações do banco pertencentes a investidores na Operação Compliance Zero, que apura irregularidades envolvendo o Banco Master.

A decisão, proferida pela juíza Vanessa Maria Trevisan, da 13ª Vara Cível do Distrito Federal, envolve o empresário Daniel Vorcaro, ex-dono do Banco Master; seu ex-sócio Maurício Quadrado; o investidor Nelson Tanure; e o fundador da Reag, João Carlos Mansur. Eles se tornaram sócios do BRB ao adquirirem ações correspondentes a 25% do capital do banco público. As ações teriam sido adquiridas com recursos do próprio BRB, que havia comprado carteiras do Master.

## Oposição aciona a PGR

Os deputados federais Érika Kokay (PT-DF) e Pedro Uczai (PT-SC) protocolaram, nesta semana, na Procuradoria Geral da República (PGR), um pedido de investigação e bloqueio de bens do ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB), no

contexto da atuação dele no caso da compra de ativos podres do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). Ao **Correio**, o ex-governador minimizou a ação. “Politicagem pura”, disse o emedebista.

O instrumento jurídico utilizado pelos parlamentares foi a notícia de

fato, como são chamadas denúncias ou relatos que comunicam suposta ilegalidade e pode ser protocolada por cidadãos, órgãos ou entidades. Neste caso, os parlamentares pediram que a instituição apure a real participação e a responsabilidade de Ibaneis Rocha no escândalo.

No documento, eles sugerem que a instituição requiera documentos reunidos pela PF e órgãos de controle do país, a fim de esclarecer se e como o emedebista contribuiu para que o BRB firmasse operações de risco com o Master. Os deputados pedem que a PGR bloqueie os bens pessoais do ex-governador.

A denúncia sugere que Ibaneis teria tido papel central na articulação política e institucional das

operações que envolvem os aportes milionários feitos pelo BRB ao Master. Na visão dos denunciantes, Ibaneis teria usado a máquina pública distrital para sustentar operação temerária, “em benefício de interesses privados, com risco concreto de prejuízo ao patrimônio público”.

### Pressão

Essa não foi a primeira vez que partidos da oposição acionaram

a Justiça para investigar Ibaneis Rocha no contexto do caso BRB-Master. Em janeiro, os partidos PT, PV, PCdoB, PDT e Rede, apresentaram outra notícia de fato ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que a Procuradoria-Geral da República abrisse investigação sobre eventual envolvimento do ex-governador em fraudes sob investigação PF nas operações do BRB com Banco Master.



ANA MARIA CAMPOS  
camposanamarca5@gmail.com

## Aliança confirmada

Luís Tajés/Divulgação

O ex-senador José Antônio Reguffe reuniu os pré-candidatos da federação PRD-Solidariedade, na sede do Solidariedade, ontem, para anunciar que a deputada distrital Paula Belmonte (PSDB) é a candidata do grupo ao governo do DF. "Conte comigo, Paula, nessa jornada rumo ao governo", reforçou o presidente do SD-DF. Bastante aplaudida pelos presentes, Paula falou que reforça o time e que se une ao propósito do partido.



### Quase o dobro

No GDF, já se fala que o secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira, foi até cauteloso ao citar um déficit de R\$ 2,7 bilhões. O rombo, segundo alguns analistas, pode chegar a R\$ 5 bilhões.

Ed Alves/CB/D.A Press



Ed Alves/CB/D.A Press



### Ibaneis: "Valdivino desconhece o que recebemos de Rollemberg"

O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) disse ontem à coluna que o secretário de Economia, Valdivino de Oliveira, ao assumir o cargo "encontrou todas as medidas de ajustes já implementadas" para reduzir o déficit orçamentário. "Se pode (fazer) melhor, que o faça. A cidade agradece", disse Ibaneis. Ele voltou a criticar o antecessor que tem sido um duro crítico de sua gestão em postagens nas redes sociais. "Na verdade, ele (Valdivino) ficou muitos anos fora de Brasília e desconhece o que recebemos do Rollemberg", afirmou o ex-governador que assumiu o Palácio do Buriti em 2019, depois de quatro anos do governo de Rodrigo Rollemberg (PSB).

### Surfando nas críticas

Rodrigo Rollemberg e Ricardo Cappelli, do PSB, e Leandro Grass, do PT, postaram nas redes sociais trechos da entrevista de Valdivino de Oliveira à CBN. Tipo: não somos nós que estamos falando... É um aliado.

Divulgação/Bennê Mendonça



### Vida noturna

O ex-secretário de Economia do DF Ney Ferraz tem dormido pouco. Em postagem nas redes sociais, ele mostra que sai para malhar às 3h30. Muito cedo ou muito tarde?

### Proposta que transforma estágio em experiência profissional vai à sanção

O Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que reconhece o estágio como experiência profissional no Brasil. O PL 2.762/2019 altera a Lei do Estágio e dá a estudantes e recém-formados mais respaldo na hora de comprovar experiência. O texto segue agora para sanção presidencial. Para a relatora da proposta na Comissão de Educação, senadora Leila do Vôlei (PDT-DF), a medida busca reparar uma lacuna histórica e ampliar as oportunidades para jovens no mercado de trabalho. Dados citados no relatório mostram que a taxa de desemprego entre pessoas de 18 a 24 anos é significativamente superior à média nacional, evidenciando as dificuldades de acesso ao primeiro emprego.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Ed Alves/CB/D.A Press



### Último ato: contra engarrafamentos

Em seu último ato de gestão na Secretaria de Segurança Pública, Sandro Avelar assinou portaria permitindo o desfazimento dos locais de acidente de trânsito, quando não houver vítima grave. O objetivo é evitar os engarrafamentos formados no aguardo da perícia, causando transtornos ainda maiores à população. Para a liberação, será necessário que o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar do DF (PMDF) ou o SAMU atestem a inexistência de feridos em estado grave e façam os registros necessários, inclusive fotográficos, antes da retirada dos veículos acidentados. Além da Secretaria, a portaria também é assinada pela PMDF, Polícia Civil do DF, Corpo de Bombeiros, Detran e DER.

"Feminicídio, pela sua natureza, não pode ser considerado crime militar: é o assassinato de uma mulher em razão do sexo feminino. Outros crimes praticados na mesma ocasião, que tenham sido efetivamente contra a força armada, que sejam desmembrados e julgados pela justiça militar"

Promotor de Justiça Leonardo Jubé, ao defender que o feminicídio da cabo Maria de Lourdes Freire Matos, do Exército, seja julgado pelo Tribunal do Júri

"A preservação dos pilares de hierarquia e disciplina no âmbito militar é inegociável. Quando esses fundamentos são violados, a responsabilização deve ocorrer na instância competente. Preocupa, ainda, o precedente que pode se consolidar, abrindo margem para uma proteção insuficiente às mulheres militares"

Procurador-geral de Justiça Militar, Clauro Roberto de Bortolli, ao defender que o soldado Kelvin Barros da Silva seja julgado pela Justiça Militar



SÓ PAPOS



Benjamin Figueredo/CB/D.A Press



Divulgação/MPM

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**FEMINICÍDIO/** Militar acusado de assassinar a cabo Maria de Lourdes Freire Matos em regimento vai responder perante o Tribunal do Júri, por decisão do STJ. Defesa de Kelvin Barros da Silva vai recorrer

# Soldado vai à Justiça comum

» DARCIANNE DIOGO

Fotos: Reprodução Rede Sociais

Depois de três horas de julgamento, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou, por 4 votos a 3, a competência ao Tribunal do Júri no caso do feminicídio contra a cabo Maria de Lourdes Freire Matos, 25 anos, assassinada em 5 de dezembro, nas dependências do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas, no Setor Militar Urbano (SMU). O réu, o soldado Kelvin Barros da Silva, 21, está preso no Batalhão de Polícia do Exército.

De acordo com o relator, ministro Ribeiro Dantas, trata-se de delito motivado por razões pessoais, em contexto de violência de gênero, sem relação com a hierarquia ou a disciplina militar.

Antes dos votos, o procurador-geral de Justiça Militar no Brasil, Clauro Roberto de Bortolli, e o promotor de Justiça do Ministério Público do DF (MPDFT) Leonardo Jubé fizeram as sustentações orais por 15 minutos.

O procurador defendeu o julgamento perante a Justiça Militar. "Onde for julgado, o caso terá a resposta célere, mais ainda na Justiça Militar do que na Justiça comum", assinalou. Segundo Bortolli, submeter o caso à Justiça comum representa risco institucional



Maria de Lourdes foi morta no quartel em dezembro de 2025

e também democrático.

O procurador frisou que os pilares de hierarquia e disciplina no âmbito militar devem ser preservados. "Quando esses fundamentos são violados, a responsabilização deve ocorrer na instância competente", pontuou, manifestando, ainda, preocupação com o precedente que pode se consolidar, "abrindo margem para uma proteção insuficiente às mulheres militares".

Já o promotor sustentou o consenso de que o crime trata-se de

feminicídio. "A história de que a motivação foi por hierarquia de cargo é uma falácia", frisou Jubé. Ao final, afirmou que a decisão significa uma vitória à sociedade: "A sociedade conseguiu o direito de julgar o crime pela vida da mulher".

O STJ definiu que a Justiça Militar irá julgar apenas os crimes ligados à administração e ao patrimônio militar.

A defesa de Kelvin, representada pelo advogado Alexandre Carvalho, esclareceu que vai recorrer



O réu confesso está preso e o crime foi enquadrado como feminicídio

da decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). Por enquanto, o caso tramita na Justiça comum. O próximo passo é a realização das audiências de instrução.

### Trâmites

Em 7 de janeiro, a Justiça comum aceitou a denúncia do MPDFT. O assassinato foi enquadrado como feminicídio, porque envolveu "menosprezo e discriminação à condição de mulher". O MP também imputou ao

acusado um aumento de pena, tendo em vista que o crime foi praticado "de forma cruel e sem chance de defesa da vítima".

O Ministério Público sustentou, à época, que o crime não tem relação direta com a atividade militar. A Promotoria argumentou que o Judiciário deve permitir que a "sociedade exerça sua defesa e acuse o réu perante o júri popular".

O juiz Paulo Rogério Santos Giordano, do TJDF, ao receber a denúncia do MP, afirmou que o devido

processo penal constitucional "deve primar por segurança jurídica". Destacou, ainda, que o fato tenha ocorrido em lugar sujeito à administração militar, tanto o acusado quanto a vítima não estavam atuando em razão da função militar.

Ainda na decisão, o magistrado frisou que a competência da Justiça Militar demanda interpretação restritiva: "Desse modo, somente ocorrerá crime militar [...] quando o delito for praticado por militar da ativa, em serviço, ou quando esse tenha se prevailecido de sua função para a prática do crime".

O Ministério Público Militar (MPM) manifestou-se pelo conflito de competência no mesmo dia. A promotora de Justiça Militar Ana Carolina Teles argumentou que a competência legal para julgar o caso é da Justiça Militar da União. Solicitou, ainda, que a questão fosse enviada ao STJ para ser decidida, de forma definitiva, qual das duas Justíças deve conduzir o processo, com base no artigo 105 da Constituição Federal.

A fundamentação da promotora baseia-se no fato de os crimes terem sido praticados por militar da ativa contra militar da ativa em lugar sujeito à administração militar, o que, conforme o Código Penal Militar e a Lei nº 13.491/2017, caracteriza crimes militares.



## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

### Filhote da utopia

No fim da noite de terça-feira, fiquei muito triste com a notícia da morte de Néio Lúcio, meu vizinho de condomínio. Era sempre um prazer encontrá-lo nas ruas do condomínio, na bela casa rústica de madeira, para longas conversas, no supermercado ou em algum evento cultural da cidade, montado no indefectível patinete elétrico.

Ele era uma pessoa da mais alta qualidade humana e um legítimo filhote da Brasília utópica dos tempos inaugurais,

de onde assimilou o amor à arte, a consciência comunitária e a solidariedade ativa. Esses valores desembocaram no projeto Cabeças, que ensinou Brasília a fazer uma ocupação lúdica da cidade.

Na década de 1980, ele colocou nos gramados das superquadras o projeto que implodiria com vários mitos estigmatizadores de Brasília: cidade fria, cidade-fantasma, cidade de moradores alienados ou de projeto urbanístico que impedia e interação dos moradores com a superquadra. O Cabeças promoveu shows musicais que mobilizaram a juventude para assistir espetáculos ao ar livre, sentada nos amplos gramados.

Quem era sub-18 estava lá. Foi fundamental para a afirmação da cultura

brasiliense. No Cabeças, surgiram Renato Mattos, Cássia Eller, Zélia Duncan, Nicolas Behr e Wagner Hermusche, entre outros. O Cabeças revelou artistas e formou público.

Lucio Costa, o autor do plano urbanístico da nova capital ficou encantado, pois o projeto comprovava as ideias comunitárias que acalentou no Plano Piloto de Brasília. Escreveu em letra desenhada: "Enquanto os maiores, confinados nas suas monumentais redomas, brincam de administração e política, ao ar livre das quadras das áreas de vizinhança estes bons samaritanos ensinam os usuários a vivê-la".

Há mais de 15 anos, Néio sofreu um infarto. Imediatamente, pegou o carro e saiu voando até a casa de um grande amigo nosso no mesmo condomínio onde

moramos, Everett Lee, americano que foi personagem desta coluna por diversas vezes. Lee se caracterizava por desfiar os mais cabeludos vocábulos da língua portuguesa com um sotaque inconfundível de americano.

Ao ver o amigo reclamando de dor aguda no peito, Lee fulminou desesperado: "PQP, meu amigo! Você não pode morrer, tome uma Coca-Cola!". Néio destravou toda a tensão e soltou uma gargalhada salvadora. Com o riso, relaxou e pôde chegar até o hospital a tempo de receber cuidados médicos.

Salvou-se, mas sobreviveu com restrições de saúde. Teve dificuldade de respiração e mobilidade que o atormentaram durante muito tempo. No entanto, eis que

um dia Néio descobriu, por acaso, o patinete elétrico e passou a usá-lo para mover-se por todos os lugares da cidade. A iniciativa representou um verdadeiro renascimento pessoal.

Ele sobreviveu, bravamente, a seis infartos, mas, na terça-feira, não resistiu. Néio ensinou a viver e a amar Brasília. A experiência do Cabeças inspirou o Painel da Arte na 312 Norte, o Cine Clube Gavião no Cruzeiro e a transformação do Eixão da Morte no Eixão do Lazer nos fins de semana e nos feriados. O legado dele é de amor à arte e de humanização da cidade. A indagação que me intriga é se a Brasília distópica será capaz de gerar pessoas com a qualidade humana e a consciência comunitária de Néio Lúcio.

**8 DE JANEIRO /** Os cinco oficiais ainda devem pagar R\$ 30 milhões pelos danos causados aos prédios dos Três Poderes

# Moraes pede demissão de militares

» BEATRIZ MASCARENHAS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a demissão imediata de cinco oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal. A decisão pede a perda dos cargos públicos do coronel Fábio Augusto Vieira; de Klépter Rosa Gonçalves, subcomandante-geral à época; de Jorge Eduardo Naime Barreto, ex-chefe do Departamento de Operações; e de Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra e de Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues.

A demissão ocorre devido à omissão diante dos ataques ocorridos aos prédios das Praça dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. O ministro considerou a omissão "deliberada no cumprimento do dever funcional". Na data, milhares de pessoas invadiram e

depreedaram as sedes dos palácios, uma semana após a posse do presidente Lula, e causaram um prejuízo estimado em mais de R\$ 20 milhões.

Além da determinação de demissão dos cargos ocupados pelos cinco militares, os réus também foram condenados ao pagamento do valor mínimo de R\$ 30 milhões, em razão dos danos coletivos decorrentes da participação e omissão durante os atos golpistas.

A conduta não somente foi considerada imprópria pela primeira turma, como desrespeitosa com o dever jurídico dos militares, uma vez que a omissão foi um dos fatores que contribuíram para os resultados, causando sérios danos ao patrimônio público, e ameaçando o Estado Democrático de Direito.

Os condenados integravam a cúpula da Polícia Militar do DF à época e foram condenados a 16 anos de prisão por tentativa de abolição

violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração de patrimônio tombado e omissão imprópria.

### O que diz a defesa

O **Correio** procurou as defesas dos cinco réus, que optaram por não se posicionar sobre a decisão. O Dr. Alexandre Collares, responsável pela defesa de Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra relata que "não há muito mais o que ser dito", recusando-se a falar sobre o assunto. O advogado expressou discordância, afirmando que "a injustiça é uma tecla que segue se repetindo no caso".

Procurada, a defesa do coronel Fábio Augusto Vieira, assim como as demais, preferiram não se manifestar sobre a decisão.

Até o fechamento desta edição, a Polícia Militar (PMDF) não se manifestou.

AFP



Os réus foram condenados devido à omissão diante dos ataques ocorridos aos prédios na Esplanada

SEU IMÓVEL MERECE SER UM **FAENGE**



SAIBA MAIS

**PALAZZO**  
105

**VIVA**  
ÁGUAS CLARAS  
RESIDENCIAL RESORT

**fikey**  
PARK SUL



PRONTO PARA MORAR

**LUXO**  
REFLETIDO DE  
FORMA ÚNICA.

**NOROESTE**

4 SUÍTES

ACABAMENTOS PERSONALIZADOS  
BY STUDIO ZUBA



LANÇAMENTO

**UM RESORT PARA  
CHAMAR DE LAR EM  
10.600 m<sup>2</sup> DE TERRENO.**

**ÁGUAS CLARAS**

2, 3, 4 QUARTOS E  
COBERTURAS



PRÉ LANÇAMENTO

**UM NOVO JEITO DE  
INVESTIR. UMA NOVA  
FORMA DE FICAR.**

**PARK SUL**

STUDIO, 1 QUARTO  
E LOJAS

VISITE OS DECORADOS **3020 2000**

**Noroeste**  
Avenida W9, Quadra 509,  
ao lado do Posto Shell.

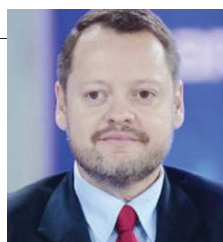
**Águas Claras**  
Av. Sibipiruna, acima  
da CAESB

**Park Sul**  
Avenida do Casa Park, em  
frente à Pão Dourado.



CONSTRUÇÃO E VENDAS  
**FAENGE**  
EMPREENDEIMENTOS

EMPRESA FILIADA A  
**ADEMI**



Palavra não é privilégio de algumas pessoas, mas o direito de todos

Paulo Freire

## Produção e venda de carros em alta; otimismo no DF

Mesmo com o endividamento das famílias em alta, o setor automotivo celebrou o aumento da produção e de venda de veículos no mês passado. Dados divulgados ontem pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostram que foram emplacadas 269,5 mil unidades. Esse foi o melhor resultado para o mês desde 2013, indicando um forte desempenho no varejo automotivo.

No acumulado do trimestre, as vendas chegaram a 625,2 mil veículos, uma alta de 13,3% em relação ao início de 2025. O aumento nos emplacamentos mostra que o

consumo interno tem sustentado parte importante da recuperação do setor.

Aqui no Distrito Federal, o clima também é de otimismo, com a abertura de novas lojas e de investimento na contratação de pessoal. No mês passado, por exemplo, a Denza, marca de luxo da BYD, inaugurou uma flagship nas proximidades do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, sob responsabilidade do Grupo Saga. "Brasília registrou o maior número de emplacamentos de veículos eletrificados do Brasil em 2025", disse o CEO do grupo Saga, Sérgio Maia, no dia da abertura da loja.

Agência Brasil



### Panorama

Dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que reúne 58 associações de marcas de automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, implementos rodoviários, motocicletas e máquinas agrícolas, presentes em 951 municípios, mostram os carros mais vendidos no Brasil no mês passado. Confira:

#### Mais emplacados

- 1º — Volkswagen Polo: 11.051
- 2º — Chevrolet Onix: 10.182
- 3º — Fiat Argô: 8.281
- 4º — Volkswagen Tera: 7.977
- 5º — Hyundai HB20: 7.713
- 6º — Volkswagen T-Cross: 7.622
- 7º — Fiat Mobi: 7.241
- 8º — BYD Dolphin Mini: 7.053
- 9º — Hyundai Creta: 6.674
- 10º — Renault Kwid: 6.454

#### Comerciais leves

- 1º — Fiat Strada: 16.706
- 2º — Fiat Toro: 5.091
- 3º — Volkswagen Saveiro: 4.876
- 4º — Toyota Hilux: 3.979
- 5º — Ford Ranger: 2.998
- 6º — Chevrolet S10: 2.625
- 7º — Fiat Fiorino: 2.412
- 8º — Ram Rampage: 2.198
- 9º — Chevrolet Montana: 1.576
- 10º — Fiat Master: 1.106

Divulgação



### Encontro no outlet

O Outlet Premium Brasília realiza, no próximo domingo, um encontro automotivo com mais de 300 veículos clássicos e modernos, em parceria com Ninuh Eventos, ND.BSB e Kazumi Garage. A iniciativa reforça a estratégia de shoppings e outlets de ampliar fluxo com eventos temáticos gratuitos, apostando em nichos de alta afinidade, como colecionadores e entusiastas de carros. Além da exposição, a programação inclui food trucks e atrações musicais, com foco em prolongar a permanência do público e impulsionar consumo no complexo.

### Vitrine nacional

Brasília recebe, em 27 de abril, um seminário que pode reposicionar a execução do Programa Saúde na Escola (PSE) no país. Organizado pela Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus), em parceria com o Instituto Ideace, o encontro reúne gestores e especialistas para apresentar uma metodologia baseada em indicadores e monitoramento contínuo. A proposta mira um gargalo histórico: transformar diretrizes intersetoriais em resultados mensuráveis. Com foco na eficiência do gasto público e segurança jurídica, a iniciativa tenta criar um padrão replicável para estados e municípios, ampliando o alcance e a efetividade das ações voltadas a estudantes da rede pública. O evento será realizado no Museu da República, a partir das 14h30.

# 23%

Percentual de conclusão das obras de expansão da Linha 1 do Metrô-DF em Samambaia, iniciadas em fevereiro do ano passado, até agora. O empreendimento inclui a construção das estações 35 e 36, além de três subestações retificadoras de energia (SRs). Atualmente, o projeto gera cerca de 760 empregos diretos e indiretos e conta com 60 equipamentos dedicados à execução das obras. O investimento total é de R\$ 319 milhões.

### Mercado de alimentos

A Embrapa realiza, entre 23 e 25 de abril, em Planaltina, a Feira Brasil na Mesa, iniciativa que busca dar tração econômica à biodiversidade alimentar brasileira. O evento reúne degustações, vitrines de produtos, seminários técnicos e rodadas de interação entre produtores, pesquisadores e agentes públicos, com foco em alimentos ainda pouco explorados comercialmente.

A proposta é posicionar frutas e insumos nativos, muitos oriundos da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, como ativos com potencial de mercado, conectando pesquisa aplicada, políticas públicas e consumo. A feira conta com apoio de Apex e Sebrae, sinalizando interesse institucional em estruturar cadeias produtivas e ampliar oportunidades de exportação e agregação de valor.

Além de marcar os 53 anos da Embrapa, o evento funciona como vitrine para estratégias de diversificação da produção rural e inserção de novos produtos no mercado, em um momento de crescente demanda por alimentos sustentáveis e de origem rastreável.

Ricardo Stuckert/PR



Divulgação



Se depender de mim, a gente fecha as bets"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, em entrevista ao programa ICL Notícias

## SEGURANÇA PÚBLICA

# Reforço no policiamento

Operação Brasília Mais Segura irá colocar mais 900 militares no patrulhamento a pé da área central. Ação prioriza locais considerados sensíveis, como Asa Norte e Ceilândia

» PAULO GONTIJO  
» ANA CAROLINA ALVES

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), acompanhou, ontem, o lançamento da Operação Brasília Mais Segura, da Polícia Militar do Distrito Federal, que prevê o reforço de 900 policiais militares no policiamento ostensivo a pé na área central da capital. A ação teve início na Praça do Buriti, com apoio de tropas especializadas do Comando de Policiamento de Missões Especiais (CPME), e contará com atuação contínua e itinerante.

Os policiais que passam a integrar a operação são alunos do Curso de Formação de Praças (CFP),

habilitados para o serviço operacional, e atuarão em conjunto com equipes mais experientes. O secretário de Segurança Pública do DF (SSP-DF), Alexandre Patury, ressaltou a importância da presença policial contínua nas ruas e os desafios enfrentados na área. "Confiança se conquista com presença. A determinação é ter polícia nas ruas 24 horas", afirmou.

De acordo com o comando da PMDF, a operação será intensificada em horários e regiões estratégicas, podendo ultrapassar mil policiais nas ruas em momentos de maior demanda. A estratégia prioriza áreas



Celina Leão inaugura cozinha do Hran e destaca reformas

consideradas sensíveis pela Secretaria de Segurança Pública, como Asa Norte e Ceilândia, com uso de inteligência e monitoramento integrado por câmeras de segurança.

### Saúde

Celina também participou da inauguração da nova cozinha do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), que passou por reforma estrutural e modernização de equipamentos, com investimento de R\$ 1,3 milhão.

Durante a entrega, a governadora destacou o impacto da iniciativa para pacientes e servidores. "São

Paulo Gontijo/CB/DA Press



Os policiais que integram a operação são alunos do Curso de Formação de Praças (CFP)

inaugurações simples, mas muito simbólicas, principalmente para os nossos trabalhadores e para a qualidade do produto que é ofertado", afirmou.

Segundo ela, as intervenções começaram após a identificação de condições precárias em cozinhas hospitalares de grande porte. No caso do Hran, são produzidas mais de 16 mil refeições diárias. "Conseguimos fazer a reforma em etapas. Depois disso, começamos a ampliar para outros hospitais", explicou.

Oito unidades da rede pública passaram por melhorias semelhantes, com foco na segurança alimentar e na valorização dos profissionais. Para a governadora, a reestruturação impacta diretamente a

qualidade do atendimento. "Isso melhora a alimentação de quem precisa e dá melhores condições de trabalho aos servidores", destacou.

### Empreendedorismo

À noite, a governadora participou de evento promovido pelo Sebrae, voltado ao fortalecimento do empreendedorismo feminino no Distrito Federal. Ela sancionou o Programa de Apoio à Mulher Empreendedora, que prevê ações de capacitação, acesso a crédito e suporte técnico para impulsionar negócios liderados por mulheres. "Queremos que elas possam sonhar, empreender e entender que não há limites para uma mulher",

afirmou a governadora.

Durante o evento, a diretora-superintendente do Sebrae no DF, Rose Rainha, destacou que o acesso ao crédito ainda é um dos principais desafios enfrentados pelas empreendedoras. Segundo ela, a proposta foi construída a partir de estudos e demandas identificadas junto às empreendedoras. "Nosso objetivo é fazer de Brasília o melhor lugar do Brasil para uma mulher empreender", destacou.

Autor da proposta, o presidente da Câmara Legislativa do DF, Wellington Luiz, afirmou que a aprovação rápida do projeto demonstra o reconhecimento da importância do tema. "A Câmara hoje reconhece na mulher a voz e a vez de comandar a nossa capital", disse.

## Obituario / Sepultamentos realizados em 8 de abril de 2026

### » Campo da Esperança

Aldeci da Silveira Santos, 79 anos  
Argemiro Rosa de Jesus, 81 anos  
Arnaldo Lopes da Silveira, 74 anos  
Augusto Soares dos Santos Neto, 51 anos  
Dicemira Arcanjo Almeida, 72 anos  
Dirceu Tadayoshi Yamamoto, 74 anos  
Flávio Sabino Fatureto, 68 anos  
Hilma Arnold Gules, 89 anos  
Jefferson Neves da Silva, 31 anos  
Jorge Artur Gonçalves Silva, 72 anos  
José Grande Filho, 64 anos  
Maria Angélica Carneiro de Mendonça, 77 anos

Maria Elizabete Meira, 72 anos  
Maria Gasparina Borges, 81 anos  
Maria Luiza Simplício da Silva, 94 anos  
Maria Malvina de Jesus, 102 anos  
Maria Vieira da Silva, 92 anos  
Mariana Maria da Trindade, 91 anos  
Nilson Rodrigues Félix, 78 anos  
Patrícia Cardoso de Carvalho Silveira, 53 anos  
Sérgio Ilha Peixoto, 68 anos

### » Taguatinga

Alcides Rosa da Conceição, 91 anos  
Elizabete Evangelista Santiago, 78 anos  
Fabiano Silva Neto, 45 anos

Frank Cavalcante Diniz, 58 anos  
José de Souza Filho, 65 anos  
José Ermantino Soares, 66 anos  
José Bel Paulino da Silva, 74 anos  
Lídia Gomes de Oliveira, 75 anos  
Manoel Paiva Caxias, 91 anos  
Maria da Glória Guimarães, 68 anos  
Mariana Mendes Martins, 82 anos  
Raimunda Alves de Oliveira, 86 anos  
Rondinelli Martins Colla, 42 anos  
William Borges da Silva, 48 anos

### » Gama

Dulcimar dos Santos Lima, 53 anos

Ivanildo Pereira Gomes, 63 anos  
Laura Pereira de Souza Guimarães, 83 anos  
Norton Tabosa dos Santos, 59 anos  
Rangel Alves da Silva, 47 anos

### » Planaltina

Antônio Pinto da Silva, 63 anos  
Gesse Ferreira de Andrade, 84 anos  
João Alves Ribeiro, 82 anos  
Sérgio Vasconcelos Ahmad Yousef, 53 anos  
Valdira Pereira Lima de Almeida, 60 anos

### » Brazlândia

Adélia Dias Alves da Mota, 54 anos

Márcio Azaias da Costa, 39 anos  
Raimunda Nunes de Oliveira, 87 anos  
Rita de Cássia Rodrigues Lima, 60 anos

### » Jardim Metropolitano

Evonolia Oliveira de Araújo, 49 anos  
Luiz Henrique Teixeira Grings, menos de 1 ano  
Eduardo Ribeiro Miranda, 32 anos  
José Carlos de Oliveira, 89 anos (cremação)  
Cedric Garcia Dias, menos de 1 ano (cremação)  
Beroaldo José de Freitas, 83 anos (cremação)



A clássica Maratona Brasília retorna para a sua 35ª edição, marcando mais um aniversário da capital. A ação deste ano está com uma novidade: quatro dias de provas, de 18 a 21 de abril

# Evento atrai fãs do esporte

» LUIZ FELLIPE ALVES

A clássica corrida que comemora o aniversário da capital retorna para mais uma edição. Desta vez, a Maratona Brasília vem com uma grande novidade: quatro dias de provas, algo inédito nas corridas de rua do Brasil. O evento, promovido pelo Correio, ocorre de 18 a 21 de abril, culminando no aniversário de 66 anos de Brasília.

Miguel Jabour, assessor de Relações Institucionais do jornal, afirma que a edição deste ano será uma experiência única. "A ideia surgiu da Maratona da Disney, de correr dois ou três dias e ganhar medalhas. Tivemos a sorte de ter quatro seguidos com um feriado. Vai ser incrível!", afirmou.

Jabour organiza a maratona desde 1991, ano da primeira edição. Uma das maiores realizações durante a organização, segundo ele, foi conseguir colocar o evento no calendário oficial do DF. "A nossa corrida está no calendário oficial de festejos do aniversário de Brasília. Isso foi um ponto muito importante que conquistamos", comemorou.

A corrida inclui trajetos pensados para atletas de diferentes níveis. Além dos 42km, tradicional trajeto de maratona, ainda estarão disponíveis trajetos de 3km (caminhada), 5km, 10km e 21km, todos com largada e chegada em frente ao Museu da República. Jabour comenta que o foco da competição é oferecer uma atividade física leve e descontraída para todos. "Pensamos em tudo para

proporcionar uma experiência maravilhosa aos corredores. No kit da corrida, inclusive, será entregue uma camisa com proteção UV. Sabemos que nessa época do ano o sol castigava um pouco mais", pontuou.

Epitácio Júnior, 52 anos, acredita que as corridas possuem um poder transformador por meio do movimento. "Vejo no esporte um meio essencial para promover minha saúde física e mental, buscando superar meus limites cada vez mais." Praticante de corridas há mais de 15 anos, Júnior irá participar pela primeira vez da Maratona Brasília.

Ele fundou o grupo Corrida de Primeira, que também marcará presença pela primeira vez. "O projeto surgiu após vários amigos me perguntarem sobre como deveriam fazer para se iniciar no mundo da caminhada/ corrida", explicou Júnior. Segundo o atleta, a motivação é guiar pessoas que estão dando seus primeiros passos ou retomando as rotinas e atividades físicas. "O objetivo é que cada um de nós alcance seu próprio 'pódio pessoal!'"

A digital influencer e personal trainer Andréia Santos, 35, participa de competições há 10 anos. "Eu entrei por uma questão de saúde, enquanto passava por uma recuperação após um acidente. Meu início foi na caminhada, mas logo migrei para a corrida", contou.

Atualmente, Andréia motiva e influencia outras pessoas a correrem. "Eu acredito muito no poder do exemplo. A corrida transformou a minha vida, e eu comecei a compartilhar isso de forma real,

com evolução, mas também com desafios", disse.

Sobre a Maratona de Brasília, a corredora afirma que é um prazer correr em uma prova dessa magnitude. "É uma prova grande, reconhecida internacionalmente, que faz parte do circuito Mega Finisher e tem o selo da World Athletics", afirmou.

Outro ponto que a atrai na competição é o trajeto, que passa por pontos icônicos da cidade. "É o tipo de prova que te desafia, mas também te marca. Além de ter uma estrutura excelente e diferentes distâncias, o que conecta todos os níveis de corredores", finalizou.

## Parcerias

A corrida também conta com parcerias de grandes empresas da capital. Humberto Cenci, da Guará Alimentos, comenta sobre a sua estreia. "Achamos muito interessante quando recebemos o convite. Nosso intuito é promover uma vida mais saudável na cidade, mais qualidade de vida. Isso tem tudo a ver com a corrida", afirmou. Durante o evento, a marca estará com um estande com degustação e sorteio de brindes para os corredores.

As inscrições podem ser realizadas através do site [www.brasilcorrida.com.br](http://www.brasilcorrida.com.br). A retirada dos kits pode ser feita entre os dias 16 e 17 de abril, no espaço Jardim Urbano, no Shopping Conjunto Nacional, das 10h às 22h. É necessário levar documento oficial com foto — original, digital ou cópia; e comprovante da inscrição, aceito de forma impressa ou digital.

Ed Alves/CB/D.A Press



Uma multidão participou da corrida em 2025; largada e chegada serão em frente ao Museu da República

## Novo Shopping Popular

Tony Winston/Agência Brasília

O Governo Federal oficializou a doação onerosa de uma área da União ao Distrito Federal para a regularização e revitalização do Shopping Popular de Brasília. O imóvel, localizado no Pátio Ferroviário, estava fechado desde 2017 e, agora, integra o programa Imóvel da Gente, coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O acordo prevê que o GDF reforme a estrutura com recursos próprios para transformar o local em um Mercado Municipal voltado à economia solidária e à agricultura familiar. Segundo o governo, será garantida a formalização dos atuais permissionários. A ministra Esther Dweck



assinou a portaria na última terça-feira e destacou que a iniciativa atende a uma diretriz de dar utilidade social a prédios e áreas federais ociosas. O mercado, que teve seu auge entre 2008 e 2017 como abrigo para ambulantes da Rodoviária do Plano Piloto, terá suas características de feira preservadas.

# BRASÍLIA

## 66 anos

Uma cidade em constante transformação

Brasília é mais do que a capital do país. É um símbolo de inovação urbana, diversidade cultural e desenvolvimento social.

Ao longo das décadas, a cidade se consolidou como palco de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, reunindo pessoas, ideias e oportunidades.

Para celebrar o aniversário da capital, o Correio Braziliense promoverá o evento "**Brasília 66 Anos: uma cidade em constante transformação**".

## 14/04

### a partir das 09h

Auditório do Correio Braziliense  
SIG QD 02 lote 340

### Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento presencialmente



Apoio:

**SESI** Serviço Social da Indústria

**SENAI** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**ADEMI**

Realização:

**CORREIO BRAZILIENSE**

Promoção:

**CB Brands** ESTÚDIO DE CONTEÚDO

# O sonhador que humanizou Brasília

Idealizador do Concerto Cabeças, **Neio Lúcio** morreu na noite de terça-feira, **aos 73 anos**. O velório ocorre, **hoje**, das 13h30 às 16h30, no Espaço **Renato Russo**

» ISABELA BERROGAIN  
» JOSÉ CARLOS VIEIRA  
» JÚLIA COSTA\*  
» LUÍSA MELLO\*

**M**orreu, na noite de terça-feira, o ator, diretor de teatro e produtor cultural Neio Lúcio, aos 73 anos. Idealizador, produtor e apresentador de todas as edições do Concerto Cabeças, projeto que impulsionou nomes como Oswaldo Montenegro, Cássia Eller e Hugo Rodas, ele sofria de problemas do coração há anos e vivia com restrições de saúde e locomoção. O velório será hoje, das 13h30 às 16h30, no Espaço Cultural Renato Russo, 508 Sul, e o sepultamento ocorre no Campo da Esperança da Asa Sul, às 17h30.

Segundo o amigo e artista Renato Matos, Neio tinha apenas 20% do coração funcionando. “Ele estava totalmente lúcido, mas estava sofrendo e chegou a passar para a cadeira de rodas. Teve uma crise e faleceu”, contou. “Estou muito triste, porque é uma grande perda. Sequer consegui dormir com a notícia. Ele era um irmão querido. E criou o Concerto Cabeças, um acontecimento que está incrustado na história de Brasília, tendo uma importância tão grande quanto a nossa cidade”, destacou.

O projeto surgiu em plena ditadura militar, em dezembro de 1978, quando Neio transformou uma loja nos fundos da Comercial da 311 Sul, a Galeria Cabeças, em centro irradiador do que era a cultura brasiliense na época. Nos gramados da quadra, todo último domingo do mês, montava-se um palco nos fundos do estabelecimento, que funcionava como ponto de encontro entre jovens a fim de aproveitar a música e a literatura.

No início dos anos 1980, os Concertos foram transferidos para um auditório a céu aberto no Parque da Cidade e, até o fim da década, promoveram shows que mobilizaram a juventude para assistir aos espetáculos ao ar livre. Fundamental para a afirmação cultural da capital, o projeto convidou os brasilienses a ocuparem um grande quintal coletivo para difundir a arte, acabando com o estigma de “cidade-fantasma”.

A poeta Noélia Ribeiro foi uma das pessoas que conheceu Neio nos gramados da 311 Sul. “Encantada por suas ideias e seus olhos de mar, passei muitas tardes com ele, Eurico Rocha e Wagner Hermuche, absorvendo sua visão artística e auxiliando-os na impressão de cartazes”, lembrou. “Ao realizar esse inesquecível projeto de reunir pessoas para ouvir e apreciar os artistas da cidade, Neio tornou-se um grande produtor cultural, uma figura inquieta e visionária, que deixa enorme vazios nos corações daqueles que tiveram o privilégio de, pelo menos uma vez, assistir a uma edição do Concerto Cabeças”, afirmou.

Para o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB), amigo de Neio, o produtor cultural foi pioneiro na ocupação de espaços públicos com música de qualidade. “Hoje temos o Choro no Eixo, Choro no Parque e várias outras atividades. E ele foi o precursor disso tudo, com o Concerto

Cabeças, que inspirou toda uma geração”, opinou. “O tenho como um ídolo, ele me proporcionou alguns dos melhores momentos da minha vida.”

Um dos nomes impulsionados pelo projeto, o poeta Nicolas Behr classificou Neio como “o cabeça do Concerto Cabeças”, cujo papel foi fundamental na transformação de Brasília e humanização da “maquete” e da ocupação dos espaços públicos. “Ele deixou seu legado na arte, história, força e vibração. Que siga na luz”, desejou. Em março, o escritor lançou o livro *Cabeças não morre!*, uma homenagem aos artistas que participaram do movimento e já faleceram.

Integrante do grupo Liga Tripa, Sérgio Duboc descreveu Neio como “uma pessoa positiva, empreendedora e visionária”. “Ele descobriu um jeito de reunir toda uma geração de artistas das mais variadas áreas. Sua atuação no Concerto Cabeças mostrou para a comunidade artística, que tinha uma atuação intensa na década de 1970, que era possível fazer grandes festas para a cidade com os artistas locais, com qualidade e quantidade”, pontuou.

Para além do legado do Concerto Cabeças, Neio deixa três filhos, entre eles a mais velha, Tainá Barreto: “Para nós foi uma grande aventura e uma grande emoção ter Neio Lúcio como pai. Ele foi uma pessoa extremamente lúcida, inteligente e amorosa. É um privilégio muito grande”.

“Meu pai teve essa cidade como a verdadeira mãe dele, porque veio de uma história pessoal muito conturbada e foi trazido para cá muito pequeno. Ele foi um filho de Brasília, a cidade que o acolheu. Eu e meus irmãos nascemos aqui, então ele fez a vida dele toda na capital, produzindo eventos que alegraram a vida das pessoas, e nós, enquanto filhos dele, tivemos o privilégio de tê-lo como pai”, disse Tainá.

## Geração Cabeças

No próximo dia 23, será exibido no Cine Brasília o filme *Geração Cabeças*, de Moacir Macedo, a partir das 20h. “Buscamos retratar o importante momento histórico em que o movimento surge, de resistência política e cultural, e a peculiaridade de sua arte essencialmente brasiliense, apresentando sua trajetória, sua estética e seu contexto transgressor, mostrando a movimentação artística em Brasília desde o final da década de 1970 e a importância destes elementos como pilares formadores da cultura no Distrito Federal”, explicou o cineasta.

O diretor caracterizou Neio como “um grande guerreiro da cultura que lutou bravamente para abrir os espaços aos artistas da cidade, mesmo sem o devido apoio do Estado”. “Foi um movimento que abriu corações e inspirou jovens artistas, trazendo um pouco mais de alma para Brasília, em um momento em que ainda vivíamos as dificuldades e retrocessos da Ditadura Militar. Ele gostava de celebrar a vida e a alegria de fazer arte para todos. E o Cabeças fez isso”, finalizou Moacir.

Ed Alves/CB/D.A Press



Produtor e ator Neio Lúcio

## Carta de despedida

*“Brasília amanhece mais silenciosa.*

*Com profunda tristeza, nos despedimos de Neio Lúcio de Moraes Barreto — ator, produtor cultural, criador de encontros e um dos grandes arquitetos afetivos da cultura brasiliense.*

*Neio foi um homem da arte, que ensinou a cidade a se reconhecer como arte.*

*Idealizador do histórico Concerto Cabeças, movimento que transformou os gramados das superquadras, os parques e os espaços públicos em território de música, poesia, teatro, liberdade e convivência, ele ajudou a construir a alma cultural de Brasília em um dos períodos mais marcantes de sua história.*

*Com sensibilidade, propiciou que a cidade deixasse de ser apenas concreto para se tornar quintal coletivo. Palco aberto. Casa de artistas. Abrigo de sonhos.*

*Por suas mãos, sua escuta e sua visão passaram gerações de músicos, atores, poetas, artistas visuais e sonhadores que encontraram no Cabeças não apenas espaço, mas pertencimento.*

*Como ator, Neio emprestou o corpo à cena. Como produtor, trouxe cena a muitos corpos. Como pai e amigo deixou a marca rara dos que não apenas vivem o próprio tempo, mas ajudam a criar o tempo dos outros.*

*Hoje, sua partida entristece profundamente familiares, amigos, artistas e toda a comunidade cultural do Distrito Federal. Mas sua presença permanece.*

*Permanece na memória dos dias em que Brasília virou poesia. Permanece no eco dos aplausos ao ar livre. Permanece em cada artista que aprendeu que a cidade também pode ser palco. Permanece no amor de quem o conheceu de perto. E permanece, sobretudo, na história viva desta capital.*

*À família, aos amigos e a toda a classe artística, nossa solidariedade, respeito e gratidão.*

*Obrigado por ter ensinado Brasília a respirar arte. Descanse em paz.”*

**Luciano Moraes Barreto**, filho de Neio Lúcio e Áurea Ervilha

# ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176



Caminho de Caio Bonfim na meia-maratona do Mundial por equipes na Esplanada dos Ministérios se cruza com os de campeões e recordistas. Saiba quem pode dificultar a vida do anfitrião da festa da marcha atlética

# É preciso estar nos eixos

VICTOR PARRINI

O desafio está posto para o anfitrião Caio Bonfim: a estreia da meia-maratona no Mundial de Marcha por Equipes, na Esplanada dos Ministérios, na manhã de domingo, reúne dois recordistas mundiais — ambos campeões recentes do Mundial de Atletismo —, além de dois dos três medalhistas da última prova de 20km por equipes e outros nomes de peso da modalidade.

Caio Bonfim pisará na Esplanada dos Ministérios como medalhista de prata nos Jogos Olímpicos de Paris-2024 e campeão mundial em 2025. Colocá-lo entre os candidatos ao pódio é quase natural. Aos 35 anos, sustenta-se na regularidade, na experiência e na capacidade de crescer ao longo de provas desse nível. Competir em casa, em um evento internacional, é a cereja do bolo. Nesta temporada, o marchador de Sobradinho tem como melhor marca 1h21min44s, registrada na meia-maratona de Kobe, no Japão — prova em que o anfitrião Toshikazu Yamanishi estabeleceu o recorde mundial, com 1h20min34s. O brasileiro também foi prata em Taicang, com o tempo de 1h23min.

Bicampeão mundial dos 20km e medalhista olímpico de bronze em Tóquio-2020, Yamanishi se apoia no histórico recente de protagonismo em grandes competições. É o tipo de marchador que alia a eficiência técnica à capacidade de sustentar ritmo elevado ao longo de toda a prova. Pode pesar contra ele um resultado atípico: o 28º lugar no Campeonato Mundial de Atletismo de 2025, em casa. Na ocasião, brigava pela liderança, mas pecou pelo excesso e perdeu o controle técnico, o que resultou em uma punição de dois minutos e o fez despençar na classificação.

A força de Yamanishi não é isolada. Quatro dos dez melhores do ranking mundial dos 20km são japoneses, reflexo de uma escola consolidada, competitiva e favorita ao título, que vem desde 2018. O bicampeão mundial conta com o apoio de um grupo experiente e com resultados expressivos, como Kento Yoshikawa, medalhista de prata asiático e sétimo colocado no Mundial de 2025; Tomohiro Noda, sexto nos 35km no Mundial de 2023; e Satoshi Maruo, quarto colocado nos 50km no Mundial de 2017.

Gustavo Alves/CBAT



Caio sentiu o percurso na Esplanada durante a Copa do Brasil

Yusuke Abe/World Athletics



O japonês Toshikazu Yamanishi é recordista mundial

Comitê Olímpico Canadense



O canadense Evan Dunfee se caracteriza pela resistência

## »Mudanças

As provas do Mundial por equipes integram a reformulação da marcha atlética neste ciclo olímpico rumo aos Jogos de Los Angeles-2028. As tradicionais provas de 20km e 35km dão lugar a distâncias alinhadas à rua — a meia-maratona (21,1km) e a maratona (42,195km) —, em uma tentativa de modernizar e tornar a modalidade mais atrativa. Entre as Olimpíadas de Los Angeles-1932 e Tóquio-2020, a distância mais longa da modalidade foi de 50km.

Outro ponto de atenção para Caio Bonfim é a Espanha. O país aposta na equipe sustentada por Paul McGrath e Diego Garcia Carrera, medalhistas dos 20km na última edição do campeonato, além da presença de Álvaro Lopez e do campeão mundial de 2015, Miguel Ángel López.

Na Itália, o principal nome é Francesco Fortunato, medalhista de bronze europeu e campeão do revezamento misto na última edição do Mundial por equipes. O marchador de 31 anos iniciou a temporada em alta ao estabelecer o recorde mundial dos 5.000m, com 17min54s48. Ele terá como parceiro Gianluca Picchiottino, que terminou em 12º lugar nos 20km na edição anterior.

A China é outra força coletiva na prova. O quarteto formado por Zhao Xiangfei, Zhang Xinrui, Ding Shuo e Cui Lihong chega com marcas consistentes, todas abaixo de 1h24min, registradas recentemente em Taicang. Se mantiverem esse padrão em Brasília, entram como fortes candidatos ao pódio por equipes.

Campeão mundial e líder do ranking dos 35km, Evan Dunfee pode alavancar o Canadá. Embora esteja em recuperação de uma lesão sofrida na pré-temporada e ainda busque a melhor forma, a experiência e o histórico competitivo mantêm o canadense de 35 anos como um dos nomes mais relevantes na disputa.

## Formato

O Mundial de Marcha Atlética por equipes no Distrito Federal reúne provas em diferentes distâncias e categorias. No programa, estão a maratona masculina e feminina (42,195km) e a meia-maratona masculina e feminina (21,1km), além das disputas de 10km para atletas da categoria sub-20 dos dois gêneros.

Na classificação por equipes, o resultado é definido pela soma das colocações dos atletas de cada país — quanto menor a pontuação, melhor o desempenho. Nas provas adultas, cada país pode ter até cinco atletas, mas apenas os três melhores pontuam.

Vence quem tiver o menor total. Nas disputas sub-20, a pontuação considera os dois melhores entre os três marchadores de cada seleção. Paralelamente, cada prova também conta com pódio individual, premiando os marchadores mais bem colocados.

Se uma equipe não conseguir completar a prova com o número mínimo de atletas pontuando, os integrantes seguirão valendo apenas para a classificação individual e com possibilidade de conquistar medalhas nessa disputa. Em caso de empate entre equipes, o critério de desempate favorece aquela cujo último atleta pontuador tenha terminado mais bem colocado.

## Giro esportivo

Divulgação/ATP Monte Carlo



### João Fonseca

João Fonseca avançou às oitavas de final do Masters 1000 de Monte Carlo após vencer o francês Rinderknech por 2 sets a 1 (7/5 e 4/6 e 6/3). Hoje, a partir das 6h, ele encara o italiano Matteo Berrettini.

Pablo Porciuncula/AFP



### Incêndio no Velódromo

Incêndio destruiu a cobertura do Velódromo do Parque Olímpico do Rio. É a terceira vez que a arena construída para os Jogos de 2016 pega fogo. O local também abriga um museu olímpico.

COB/Divulgação



### Hall da fama do COB

O Hall da Fama do Comitê Olímpico do Brasil homenageou Alex Welter e Lars Björkström, campeões da vela em 1980; Ricardo Santos e Emanuel Rego (foto), ouro do vôlei de praia em 2004; e Oscar Schmidt, do basquete.

Cait Miers/World Surf League



### Surfe

Luana Silva está nas quartas de final da etapa de Bells Beach, na Austrália, da World Surf League (WSL). A brasileira bateu a anfitriã Tyler Wright e terá pela frente a havaiana Gabriela Bryan.

Mateus Dutra | @dutrafotos



### Gama

O Gama chegou a 18 jogos de invencibilidade, após vencer o Tocantinópolis, de virada, por 2 x 1, pela 3ª rodada da Copa Centro-Oeste. O time volta a campo no sábado, contra o Inhumas, pela Série D.

Diller Abreu/FFDF



### Capital

O Capital empatou sem gols com o Araguaína-TO, pela Copa Centro-Oeste. O time do DF agora retorna às atenções para a Série D: no sábado, às 16h, recebe o Operário-VG no Estádio JK.

ESPORTES

**LIBERTADORES** Geração de 2019 decide e Flamengo vence o Cusco na altitude peruana de 3.399 m

# Campeão larga em alta

Gilvan de Souza/Flamengo



Titular pela primeira vez com Leonardo Jardim, Bruno Henrique chegou ao terceiro gol em 11 jogos em 2026

Dois importantes expoentes da geração do bicampeonato do Flamengo na Libertadores assumiram o protagonismo e desamarraram um jogo complicado na estreia da temporada de defesa do tetra da competição continental. Destacados providenciais da campanha responsável por tirar o clube da fila de conquistas em 2019, o atacante Bruno Henrique e o meia Arrascaeta fizeram a diferença na largada da edição de 2026, ontem, e marcaram os gols da vitória rubro-negra diante do Cusco, por 2 x 0, nos 3.399 m da cidade homônima peruana. Vice dos cariocas em 2025, o Palmeiras não teve o mesmo destino e apenas empatou por 1 x 1 com o Junior Barranquilla.

A partida nas condições adversas da altitude de Cusco fez o técnico Leonardo Jardim adotar uma estratégia diferente para o campeão da Libertadores estreiar em alta na defesa do título. Peças consideradas titulares, como o zagueiro Léo Ortiz, o meio-campista Arrascaeta e o atacante Pedro começaram no banco de reservas. Atletas em momento físico mais adequado para encarar o ar rarefeito da cidade peruana, Danilo, Plata e Bruno Henrique foram as escolhas "alternativas" do comandante luso-venezuelano.

No primeiro tempo, porém, a tática não proporcionou resultados concretos ao time brasileiro. Apesar de ter a bola no pé por mais tempo, o Flamengo teve dificuldades para dominar o Cusco de maneira plena na altitude. No entanto, o rubro-negro protagonizou as melhores oportunidades, com finalizações de Plata e Lucas Paquetá.

Ciente do desnível técnico, o Cusco se limitou a aguardar contra-ataques e marcou os brasileiros à distância. Mesmo assim, o time peruano contou com escapadas perigosas responsáveis por levar perigo à meta defendida pelo goleiro Rossi.

A etapa final teve mais movimentação. Logo aos quatro, o Flamengo viveu apreensão com o VAR analisando entrada dura de Plata. O vídeo, no entanto, não recomendou o cartão vermelho. Pouco depois, o Cusco teve um pênalti inexistente em toque

no braço de Paquetá, mas voltou atrás ao ser alertado da saída da bola na linha de fundo antes do cruzamento. No lance seguinte, os rubro-negros marcaram. Ayrton Lucas cruzou e Bruno Henrique cabeceou no cantinho: 1 x 0. As duas equipes protagonizaram novas oportunidades. Os peruanos tiveram gol anulado por impedimento, enquanto os brasileiros exigiram boas defesas de Díaz. Com o jogo aberto, o Flamengo definiu. Arrascaeta puxou contra-ataque e viu a bola voltar até ele para fazer o 2 x 0.

## Na Colômbia

Diante do Junior Barranquilla, o Palmeiras manteve a sequência de estreias sem derrotas na Libertadores da América. No entanto, o resultado na sétima partida de invencibilidade (cinco vitórias e dois empates) não foi das melhores. Correndo atrás do marcado desde os primeiros minutos de bola rolando na cidade colombiana, os alviverdes encararam um jogo de alternância de domínios e conseguiram buscar apenas uma igualdade por 1 x 1.

## AGENDA

### Libertadores

#### Terça-feira

La Guaira 0 x 0 Fluminense  
Barcelona 0 x 1 Cruzeiro

#### Ontem

Mirassol 1 x 0 Lanús  
Cusco 0 x 2 Flamengo  
Junior 1 x 1 Palmeiras

#### Hoje

21h Platense x Corinthians

### Sul-Americana

#### Terça-feira

Barracas Central 0 x 0 Vasco  
Boston River 0 x 1 São Paulo

#### Ontem

Deportivo Cuenca 1 x 0 Santos  
City Torque 1 x 0 Grêmio  
23h Puerto Cabello x Atlético-MG

#### Hoje

19h Botafogo x Caracas  
21h30 Carabobo x Bragantino

## MIRASSOL

Mirassol, pequena cidade no interior do estado de São Paulo, viveu a primeira noite de Libertadores na história. Os 6.595 torcedores presentes, ou seja, 10% da população, tiveram uma catarse coletiva nesta quarta-feira, quando o time foi a campo no estádio Campos Maia e venceu o Lanús-ARG, algoz do Flamengo na Recopa Sul-Americana, por 1 x 0, na estreia na maior competição do continente.

## CORINTHIANS

Fernando Diniz teve apenas dois treinamentos antes de estreiar no comando Corinthians, às 21h, contra o Platense, em La Plata. A expectativa para o jogo na Libertadores, contudo, é de que o time mostre características próprias do estilo do treinador. Antes de tudo, a prioridade é corrigir problemas que levaram a equipe a passar nove jogos sem vencer, sequência que culminou na demissão de Dorival Júnior.

## BOTAFOGO

O Botafogo estreia na Copa Sul-Americana, às 19h, diante do Caracas, no Estádio Nilton Santos, em confronto que marca o início da caminhada no torneio continental e sob o comando do técnico português Franclim Carvalho. Embalado por duas vitórias, o alvinegro tenta aproveitar o fator casa para largar com o pé direito na briga por uma vaga na fase de mata-mata do torneio continental.



# MARATONA BRASÍLIA

20  
26

CELEBRE BRASÍLIA A CADA PASSO

4 DIAS DE COMPETIÇÃO

18, 19, 20 E 21 DE ABRIL

Ao lado do Museu Nacional - Esplanada dos Ministérios

INSCREVA-SE JÁ!

brasilcorrida.com.br







**Patrocínio:**



**Apoio:**

**Apoio Gráfico:**



## HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

**Data estelar:** Marte ingressa em Áries. Estimado Marte: a partir de teu ingresso em Áries te acusarão de todas as atrocidades que ocorrerem na Terra, porque o povo faz associações simplistas para justificar os acontecimentos que temem, mas que ao mesmo tempo excitam, porque ninguém se excita com a harmonia criativa, o povo busca mesmo é sangue na arena do Coliseu. Estimado Marte: eu sei que propicias a prosperidade das colheitas e que te apraz a opulência da natureza, porque nela acolhes em teu braços a bela Afrodite, que por essas coisas que só os deuses entendem foi obrigada a casar com Vulcano, de aparência nada agradável. Que teu trânsito por Áries nos faça valentes e atrevidos, contrariando a força desses dois filhos que tiveste com Afrodite, Fobos e Deimos, o medo e o terror que constantemente nos apequena.

**ÁRIES**  
21/03 a 20/04

Abriu a porta escancaradamente para sua alma manifestar com determinação e força tudo que até aqui estava sendo contido. Agora é quando você avança, a despeito de quaisquer contrariedades que se apresentarem.

**TOURO**  
21/04 a 20/05

Mesmo tendo dificuldade de fazer valer sua vontade, as coisas se acertam. Este é o momento em que sua alma precisa utilizar estratégias diferentes das habituais, se expondo o menos possível e mexendo em tudo com discrição.

**GÊMEOS**  
21/05 a 20/06

É imprescindível conjugar sua força individual com outras pessoas para que, todas juntas, consigam fazer o que cada uma por separado seria impossível. A força do grupo é imbatível, mas as pessoas resistem a esse entendimento.

**CÂNCER**  
21/06 a 21/07

O tempo das hesitações terminou, porque mesmo que você, no seu íntimo, ainda não tenha certeza do que seria melhor fazer, os acontecimentos levarão a essas definições e seria melhor acompanhar esse ritmo.

**LEÃO**  
22/07 a 22/08

Agora começa o processo de libertação das amarras que prendiam você a um passado que não precisa continuar dominando a cena. Nada do que acontecer a partir de agora será novo, mas o resultado de lutas anteriores.

**VIRGEM**  
23/08 a 22/09

Por trás das aparentes perdas que você achar que está sofrendo agora se encontram as pistas dos ganhos futuros. Você já ouviu dizer que há males que vêm por bem, não é mesmo? Agora você vai comprovar essa verdade.

**LIBRA**  
23/09 a 22/10

Acertar contas com as pessoas é uma via de duas mãos, porque é certo que elas devolverão na mesma moeda. Não importa, há coisas que precisam ser feitas independentemente dos resultados, em nome de maior clareza.

**ESCORPIÃO**  
23/10 a 21/11

Para que tudo continue dando certo, evite dividir tarefas, porque mesmo que isso pareça o melhor a fazer, no futuro você se deparará com a triste realidade de que as pessoas prometem, mas não cumprem. É assim.

**SAGITÁRIO**  
22/11 a 21/12

Aquilo que você determinar será o futuro que acontecerá, porém, isso há de ser equacionado junto às pessoas que façam parte do seu caminho, porque é com a ajuda delas que as determinações se cumprirão.

**CAPRICÓRNIO**  
22/12 a 20/01

Começa o tempo em que você não deve dar margem nenhuma à dúvida quanto às suas pretensões, porque se não houver clareza a respeito dessas em sua alma, os acontecimentos vão passar por cima de você. Melhor não.

**AQUÁRIO**  
21/01 a 19/02

Essa movimentação toda que dá sinal de que os tempos começam a mudar, há de ser passada por um filtro, porque os desejos são variados e múltiplos, enquanto o dia continua tendo a mesma duração de sempre. Abertura.

**PEIXES**  
20/02 a 20/03

Agora dá para comprovar que tudo dá certo, mesmo com algumas coisas dando errado porque, afinal, a vida escreve certo através de linhas tortas. A preocupação e a ansiedade não servem para nada além de torturar.

## LIVRO

Divulgação



A chef Bel Coelho participa do Night Lab e fala do livro *Floresta na boca*

# Gastronomia e sustentabilidade

» NAHIMA MACIEL

Depois de anos pesquisando ingredientes nativos e dialogando com comunidades, a chef Bel Coelho percebeu que era urgente construir uma narrativa que não fosse apenas culinária, mas também política, ecológica e afetiva. Voou para o Pará em 2025 e deu início a uma pesquisa com foco na sociobiodiversidade de três áreas — Baixo Tocantins, Xingu e Tapajós —, onde entrevistou e fotografou comunidades extrativistas da região. O resultado está no livro *Floresta na boca*, que tem ilustrações de Marina Aranha e que Bel lança hoje, durante um encontro com o público no Night Lab, realizado no Sesi Lab.

A 27ª edição do evento conta ainda com Ana Frango Elétrico e com a nutricionista Bruna Crioula para um encontro que tem como tema a alimentação vista a partir dos pontos de vista da linguagem, da cultura e da ciência. Proprietária dos restaurantes Guia e Clandestina, em São Paulo, e jurada do *Iron Chef Brasil*, produzido pela Netflix, Bel também é conhecida pelo ativismo que une cultura, sustentabilidade e gastronomia. “Chefs têm um poder simbólico e econômico enorme. Somos mediadores entre

o campo e a cidade, entre quem produz e quem consome. Quando um chef escolhe um ingrediente, ele ativa cadeias inteiras — produtivas, culturais e ambientais. Portanto, nosso engajamento não é opcional, é responsabilidade”, explica. “A gastronomia pode reforçar modelos predatórios ou pode ajudar a regenerar territórios e valorizar quem cuida deles.”

O livro *Floresta na Boca* nasceu de uma inquietação antiga: Bel sempre teve a sensação de que a gastronomia brasileira conhece pouco os biomas nacionais e, conseqüentemente, não os valoriza. “Minha maior preocupação foi não transformar a floresta em exotismo ou tendência. Eu queria que o livro fosse uma ponte ética, que respeitasse os saberes tradicionais, reconhecesse as assimetrias de poder e mostrasse que biodiversidade e cultura são inseparáveis”, conta. Em entrevista, ela explica como foi a experiência de descobrir no Norte enquanto um bioma rico para o universo da gastronomia e da sustentabilidade.

### NIGHT LAB

Hoje, às 19h, no Sesi Lab. Ingressos: R\$ 40 e R\$ 20 (meia). Não recomendado para menores de 18 anos

## CRUZADAS

Suporte essencial aos pais do bebê	Casa de espetáculos situada no Centro do Rio	O assunto sem atrativos	As suas margens foi proferido o brado "Independência ou morte!"		Característica do atum na lata
			500, em romanos	Favorece	
Memória inalterável de computadores	Local de estágio do médico	Pai dos primos	Dez, em inglês	(?) Fleming, criador do 007	
Cantor de música cristã	Falecida	Em dia nenhum	Animal da pecuária		
A cidade dos objetos gigantes (SP)					
Alcance, em inglês					
Objeto que pode ser usado no frescobol	Carros, em inglês				Assento de uma montaria
	Oferta no leilão				
Provável locador do imóvel		"(?) Simpsons", desenho animado		(?) Mort, detetive das HQs	(?) de valsa: dançarino exímio
Utensílio de cozinha para drenar o caldo		Potente explosivo (sigla)		Espanha (sigla)	Beira-(?), estádio do Internacional (fut.)
Associação de futebol alemã	(?) Espíndola, cantora brasileira				Ácido ribonucleico (sigla)
Produto derivado do petróleo					
				Designação das participantes de "A Fazenda"	

BANCO 3/ten./4/cars./5/range./6/servil./10/bundesliga.

27

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

C	D	N	T
L	O	B	O
E	M	A	N
X	O	D	O
I	D	S	O
C	O	R	C
H	O	R	A
G	O	I	O
R	C	O	S
G	A	L	E
F	A	I	R
I	N	A	T
P	A	G	I
O	D	I	L
M	A	R	T

SUDOKU DE ONTEM

2	1	5	6	8	3	7	4	9
8	6	7	9	4	1	5	3	2
3	4	9	7	5	2	6	1	8
5	7	3	2	9	8	4	6	1
9	2	1	4	3	6	8	5	7
6	8	4	1	7	5	9	2	3
7	3	6	8	2	4	1	9	5
4	9	2	5	1	7	3	8	6
1	5	8	3	6	9	2	7	4

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.asinecoquetel.com.br

Assine agora!

COQUETEL

# TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

## ESPAÇO E TEXTO

A casa velha, animada na guarda  
Do desaparecido homem,  
Exibia o espaço onde as noites  
De criação se escondiam.

Fumaças cobriam os rostos  
Que tragavam o prazer,  
Impulsionado por goles de bebidas aquecidas.

O mundo, assim, se abria  
Para que se armasse  
A encenação, com base  
Em textos amadores,  
Mas fiados no universo mágico  
Do teatro, da vida da rua.

Luis Carlos Alcoforado

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

## SUDOKU

2	9	8						
1	4							6
6			9					
					3			2
3	2				8			4 7
	6			9			5	
4			3	1				
					7			1
		1						5 3

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

# Diversão & Arte

Diamond Films/Divulgação



Dilemas fortes impulsionam a narrativa de *O drama*, clássico instantâneo de Zendaya e Robert Pattinson, que chega aos cinemas junto com o premiado filme nacional *Cinco tipos de medo*, título que abre leque de pesadas emoções

## A noiva estava (quase) de preto

» RICARDO DAEHN

Seria possível que uma tragédia infestada no coração da América (no maior dos sentidos figurados) se incrustasse no centro da mente do diretor norueguês Kristoffer Borgli e irradiasse, por meio da mensagem do filme *O drama*, em escala global? Sim. Sem titubear, é seguro dizer que o mais novo longa estrelado pelos astros do momento Robert Pattinson e Zendaya gera discussão quanto aos desdobramentos de um pacto social: os preparativos de um casamento ecoam como real pesadelo para o personagem de Pattinson, Charlie, que ficaria muito mais feliz, a princípio, comprando uma bicicleta, se levasse a sério o dilema clássico do casório ou da aquisição da bike.

Analisada pelo *The Guardian*, a produção daria conta do “nervosismo pré-nupcial como um desmoronamento psicológico”. A publicação britânica enaltece a fotografia deslumbrante, as atuações “virtuosas”, a precisa edição, e ressalta ainda a extensão do trauma coletivo no qual mexe. Na trama do filme, há quem diga que o casamento “é algo naturalmente elaborado”. Mas, e se no miolo desta partitura social tão bem coreografiada houvesse espaço para um improviso como daqueles virtuosos jazzistas? É de uma mesa, para as provas dos vinhos para uma cerimônia de casamento, que será irradiada uma situação incontrolável capaz de afetar sobremaneira a união de Emma e de Charlie. O impulso vem de um casal de amigos que lança o desafio de se revirar o passado de cada comensal, para entender do pior feito, até o momento, entre todos os presentes. Rachel (Alana Haim, de *Licorice Pizza*) fala, e cria constrangimento; Mike (Mamoudou Athie) se entrega, e choca; Charlie reluta, desconversa, mas deixa entrever sua gritante bondade. O problema surge mesmo, quando Emma se encoraja, e revela um episódio estupefacente.

“Com cada projeto (de cinema) que você assume, a ideia é explorar algo novo em si mesma, e eu realmente acho que cada personagem me ensina algo novo sobre mim e desbloqueia algo emocionalmente novo”, comentou Zendaya para a revista *Coup de Main*, da Nova Zelândia. Pattinson completou: “Em filmes românticos o foco é mais no crescimento individual



Robert Pattinson e Zendaya: muita poeira por debaixo do tapete da cerimônia

dos personagens. E eu achei isso muito romântico (no nosso filme) porque os personagens não estão realmente se separando, eles estão sempre tentando se amar, e ambos estão muito comprometidos com o amor”. Um obstáculo feroz atravessa, entretanto, o relacionamento tão vital para os feticios Charlie e Emma.

### Choque e empolgação

O vínculo do “arrepio” e da “empolgação” junto ao público é algo perseguido pelo atual intérprete de Batman. Esses reflexos, de modo forte, têm brilho na narrativa do filme. Na imprensa internacional, o astro defende a impossibilidade da “escolha” por quem se apaixonar, ainda que hesite. Para além do dado de que “moralidade” seja subjetiva, o que motivou o interesse de Pattinson foi explorar modulações na moralidade, “geralmente, sujeitas ao meio em que você está inserido”. O nervosismo e as renúncias que pesam para Charlie têm tudo a ver com o passado de Emma, como sublinhou um artigo do *The New Yorker*. “O filme retorna ao tempo da Emma, estudante do ensino médio, interpretada por Jordyn Curet, que tem pouca semelhança física ou emocional com sua contraparte Zendaya (...) a Emma interpretada por Jordyn Curet é um estudo de caso e um enigma”, pontua o texto que aposta na exagerada mudança de atrizes para revelar o quão drásticas podem ser transformações às quais alguém se sujeita.

O excesso de intimidade junto aos

personagens (que se desvestem de todas as camadas sociais) traz para o público o desconforto perturbador de lidar com mais um provocativo filme de Kristoffer Borgli, proveitoso para abrir um ciclo de discussão. Para incendiar debates, o combustível ainda traz ao centro o passado (real) do próprio cineasta, no seu segundo filme em inglês, depois de *O homem dos sonhos* (2023), com o excêntrico Nicolas Cage. Coube à famosa *The Hollywood Reporter* colocar alguma pressão na carga de controvérsia. Há 14 anos, a revista D2, associada ao jornal de finanças norueguês *Dagens Naeringsliv*, trazia perigoso discurso do hoje quarentão Kristoffer. Um artigo, que circula pela rede social, revela (em tradução amadora), um ensaio no qual ele destrinça elementos de um romance mantido com uma jovem bastante mais nova. O resgate de material antigo coloca em pauta a relação de Borgli, aos 27 anos, com uma adolescente. Pelas leis da Noruega, o consentimento (para sexo) de maiores de 16 anos é o aceito.

Dentro de todas as armadilhas emocionais e dos gatilhos associados aos sentimentos de Charlie que Emma gera, a personagem de Zendaya, mesmo no decorrer da atriz, segue algo resguardada de julgamentos. “Com Emma há uma permanente fragilidade que eu gostei de tentar desvendar, e existe uma menininha perpétua dentro dela que busca ser amada e aceita”, comentou.

### CRÍTICA ★★★★★

*Cinco tipos de medo*

### JOGOS MORTAIS

Este filme ambientado no Mato Grosso, e que toma por base um episódio real, é a prova de que nada é definitivo, quando se fala em talento: dois integrantes da produção mais do que deram a volta por cima, quando se vê o resultado do thriller. O diretor Bruno Bini (do avacalhado, por muitos, *Loop*), em várias frentes, foi triplamente premiado no último Festival de Cinema de Gramado (RS), enquanto Bella Campos, muito suscetível à crítica pelo remake de *Vale tudo* (em que interpretou Maria de Fátima), se confirma talentosa.

Vencedor dos prêmios Kikito de melhor filme, roteiro e montagem (tudo a cargo de Bini), *Cinco tipos de medo* carrega nos laços decisivos, ao modelo de filmes emblemáticos como *Amores brutos* e *21 gramas* (ambos com roteiro de Guillermo Arriaga, à época em que estabeleceu parceria com o diretor Alejandro G. Iñárritu). Várias ações de dentro do Jardim Novo Colorado (periferia de Cuiabá) convergem para integrar a vida de dispareos personagens.

João Vitor Silva (visto em *O agente secreto*, como o rapaz do braço quebrado da pensão de Dona Sebastiana) encabeça o longa, no papel de Murilo, um aplicado violinista que, à época da recente pandemia, dependeu dos cuidados da enfermeira Marlene (Bella). Essa, pela vez, está condicionada à relação junto ao contraventor Sapinho (Xamã, vencedor de Kikito de melhor ator coadjuvante). Junta-se ao explosivo circuito, o advogado Ivan (Rui Ricardo Diaz, da série *Impuros*) e a policial interpretada por Bárbara Colen, Luciana.

Com a dose de violência que ancora toda a trama, muito bem conectada, destacam-se achados de intenso valor, como o da interpretação de *Regiane Faria* (No coração do mundo), uma tensa moradora da periferia, e ainda a sensibilidade no tratamento dos traumas carregados diante da morte de familiares, ponto que atravessa muito da trama. (RD)



*Cinco tipos de medo* traz um mosaico de tramas que se conectam



# Redes sociais após a morte: nem tudo é herança

Maria Eduarda Lavocat

Atualmente, as redes sociais se consolidaram como uma extensão da vida dos indivíduos. Protegidos por senhas, os perfis armazenam fotos, conversas e diversos aspectos íntimos no ambiente digital que permanecem acessíveis por tempo indeterminado, até que o próprio usuário opte por excluí-los. Nesse contexto, surge um questionamento relevante: o que acontece com essas informações quando o titular da conta morre?

No último mês, a 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve a decisão da 2ª Vara de Embu das Artes que negou a uma mãe o acesso ao perfil em uma rede social do filho falecido. Segundo a mulher, o objetivo era apenas recuperar fotografias para preservar a memória e o vínculo afetivo familiar.

Ainda assim, o colegiado entendeu que permitir o acesso de terceiros ao perfil pessoal, mesmo com a finalidade de obter imagens publicadas, configuraria violação ao direito à intimidade. Em seu voto, o relator do recurso, desembargador Marcus Vinicius Rios Gonçalves, destacou que tais conteúdos recebem proteção por meio de normas relacionadas aos direitos da personalidade e à propriedade intelectual.

“Os dados pessoais armazenados nas contas digitais do falecido estão profundamente ligados aos direitos da personalidade e, por isso, não se confundem com o acervo patrimonial sujeito à sucessão. Assim, admitir o acesso a tais conteúdos por terceiros, ainda que herdeiros, pode implicar violação ao direito à privacidade do falecido, o qual permanece protegido mesmo após sua morte”, afirmou.

Para a advogada Laura Wihby Rezende, do escritório Gaia Silva Gaede Advogados, especialista em proteção de dados, a decisão do TJSP está alinhada ao ordenamento jurídico vigente. Segundo ela, o Tribunal aplicou o princípio da intransmissibilidade dos direitos da personalidade, reconhecendo que o perfil reúne informações íntimas do usuário e também dados de terceiros, igualmente protegidos.

“Do ponto de vista jurídico, o Brasil ainda não possui legislação específica sobre herança digital. Em geral, perfis em redes sociais são compreendidos como extensões dos direitos da personalidade (art. 11 do Código Civil), que, via de regra, são intransmissíveis. Por isso, essas contas não integram automaticamente o espólio e não podem ser acessadas livremente pelos herdeiros”, explica.



O advogado Rony Vainzof, sócio do VLK Advogados, afirma que é importante distinguir o que é bem patrimonial e o que está sob a proteção da intimidade do falecido e de terceiros com quem ele se relacionava. “A herança não dá direito a invadir a intimidade alheia. O silêncio do usuário em vida (não ter nomeado herdeiro na rede social) deve ser interpretado como um desejo de manter o sigilo de suas contas nas redes sociais”, afirma.

Ele acrescenta que, embora a personalidade jurídica se encerre com a morte, a legislação brasileira assegura a proteção da memória, da honra e da dignidade do falecido. Nesse sentido, o direito à intimidade projeta-se para além da vida, devendo ser resguardado, inclusive, em relação aos herdeiros. Isso porque determinados conteúdos podem ser estritamente pessoais ou envolver terceiros que não consentiram com sua divulgação, o que reforça o caráter intransmissível desses dados.

## Possibilidades

De acordo com Laura Wihby, há, sim, a possibilidade legal de familiares acessarem contas de redes sociais de pessoas falecidas, mas essa possibilidade é limitada e cercada de restrições. A advogada explica que existem dois caminhos principais.

O primeiro é o extrajudicial, realizado

diretamente junto às próprias plataformas digitais. Nesses casos, os familiares podem solicitar a memorialização ou a exclusão da conta, conforme as políticas de cada empresa. Em regra, esse procedimento não garante acesso ao conteúdo completo do perfil, sendo restrito a medidas administrativas.

O segundo caminho é o judicial. Em determinadas situações, os familiares recorrem ao Poder Judiciário para pleitear acesso a dados específicos ou à própria conta, com base em direitos sucessórios ou nas disposições do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). “Mesmo assim, os tribunais costumam ser cautelosos, especialmente em relação a mensagens privadas, já que essas comunicações envolvem também a privacidade de terceiros”, destaca.

O advogado Rony Vainzof ressalta que também há exceções em contextos de investigação. Nesses casos, o acesso a perfis pode ser autorizado para auxiliar na elucidação de fatos. Como exemplo, ele menciona o caso da “menina de Berlim”, na Alemanha, em que os pais conseguiram acessar os dados da filha falecida para esclarecer as circunstâncias de sua morte, inicialmente tratada como suspeita de suicídio, e também para subsidiar sua defesa em processo judicial.

Laura reforça que, no contexto de investigações criminais, a proteção à privacidade pode ser

relativizada diante do interesse público na persecução penal, desde que haja decisão judicial devidamente fundamentada.

O Marco Civil da Internet, em seu artigo 22, prevê a possibilidade de requisição judicial de registros e dados relevantes para fins de investigação criminal ou instrução processual. Nesses casos, o pedido deve ser específico e delimitado, indicando o ilícito investigado, a utilidade das informações pretendidas e o período ao qual se refere o acesso. Além disso, não são admitidas solicitações genéricas ou de caráter exploratório.

## Legislação específica

Para Rony Vainzof, a chamada “era digital” transformou profundamente a forma como os bens são armazenados e geridos, exigindo uma ressignificação da dogmática jurídica.

Segundo o advogado, algumas medidas podem ser adotadas ainda em vida para simplificar esse processo. Entre elas, destacam-se o exercício da autonomia privada por meio da definição, em testamento ou diretrizes digitais, do destino dos perfis; a utilização de ferramentas disponibilizadas pelas próprias plataformas para a nomeação de contatos herdeiros ou administradores; e a garantia de que pessoas de confiança tenham acesso a senhas ou a meios de recuperação de dados, evitando, assim, a necessidade de intervenção judicial complexa.

Na mesma linha, Laura Wihby Rezende observa que a realidade digital evoluiu em ritmo muito mais acelerado do que o ordenamento jurídico. O Código Civil de 2002, segundo ela, foi concebido em um contexto em que a internet ainda estava em estágio inicial, razão pela qual não oferece categorias jurídicas nem disciplina normativa adequadas para lidar com a complexidade e a diversidade dos bens digitais que hoje integram o patrimônio das pessoas.

Diante da ausência de regras específicas, ela afirma que o tema acaba sendo resolvido por meio da aplicação de normas de forma residual e indireta, o que tem gerado decisões judiciais divergentes e insegurança jurídica para famílias, plataformas e operadores do direito.

Nesse contexto, ela afirma que o Projeto de Lei nº 4/2025, que propõe a inclusão de regras sobre patrimônio digital na reforma do Código Civil, representa um avanço relevante. Ainda assim, Laura ressalta que é fundamental que essas normas sejam estruturadas com flexibilidade suficiente para acompanhar a velocidade das transformações tecnológicas, evitando que se tornem rapidamente obsoletas.



## ENTREVISTA — IAN GROSNER

Procurador-chefe da Agência Espacial Brasileira (AEB)  
e professor de direito espacial do Centro Universitário de Brasília (CEUB)

# Missão à Lua e o desafio jurídico de equilibrar interesses na exploração do espaço

Ana Maria Campos

**N**o momento de retomada da corrida espacial — agora marcada pela presença crescente de empresas privadas e por arranjos internacionais cada vez mais complexos — o debate sobre regras, responsabilidades e interesses de diferentes países ganha novo fôlego.

À frente da Procuradoria da Agência Espacial Brasileira, Ian Grosner analisa os desafios jurídicos desse cenário em transformação, no qual princípios consagrados desde o Tratado do Espaço Exterior de 1967 convivem com demandas inéditas, como a exploração econômica da Lua e a governança de missões multinacionais.

Entre benefícios, riscos e lacunas regulatórias, Ian Grosner aponta caminhos para equilibrar inovação, cooperação internacional e segurança jurídica em um domínio que permanece, por definição, patrimônio de toda a humanidade.

### Qual é, na sua avaliação, o grande benefício da exploração do espaço em uma missão multinacional e público-privada?

Eu destacaria que o principal benefício de uma missão multinacional e público-privada é justamente a cooperação internacional, que constitui um dos pilares do direito espacial desde o Tratado do Espaço Exterior de 1967. Esse tipo de arranjo permite o compartilhamento de custos, riscos, tecnologia e conhecimento entre Estados e entidades privadas, viabilizando projetos que seriam inviáveis para um único ator. Além disso, reforça a ideia de que o espaço é um domínio de interesse comum da humanidade, promovendo soluções conjuntas e mais sustentáveis.

### E o grande risco?

Por outro lado, o grande risco reside na complexidade de coordenação entre múltiplos atores, com diferentes interesses, capacidades e regimes jurídicos. A falta de alinhamento pode gerar atrasos, conflitos operacionais e até disputas legais sobre responsabilidades. Soma-se a isso o risco recorrente de que algum parceiro não cumpra seus compromissos financeiros ou técnicos, o que pode comprometer cronogramas,



**“Considero o Tratado do Espaço Exterior uma obra jurídica realmente admirável: bem estruturado, fruto de amplo consenso internacional e dotado de princípios que permanecem extremamente atuais, como o uso pacífico do espaço e a cooperação entre nações”**

e elevar custos e, em casos extremos, inviabilizar a missão. Em projetos dessa natureza, portanto, a governança jurídica e contratual precisa ser extremamente robusta para mitigar essas vulnerabilidades.

### Como o senhor avalia a atual estrutura do direito espacial internacional diante dessa nova corrida lunar liderada por países e empresas privadas?

A atual estrutura do direito espacial internacional precisa ser analisada à luz de sua origem histórica. Os principais instrumentos, como o Tratado do Espaço Exterior de 1967 e a Convenção de Responsabilidade de 1972, foram concebidos em

um contexto em que a exploração espacial era essencialmente estatal, marcada pela lógica da Guerra Fria. Ainda assim, é importante reconhecer que esses diplomas já demonstravam notável visão de futuro ao estabelecer que os Estados são internacionalmente responsáveis pelas atividades espaciais, inclusive aquelas conduzidas por entidades privadas, devendo autorizá-las e supervisioná-las. Sob esse aspecto, considero o Tratado do Espaço Exterior uma obra jurídica realmente admirável: bem estruturado, fruto de amplo consenso internacional e dotado de princípios que permanecem extremamente atuais, como o uso pacífico do espaço e a cooperação entre nações. Não me filio à corrente que defende

uma reformulação completa desse arcabouço. Por outro lado, é inegável que o cenário contemporâneo apresenta desafios que não estavam no horizonte dos anos 1960. A crescente participação de empresas privadas, a intensificação da competição geopolítica e problemas como o lixo espacial exigem uma evolução normativa. Mais do que substituir o sistema existente, o caminho parece ser o seu aprimoramento, com a criação de novas regras, interpretações e mecanismos de governança capazes de lidar com essas questões emergentes, sem perder de vista os fundamentos já consolidados do direito espacial internacional.

### O Tratado do Espaço Exterior de 1967 ainda é suficiente para regular atividades na Lua, ou já está defasado ante as novas demandas tecnológicas e comerciais?

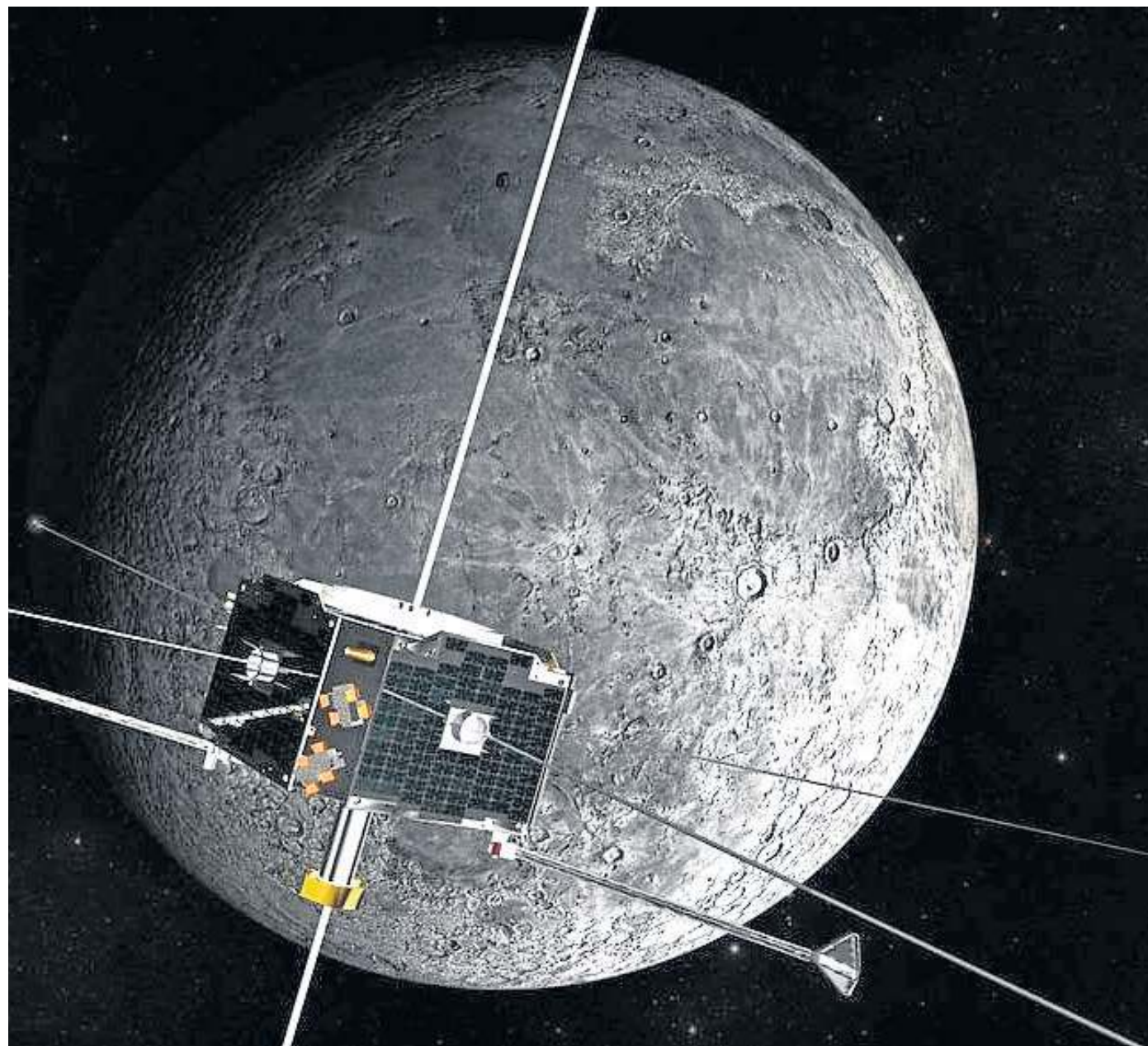
O Tratado do Espaço Exterior de 1967 continua, a meu ver, suficiente como base normativa essencial para regular as atividades na Lua, sobretudo porque consagra princípios fundamentais que permanecem indispensáveis, como a não apropriação do espaço por Estados, o uso pacífico e a exploração em benefício de toda a humanidade. Em um contexto de nova corrida lunar, esses princípios funcionam como uma salvaguarda contra uma apropriação seletiva por países mais ricos e tecnologicamente avançados, preservando o caráter comum do espaço exterior. Dito isso, reconhecer a sua atualidade não significa ignorar as lacunas. As novas demandas tecnológicas e comerciais, como a exploração de recursos lunares, a presença crescente de empresas privadas e os desafios operacionais mais complexos, exigem ajustes normativos por meio de novos instrumentos internacionais, seja por interpretações mais sofisticadas do regime existente. Nesse processo, é fundamental preservar e fortalecer o multilateralismo, com destaque para o papel do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS), que continua sendo o principal foro legítimo para a construção de consensos. Qualquer evolução do direito espacial deve passar por esse ambiente multilateral, garantindo que as regras futuras mantenham o equilíbrio entre inovação, segurança jurídica e o interesse coletivo da humanidade.

### Iniciativas como os Acordos de Artemis podem criar um outro padrão jurídico internacional ou correm o risco de fragmentar a governança espacial?

Essa é, de fato, uma questão bastante complexa. Os Acordos Artemis, já assinados por mais de 60 países incluindo o Brasil, não constituem um tratado internacional nos moldes clássicos, como o Tratado do Espaço Exterior de 1967. Ainda assim, é importante reconhecer que eles reafirmam diversos princípios já consagrados no direito espacial internacional, como a transparência, a cooperação e o uso pacífico do espaço. Por outro lado, não se pode ignorar que iniciativas dessa natureza, lideradas por potências específicas — como os próprios Acordos Artemis, no caso dos Estados Unidos, e a Estação Internacional de Pesquisa Lunar (ILRS), capitaneada pela China —, têm potencial para gerar uma fragmentação da governança espacial. Ao estabelecer arranjos paralelos, ainda que não formalmente vinculantes no plano multilateral, esses instrumentos podem enfraquecer o papel de instâncias tradicionais como o Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS). Apesar das limitações e desafios que o COPUOS enfrenta, continuo entendendo que ele deve ser preservado e fortalecido como o foro multilateral legítimo para coordenar e harmonizar as atividades espaciais, não apenas na Lua, mas também em outros corpos celestes. O grande desafio, portanto, será equilibrar essas iniciativas com a necessidade de manter uma governança global coesa, baseada em regras amplamente aceitas e construídas de forma verdadeiramente multilateral.

### Do ponto de vista jurídico, é possível falar em exploração econômica da Lua sem violar o princípio de que o espaço é patrimônio comum da humanidade?

Do ponto de vista jurídico, é possível discutir a exploração econômica da Lua, mas esse é um tema que exige cautela e uma interpretação sistemática do direito espacial internacional. É importante lembrar que o princípio do “patrimônio comum da humanidade” está expressamente previsto no artigo 11 do Acordo da Lua. No entanto, esse tratado possui baixa adesão — com cerca de 17 Estados-partes — e não foi ratificado por nenhuma das grandes potências espaciais, tampouco pelo Brasil. Por essa razão, não se pode afirmar, categoricamente, que esse princípio tenha se consolidado, em termos formais, como uma norma universal do direito espacial. Ainda assim, o Tratado do Espaço Exterior de 1967 pode ser interpretado em uma linha semelhante, ao assegurar a liberdade de exploração e uso do espaço por todos os países e ao estabelecer que essas atividades devem ser conduzidas em benefício e interesse de toda a humanidade. É justamente nessa interface que surge o grande desafio contemporâneo: compatibilizar a



NASA/Divulgação

**“O direito espacial internacional foi concebido, em sua essência, para regular relações entre Estados, prevendo que eventuais controvérsias sejam resolvidas preferencialmente por meios pacíficos e diplomáticos”**

exploração econômica com os princípios fundamentais já consagrados.

Nesse contexto, a exploração de recursos lunares não é, por si só, necessariamente incompatível com o direito internacional, desde que seja conduzida à luz dos normativos existentes, com responsabilidade, transparência e, sobretudo, com a preocupação de gerar benefícios amplos e não apenas vantagens concentradas em poucos atores.

Vale destacar, ainda, os avanços em discussão no âmbito do COPUOS, especialmente por meio de grupos de trabalho dedicados ao tema dos recursos espaciais, que buscam construir entendimentos comuns e caminhos regulatórios. Esses esforços reforçam a centralidade do multilateralismo na evolução do direito espacial. Por fim, é essencial lembrar que o direito — inclusive o direito espacial — não tem como objetivo obstaculizar o progresso humano. Ao contrário, sua função é permitir que esse progresso ocorra de maneira ordenada, sustentável e em conformidade com os princípios

que regem as atividades espaciais, garantindo que os benefícios da exploração do espaço possam, de fato, alcançar toda a humanidade.

### Como o direito espacial trata — ou deveria tratar — possíveis conflitos entre Estados e empresas privadas na exploração de recursos extraterrestres?

O direito espacial internacional foi concebido, em sua essência, para regular relações entre Estados, prevendo que eventuais controvérsias sejam resolvidas preferencialmente por meios pacíficos e diplomáticos. Esse traço permanece central até hoje: a lógica do sistema não é litigiosa, mas cooperativa, privilegiando negociação, consultas e outros mecanismos consensuais. No que diz respeito às empresas privadas, continua plenamente válida a regra de que os Estados são internacionalmente responsáveis pelas atividades conduzidas por seus nacionais no espaço. Isso significa

que qualquer conflito envolvendo uma empresa, em última análise, pode ser juridicamente imputado ao Estado que a autorizou e supervisiona, reforçando a necessidade de marcos regulatórios nacionais sólidos e de uma supervisão efetiva. Além disso, já existem mecanismos relativamente seguros e especializados para a resolução de disputas na área espacial. Um exemplo importante é a Corte Permanente de Arbitragem, em Haia, que dispõe de regras específicas e de uma lista de árbitros com expertise em questões espaciais, oferecendo um foro técnico e adequado para controvérsias mais complexas, inclusive aquelas que envolvam entes privados. Nesse cenário, o Brasil tem buscado contribuir para o fortalecimento de soluções baseadas no multilateralismo e na resolução pacífica de conflitos, alinhando-se à tradição do direito espacial de evitar a escalada de disputas e promover a estabilidade jurídica em um ambiente cada vez mais dinâmico e estratégico como o espaço exterior.

# Data Venia



Ana Maria Campos  
camposanamaria5@gmail.com

## Juíza fazendo história

Pela primeira vez na história, uma mulher vai representar a Associação dos Juízes Federais (Ajufe). A entidade realizou, nesta terça-feira (7/4), a eleição da diretoria para o biênio 2026-2028. A juíza federal Ana Lya Ferraz, de 44 anos, foi eleita presidente pela chapa única "Ajufe em Frente". Titular da 2ª Vara Federal Cível e Criminal da Subseção Judiciária de Cáceres (MT), a magistrada foi secretária-geral da entidade.

Divulgação



Reprodução/Redes Sociais



### Policial militar abrindo caminhos

Por falar em fatos inéditos, a coronel da Polícia Militar Suzane Tamanho foi nomeada nesta semana secretária de Segurança Pública do Mato Grosso. Além de ser a primeira mulher a assumir o cargo, ela também é, no Mato Grosso, a primeira pessoa LGTQIA+ no comando da pasta predominantemente masculina. A oficial é casada há 20 anos com a também policial militar Patrícia Silva Santos, com quem tem três filhas. A nomeação ocorreu na última segunda-feira (06/04) pelo governador Otaviano Pivetta (Republicanos). Suzane é a única mulher a se formar no curso de formação da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), a tropa de elite do 1º Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado de

São Paulo (PMESP), focada em patrulhamento tático, ocorrências de alta complexidade e combate ao crime organizado. Já mostrava sua vocação e empenho na carreira da PM.

### Tentativa de golpe

Com a aproximação das eleições, um novo tipo de golpe tem circulado na internet. São mensagens falsas, que chegam especialmente por aplicativos como o WhatsApp, informando sobre supostas irregularidades no título de eleitor vinculadas ao CPF do cidadão. Esses comunicados apontam a existência de "pendências eleitorais" e pedem o acesso a links externos para "regularização imediata". Ao clicar, o usuário é direcionado a uma página falsa, com logomarca do TSE semelhante à da Justiça Eleitoral, o que pode induzir a pessoa a acreditar que está em um site oficial. O conteúdo ainda menciona possíveis sanções, como bloqueio de serviços públicos e impedimentos legais, além de incentivar o acesso a links não oficiais. O TSE adverte que a Justiça Eleitoral não envia boletos, não solicita pagamentos nem cobra taxas por meio de mensagens, aplicativos, SMS ou e-mail. Também não solicitam dados pessoais ou bancários por esses canais.



Gustavo Lima/STJ

### Aposentadoria em abril

O ministro Antônio Saldanha Palheiro anunciou nesta semana sua aposentadoria no STJ que ocorrerá em 20 de abril. O magistrado completa 75 anos quatro dias depois e será enquadrado na idade limite para permanência nos Tribunais Superiores. Assim, será aberta uma vaga para os Tribunais de Justiça.



Marcello Casal Jr / Agência Brasil

### STJ retoma julgamento sobre Sistema S com risco bilionário

A possibilidade de o STJ rever a proteção contra cobranças retroativas de contribuições ao Sistema S reacende o alerta entre empresas sobre insegurança jurídica e impacto financeiro. O tema volta à pauta da Corte em 15 de abril, após recurso da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que pode ampliar o alcance da cobrança inclusive para contribuintes que já tinham decisões favoráveis. O receio ganha força com a dimensão econômica envolvida. Segundo dados da Fazenda Nacional, o impacto potencial da tese chega a R\$ 58,85 bilhões apenas entre 2017 e 2021, além de R\$ 11,7 bilhões estimados para os anos seguintes.

### Modulação

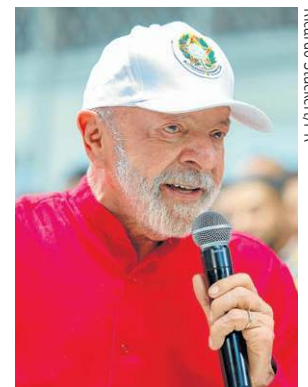
No julgamento do Tema 1.079, o colegiado entendeu que não há limite para as contribuições a terceiros, mas modulou os efeitos da decisão para preservar empresas que já tinham decisões judiciais favoráveis, afastando a cobrança de valores retroativos. Agora, a Fazenda busca reverter essa modulação. Na prática, o pedido é para que a decisão tenha efeitos amplos e atinja todas as empresas, inclusive aquelas que haviam obtido decisões judiciais garantindo o recolhimento com base no teto de 20 salários mínimos. Caso essa revisão seja acolhida, empresas que deixaram de recolher valores com base em decisões favoráveis poderão ser cobradas retroativamente — o que pode gerar impacto relevante no caixa e afetar planejamentos financeiros.

### Insegurança jurídica

Especialistas apontam que a possível mudança amplia a insegurança jurídica. "Por quase duas décadas, o STJ manteve um entendimento reconhecendo a limitação da base de cálculo para contribuições de terceiros. De forma repentina, esse posicionamento foi alterado, o que gerou forte insegurança jurídica para os contribuintes", afirma a advogada tributarista Renata Sternick.

**"Eu disse para o companheiro Alexandre de Moraes: 'Você fez uma biografia histórica neste país com o julgamento do 8 de Janeiro, não permita que joguem fora a sua biografia'"**

**Presidente Lula,**  
em entrevista ao programa ICL Notícias, sobre o envolvimento do ministro com o Banco Master



Ricardo Stuckert/PR

## Visão do Direito



Asiel Henrique de Sousa

Juiz de direito substituto de segundo grau do TJDF e desembargador eleitoral do TRE-DF

# O homem de nove votos

**E**ncerra-se em 6 de maio o prazo para que o cidadão brasileiro tire seu título de eleitor, transfira o domicílio eleitoral ou regularize pendências junto à Justiça Eleitoral. A partir do dia 7, o cadastro estará fechado para as eleições gerais de outubro. O Tribunal Superior Eleitoral faz o chamamento. Quem não se apresentar ficará de fora.

A notícia me leva a um registro pessoal. Tomei posse como desembargador eleitoral na Corte Eleitoral do Distrito Federal em outubro último, após 31 anos de magistratura. E vi confirmada uma impressão que carreguei desde o início da carreira: em cada recanto da jurisdição, o magistrado faz contato com uma realidade da vida social que só lhe era conhecida da literatura especializada e do anedotário.

Na Justiça Eleitoral, essa realidade se revelou com cores particularmente vivas. Uma delas é o fenômeno da múltipla inscrição como eleitor.

A história eleitoral brasileira é pródiga em episódios que, narrados com graça, encobrem a gravidade do que descrevem. Em Salvador, no ano de 1910, o senador Severino Vieira relatava como prática corriqueira o uso de parentes mocinhos espertos para inflar as urnas. O jovem votava com seu próprio nome. Saía da seção, trocava os óculos e o fato — o terno, na acepção lusitana —, e voltava para votar com outro nome.

Repetia a operação com o chapéu ou o paletó, chegando a votar cinco ou seis vezes no mesmo dia, amparado pela complacência dos mesários. Era, com o perdão do trocadilho, um eleitor de vários fatos.

No sertão, dizia-se que a morte não tirava do cidadão o direito de cidadania. Coronéis mantinham listas de falecidos e os reinscreviam como eleitores. No dia da eleição, jagunços eram designados para personificar os mortos. Conta-se que um fiscal de oposição, ao reconhecer na lista o nome de um defunto, protestou: “Mas esse homem morreu há 10 anos!” Ao que o mesário, sem hesitar, respondeu: “Pois ele ficou sabendo que a eleição era importante e resolveu subir para votar.”

O riso que essas histórias provocam é parte do problema. A anedota normaliza a fraude, converte em folclore o que é, na verdade, lesão ao interesse coletivo. Quem ri da esperteza do eleitor de vários ternos acaba por subestimar o dano: cada voto fraudulento usurpa a voz de um cidadão legítimo.

E o passado não é tão passado quanto

se imagina. Entre junho e setembro de 2017, um homem percorreu nove vezes os cartórios eleitorais do Distrito Federal. A cada visita, apresentava-se com um nome diferente, um CPF diferente e uma data de nascimento diferente. Sempre o mesmo rosto e a mesma impressão digital. Nove inscrições fraudulentas, nove identidades fictícias. Duas das datas de nascimento declaradas — 1473 e 1482 — eram cronologicamente impossíveis, o que revela tanto a ousadia quanto o descuido do autor da fraude. A biometria o identificou. O caso foi investigado, processado e resultou em condenação criminal.

O homem de nove votos é, ao mesmo tempo, a atualização e a negação da velha anedota. Atualização, porque a mesma lógica de fraudar o alistamento persiste. Negação, porque agora o aparato tecnológico da Justiça Eleitoral apanha o fraudador que o folclore, outrora, tornava invisível.

Esses episódios ganham gravidade plena quando examinados à luz dos princípios que fundam a democracia representativa. John Stuart Mill e a tradição liberal britânica legaram ao mundo ocidental duas ideias indissociáveis. A primeira é a da universalidade: todas as pessoas, independentemente de renda, propriedade ou instrução, têm igual direito ao voto.

Antes do sufrágio universal, o voto qualificado decidia quem podia decidir — o direito de votar era privilégio, não direito. A segunda é a da equivalência: cada cidadão vale um voto, e apenas um. As duas ideias se complementam. De nada adianta estender o voto a todos se alguns podem votar mais de uma vez; e de nada adianta garantir um único voto por pessoa se parcelas inteiras da população estão excluídas do processo.

A universalização do sufrágio partiu de uma premissa antropológica realista. Os homens são movidos por interesses,

frequentemente egoístas. A lei existe para mediar esses interesses, e o voto igualitário é o instrumento que distribui o poder de decidir quem faz a lei e quem governa. A múltipla inscrição agride o segundo princípio — o da equivalência —, mas sua raiz é a mesma que alimentava a exclusão do primeiro: a vontade de pesar mais do que o outro na balança do poder.

Mas a fraude não se esgota na multiplicação de votos. A vontade do eleitor pode ser subvertida por outros meios, igualmente corrosivos: a desinformação massiva que falseia o debate público, a compra de votos que converte o sufrágio em mercadoria, o

abuso do poder econômico que desequilibra a disputa, e a manipulação algorítmica das redes sociais que aprisiona o eleitor em bolhas de convicção fabricada. São formas modernas de violar o mesmo princípio — o de que a escolha democrática pressupõe um eleitor livre e informado.

O coronelismo brasileiro foi o ecossistema perfeito para essas práticas: voto de cabresto, curral eleitoral, alistamento de mortos, intimidação de adversários. Mas os vícios não ficaram no século 19. Mudaram de forma, não de natureza.

Hoje, a fraude eleitoral se manifesta de modos menos folclóricos e mais sofisticados. O uso da máquina administrativa para cooptar eleitores; a distribuição de benesses em período eleitoral disfarçada de política pública; o financiamento irregular de campanhas por meio de estruturas empresariais de fachada; a manipulação de transferências de domicílio eleitoral para inflar colégios eleitorais em municípios pequenos, onde poucos votos decidem eleições; o aparelhamento de estruturas partidárias para perpetuação de grupos no poder.

Em outros estamentos da vida pública, os mesmos vícios se reproduzem sob nomes diferentes: o nepotismo cruzado, o

fisiologismo como método de governança, a troca de cargos e emendas como moeda corrente da política.

A raiz é a mesma do velho coronelismo — a instrumentalização do Poder Público para fins privados —, apenas adaptada à institucionalidade moderna. A democracia formal avançou; a cultura política, em larga medida, permaneceu.

É nesse cenário que a Justiça Eleitoral brasileira assume seu papel mais relevante. Criada em 1932, com mais de nove décadas de existência, ela construiu ao longo do tempo um aparato institucional e tecnológico sem paralelo no mundo: a urna eletrônica, a biometria, a apuração em horas num país de dimensões continentais, a capilaridade de uma rede que alcança os rincões mais remotos do território nacional.

O próprio caso do homem de nove votos é prova da eficácia desse sistema. A fraude foi detectada pela biometria, investigada com rigor e punida pelo Judiciário. O fraudador de 2017 não teve a sorte do eleitor de vários ternos de 1910: a tecnologia o alcançou onde o folclore o teria encoberto.

A reputação de confiabilidade que a Justiça Eleitoral conquistou é reconhecida internacionalmente. Por isso mesmo, causa perplexidade que essa mesma instituição tenha sido, nos últimos anos, alvo de campanhas sistemáticas de deslegitimação, alimentadas por desinformação e oportunismo político.

Atacar sem fundamento a credibilidade do sistema eleitoral não é exercício de crítica democrática — é tentativa de enfraquecer a própria democracia. O maior desafio, porém, não é tecnológico. A biometria já identifica o fraudador. Os sistemas de cruzamento de dados já detectam a inscrição múltipla. O desafio é anterior e mais profundo: é educacional e cultural.

Enquanto a fraude eleitoral for tratada como anedota — como dado folclórico de uma cultura política que se ri de si mesma —, o dano ao interesse coletivo continuará sendo subestimado.

Formar cidadãos que compreendam o valor do voto, a importância da igualdade política e o papel das instituições eleitorais é condição para que os avanços conquistados não sejam corroídos por dentro. Em cada recanto da jurisdição há uma novidade. A mais urgente, talvez, seja a de que a democracia não se sustenta apenas por seus mecanismos — precisa de cidadãos que a compreendam e a defendam.

**“O coronelismo brasileiro foi o ecossistema perfeito para essas práticas: voto de cabresto, curral eleitoral, alistamento de mortos, intimidação de adversários. Mas os vícios não ficaram no século 19. Mudaram de forma, não de natureza”**

## Visão do Direito



Matheus Puppe

Advogado, mestre e doutorando em direito digital e consultor da Comissão Especial de Direito Digital da Câmara dos Deputados

# Multas baixas deixam a LGPD no campo das intenções

A Lei Geral de Proteção de Dados foi apresentada como um divisor de águas. E é, pelo menos no papel. Ela dá à Autoridade Nacional de Proteção de Dados um arsenal que vai muito além de advertência: há multa percentual sobre faturamento, multa diária, publicização da infração e, em casos graves, medidas capazes de atingir o coração da operação, como bloqueio e eliminação de dados e restrições ao próprio tratamento. Em tese, está tudo ali para transformar privacidade em disciplina de mercado.

O problema é que o Brasil ainda vive um paradoxo antigo: cria-se uma lei moderna, mas demora-se a transformar a regra em consequência. E quando a consequência não aparece com constância, o incentivo econômico fica torto.

Quem investe em governança, segurança e processos passa a competir com quem faz o mínimo para parecer adequado. O cumprimento vira “compliance de fachada”: política genérica, documentos que ninguém usa, encarregado apenas formal e um banner de cookie que não muda a forma

como dados circulam dentro das organizações.

Até aqui, a ANPD tem atuado de maneira predominantemente pedagógica e corretiva. O padrão observado é o de exigir ajustes, cobrar melhorias de segurança e governança, pedir documentação mínima e insistir no atendimento às suas requisições.

Esse caminho tem seu valor, sobretudo em uma autoridade que consolida práticas e precedentes. O risco é transformar esse início em destino. Se a correção vira regra e a responsabilização efetiva vira exceção, o mercado aprende a lição errada: a LGPD não é um parâmetro, é um incômodo negociável.

A primeira multa administrativa aplicada pela ANPD, em 2023, teve caráter simbólico, mas não foi suficiente para criar dissuasão generalizada. O valor, de aproximadamente R\$ 14,4 mil, ficou limitado pela condição de microempresa do infrator.

O caso foi importante para marcar o início do enforcement sancionatório, mas também ajudou a cristalizar um sentimento perigoso: para muitos setores, ainda parece racional apostar

que nada realmente relevante acontecerá.

Outro traço desse início de enforcement é que sanções e determinações corretivas têm se concentrado no básico. Os casos costumam girar em torno de falhas de segurança, comunicação inadequada de incidentes, ausência de governança e documentação, falta de encarregado quando exigido e descumprimento de requisições da própria ANPD. É a régua do dever de casa. Só que a economia de dados não se resume ao dever de casa. Ela é escala, integração de bases, cadeia de fornecedores e decisões automatizadas. Se a fiscalização ficar restrita ao óbvio e ao reativo, não haverá mudança de comportamento onde realmente importa.

A comparação com a União Europeia ajuda menos pelo fetiche do número e mais pela cultura institucional. Lá, o mercado internalizou que existe fiscalização, existe consequência e que, em casos relevantes, a sanção pode ser alta. Aqui, ainda se consolidou a percepção oposta: responsabilização é rara, lenta e, muitas vezes, administrável. Não se trata de importar um modelo punitivista, nem de defender espetáculo. Trata-se de

reconhecer um princípio antigo, que vale para qualquer regra: constância é o que educa. A lei só vira padrão quando deixa de ser aposta.

A inteligência artificial torna esse debate inevitavelmente mais urgente. Não existe IA sem dados, e os incentivos para coletar, cruzar e treinar modelos com grandes volumes de informação só aumentam.

Nesse contexto, é natural que a autoridade use também medidas preventivas e cautelares em situações de alto risco tecnológico, antes mesmo de sanções financeiras. Mas cautelar não pode virar substituto de enforcement. Sem previsibilidade de responsabilização, a tendência é repetir o mesmo ciclo: muita orientação, pouco temor, e uma corrida silenciosa para explorar dados até o limite do que for tolerado.

O Brasil não precisa de improviso regulatório. Precisa do básico que sempre funcionou: regra aplicada com firmeza e proporcionalidade, de modo consistente, para que o mercado entenda que cumprir não é opcional. A LGPD não foi feita para ser formalidade. Foi feita para mudar incentivos. E incentivo só muda quando existe consequência real.

## Visão do Direito



Erika Palma

Especialista em previdência complementar, presidente da OABPrev-SP

# Longevidade feminina: estamos preparadas?

Mulheres vivem mais, mas chegam à velhice com menos renda e patrimônio. A combinação entre longevidade, desigualdade salarial e sobrecarga de cuidado exige planejamento previdenciário desde cedo.

Essa vantagem na longevidade é uma grande conquista da sociedade, reflexo de avanços na medicina, na qualidade de vida e nas condições sociais. Viver mais, no entanto, também significa precisar sustentar uma vida mais longa, muitas vezes com rendas que não acompanharam essa longevidade.

O paradoxo é evidente: apesar de viverem mais, as mulheres frequentemente chegam à velhice com menos renda, menos patrimônio e maior vulnerabilidade econômica. Isso não acontece por acaso.

Grande parte dessa desigualdade começa muito antes da aposentadoria e tem raízes profundas na forma como o trabalho das mulheres é organizado e valorizado na sociedade. Um exemplo claro é o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado.

Historicamente associado ao papel feminino, ele continua amplamente invisível nas

políticas públicas e nas estruturas econômicas. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, as mulheres realizam cerca de 76% do trabalho de cuidado não remunerado no mundo — cuidar de filhos, familiares idosos, organizar a casa e sustentar a vida cotidiana.

Se essa atividade fosse contabilizada economicamente, seu valor poderia ultrapassar US\$ 11 trilhões por ano, algo próximo de 9% do PIB global. Trata-se de uma das maiores “economias” do planeta — mas ainda invisível.

Dados internacionais mostram que as mulheres recebem aposentadorias significativamente menores do que os homens. Em média, nos países da OCDE, o valor das aposentadorias femininas é cerca de 23% inferior ao dos homens.

Esse número reflete desigualdades que se acumulam ao longo de décadas, resultado de menores salários, menor participação no mercado de trabalho e menos horas trabalhadas ao longo da carreira.

Interrupções na carreira para cuidar de filhos ou familiares reduzem tempo de contribuição e renda acumulada. Muitas mulheres passam parte da vida profissional em atividades

informais ou em jornadas reduzidas para conciliar trabalho e cuidado familiar.

Embora socialmente essenciais, essas escolhas têm impacto direto na formação da poupança previdenciária. Essa diferença é o principal fator que explica a chamada *gender pension gap* — a desigualdade de renda na aposentadoria.

Justamente quem vive mais é quem frequentemente chega à velhice com menos recursos. Portanto, quando se fala em longevidade feminina, não se trata apenas de celebrar uma conquista demográfica. Estamos também diante de um desafio econômico e social que exige planejamento. Viver mais significa financiar mais anos de vida.

Dessa realidade surge a necessidade de estratégias de longo prazo — cenário em que a previdência complementar desempenha um papel cada vez mais relevante.

Sistemas previdenciários modernos combinam diferentes fontes de renda futura, como previdência pública, planos ocupacionais e poupança individual. Essa estrutura contribui para diversificar as fontes de renda na aposentadoria e aumentar a segurança financeira ao

longo da vida.

Contudo, nenhum sistema consegue compensar sozinho desigualdades estruturais acumuladas ao longo da vida profissional. Por isso, o planejamento financeiro precisa começar cedo e considerar a realidade específica das mulheres.

É essencial contribuir de forma contínua sempre que possível, buscar instrumentos de acumulação previdenciária, compreender os impactos de interrupções de carreira e, principalmente, incorporar a longevidade nas decisões financeiras.

Planejamento previdenciário não é apenas sobre aposentadoria. É sobre autonomia. É sobre garantir que décadas adicionais de vida sejam vividas com segurança, dignidade e liberdade de escolha.

Se queremos uma sociedade em que mulheres vivam mais e melhor, precisamos reconhecer o valor econômico do cuidado, reduzir desigualdades ao longo da vida laboral e ampliar instrumentos de proteção previdenciária. Caso contrário, continuaremos celebrando uma conquista demográfica sem enfrentar suas consequências econômicas.

## Visão do Direito



Alan Bousso

Advogado e mestre em direito pela PUC-SP

# Quem responde pelas falhas da IA?

**V**eículos autônomos, embarcações com navegação assistida por algoritmos, sistemas de decisão automatizada e ferramentas preditivas estão cada vez mais presentes na sociedade contemporânea. O que ainda não está plenamente consolidado, contudo, é o regime jurídico aplicável aos danos eventualmente causados por tais sistemas.

A responsabilidade civil sempre teve como principal finalidade reparar danos e recompor o equilíbrio jurídico. O modelo tradicional estrutura-se sobre elementos conhecidos: conduta, dano, nexos causal e, conforme o caso, culpa. Entretanto, quando a ação danosa decorre de um sistema autônomo que opera por meio de algoritmos complexos, a identificação desses elementos torna-se mais desafiadora. A quem atribuir a responsabilidade quando um veículo autônomo provoca um acidente? Ao proprietário? Ao fabricante? Ao desenvolvedor do software? Ao operador que supervisionava o sistema? Ou a todos, de forma solidária?

A ausência de parâmetros claros compromete a previsibilidade das decisões judiciais e

gera insegurança tanto para as vítimas quanto para os agentes econômicos envolvidos na cadeia tecnológica. O direito não pode permanecer alheio a esse cenário. A inovação exige adaptação normativa proporcional ao grau de risco que introduz na sociedade.

O ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos relevantes. O Código Civil prevê a responsabilidade objetiva nos casos de atividade de risco. O Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade objetiva do fornecedor por defeito do produto ou do serviço. Tais dispositivos oferecem fundamentos importantes para a solução de casos concretos envolvendo inteligência artificial. Contudo, a especificidade dos sistemas autônomos recomenda tratamento mais detalhado e sistematizado.

Projetos legislativos em discussão no país, como o que trata do marco regulatório da inteligência artificial, propõem diretrizes relevantes. Entre elas, destacam-se a classificação de sistemas de IA segundo o nível de risco, a previsão de responsabilidade objetiva para aplicações de alto risco e a possibilidade de inversão do ônus da prova em favor da vítima,

quando houver hipossuficiência técnica ou excessiva dificuldade de comprovação. Essas propostas caminham no sentido correto: reconhecer que, quanto maior o grau de autonomia e potencial lesivo da tecnologia, maior deve ser o dever de cautela e de responsabilidade de quem a desenvolve ou a adota.

A previsibilidade jurídica não é um obstáculo à inovação; ao contrário, é condição para que ela se desenvolva de maneira sustentável. Com regras claras, empresas que investem em tecnologia podem dimensionar riscos, estruturar contratos, contratar seguros e implementar protocolos de governança. Já usuários e consumidores precisam ter garantias efetivas de que eventual dano será reparado.

Não se trata de condenar a inteligência artificial, mas de reconhecer que toda inovação capaz de afetar direitos fundamentais — como a vida, a integridade física e o patrimônio — deve estar inserida em arcabouço normativo coerente.

Outro ponto relevante é a transparência. Sistemas de IA frequentemente operam por meio de processos decisórios pouco

compreensíveis ao usuário comum. A opacidade algorítmica dificulta a identificação de falhas e a comprovação do nexos causal. Por isso, além da definição do regime de responsabilidade, é indispensável que a legislação imponha deveres de informação, rastreabilidade e documentação técnica.

A discussão sobre responsabilidade civil por danos causados por IA não deve ser conduzida apenas no âmbito acadêmico ou jurisprudencial. É matéria que exige debate público amplo e participação de especialistas, operadores do Direito, setor produtivo e sociedade civil. A construção de parâmetros normativos claros permitirá harmonizar inovação e proteção jurídica, evitando decisões casuísticas e divergentes.

Em última análise, o que está em jogo é a própria credibilidade do sistema jurídico diante da transformação tecnológica. A sociedade não pode ser colocada em posição de incerteza permanente quanto à reparação de danos decorrentes de sistemas que ela própria é incentivada a utilizar. A inteligência artificial continuará a evoluir. O direito deve fazer o mesmo.

## Visão do Direito



André Marques

Advogado especialista em direito empresarial pela PUC-RS e sócio do Teixeira e Marques Advogados Associados

## Reforma Tributária e agronegócio: por que o IVA pode destravar competitividade

**O** agronegócio brasileiro opera em cadeias longas e altamente integradas: insumos, produção, armazenagem, logística, industrialização e exportação. Nesse ambiente, a tributação não é apenas “alíquota”; é custo embutido, cumulatividade e incerteza jurídica que se espalham por cada elo. É justamente por isso que a Reforma Tributária do consumo (IVA dual — CBS e IBS) pode representar um salto estrutural para o setor: menos imposto oculto no custo, mais neutralidade e maior previsibilidade para formar preço e investir.

O ponto central é a não cumulatividade. Hoje, parte relevante do custo do agro carrega tributos “por dentro” (energia, transporte, serviços, aquisição de máquinas e insumos), mas nem sempre isso se converte em crédito efetivo. O resultado é a velha distorção: tributa-se o caminho, não apenas o consumo final. Um IVA bem implementado reduz essa cascata e tende a tornar

a carga mais transparente, com impactos diretos sobre margem, produtividade e capacidade de competir — especialmente em operações com alta participação de custos tributáveis.

A reforma também reconhece a heterogeneidade do campo. O desenho constitucional e a legislação complementar caminham para evitar que o pequeno produtor seja engolido por burocracia: o produtor rural (pessoa física ou jurídica) com receita anual abaixo do limite legal pode ser tratado como não contribuinte, diminuindo custo de conformidade. E, para não “romper” a lógica do IVA na cadeia, surge um mecanismo crucial para o agro: crédito presumido na aquisição de bens de produtor rural não contribuinte (e hipóteses relacionadas ao produtor integrado). Em termos práticos, busca-se impedir que a simplificação de um elo inviabilize o crédito do elo seguinte, preservando formalidade e viabilidade comercial.

Outro elemento importante é o tratamento favorecido para insumos agropecuários e aquícolas, com previsão de redução de alíquotas em itens listados na legislação. Para um setor em que o insumo define a margem — e a margem define o investimento — essa calibragem é sinal de atenção à essencialidade e à competitividade do agro, sem abandonar a lógica do IVA.

Há, ainda, um ganho menos “popular”, mas decisivo: previsibilidade. O agronegócio vive de contratos de longo ciclo (barter, compra futura, exportação com janela, financiamento sazonal). Em ambiente de litígio e regras fragmentadas, a precificação vira aposta. Um sistema mais coeso tende a reduzir disputas típicas do modelo atual (competência, classificação e cumulatividade difusa) e melhora o planejamento econômico do setor.

É claro que há desafios reais — e eles não podem ser minimizados. O maior deles é a transição: parametrização de sistemas,

emissão documental, ajustes de cadastro, rotinas fiscais, controles de crédito e impactos no fluxo de caixa. Mas essa dificuldade não é argumento contra a reforma; é argumento a favor de tratá-la como projeto de implementação. Quem se preparar primeiro tende a capturar benefícios antes: revisão de contratos (cláusulas tributárias e repasses), governança de documentos fiscais, mapeamento de operações e estruturação do compliance para mitigar riscos e aproveitar créditos corretamente.

O ponto de chegada é simples: o Brasil já é potência produtiva. O que faltava era uma arquitetura tributária do consumo menos punitiva para quem produz e integra cadeias complexas. A Reforma Tributária abre a porta para reduzir custo oculto, aumentar neutralidade e dar previsibilidade. Para o agronegócio, isso pode significar mais do que ajuste fiscal: pode significar competitividade sistêmica.



## Visão do Direito

Luis Carlos Alcoforado  
AdvogadoRafael Cohen  
Advogado

# O Projeto de Lei da Misoginia

O prenúncio da aprovação do Projeto de Lei 896 de 2023, denominado de PL da misoginia, aprovado por unanimidade pelo Senado Federal, altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989 — que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor —, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia.

Segundo o projeto de lei, considera-se misoginia a conduta que “exteriorize ódio ou aversão às mulheres”, cujo contexto será aferível mediante análise do juiz caso a caso, considerando como discriminatória “qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da condição de mulher.”

Saliente-se tratar-se de ação penal pública incondicionada à representação da vítima, cujo processo poderá ser deflagrado até mesmo de ofício pela Autoridade Policial ou pelo representante do Ministério Público, desde que lhes sejam franqueados os elementos necessários à instauração do inquérito, ainda que por meio de terceiros.

O texto prevê uma pena de reclusão de 2 a 5 anos, além de multa, sendo o crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de concessão de graça, anistia ou indulto. Sabe-se que, nos termos do artigo 65 da Constituição Federal, o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

No caso, o projeto ainda aguarda deliberação da Câmara dos Deputados e, se for o caso, posterior sanção presidencial, desde que não seja emendado, ocasião em que deverá retornar à Casa iniciadora, no caso, o Senado da República.

Contudo, ainda que nessa fase preliminar, faz-se necessária uma análise analítica do texto já aprovado, vislumbrando a sua compatibilidade ou não com o texto constitucional e com as regras comuns que devem permear o salutar convívio em sociedade.

Pois bem. Registre-se, inicialmente, que todo o sistema normativo que tenha pretensão de proteger os direitos das minorias,

na acepção mais ampla, deve ser saudado e festejado como iniciativa para superar eventuais vazios legais existentes.

Nos últimos tempos, assiste-se a uma quantidade significativa de iniciativas legislativas com o objetivo de proteger a mulher, sempre descuidada, maltratada e desconsiderada na história brasileira, principalmente no que diz respeito aos direitos fundamentais ao voto e a ser votada, bem como no que tange ao malferimento à sua simples condição de gênero.

Como se sabe, custou-se a conferir à mulher a cidadania plena, sempre talhada pelo excesso de machismo que, na vida cultural, social e legal, infelizmente tende a subestimar o seu importante papel na sociedade.

A luta nunca se esgota, porque o viés autoritário de nossa formação cultural continua vivo, razão pela qual é benfazeja a iniciativa de ampliar a proteção às mulheres, máxime num contexto atual de ampliação da violência doméstica, oportunamente tratado na Lei Maria da Penha e do feminicídio, cuja aplicação tem sido feita com muito rigor, a despeito ainda dos crescentes números de ocorrência desses repugnantes comportamentos.

Por outro lado, contudo, a patrulha ideológica no Brasil tem prestado um desserviço em matéria de grandes debates sobre temas que importam verdadeiramente à sociedade, como busca de melhores marcos civilizatórios, porquanto se está sujeito a violentas incursões ideológicas e ataques quando se visa a aperfeiçoar o debate.

O clima de confrangimento gera uma inibição à expressão do pensamento, sob risco de enquadramento ideológico, pela

triste dicotomia de esquerda e direita, duas fontes — em seu extremo — de graves promiscuidades morais.

In casu, tratando-se a misoginia de norma penal em aberto — à qual a doutrina explícita como aqueles com conceitos bastante alargados e subjetivos —, sua incidência fica sujeita à valoração pelo juiz da causa e pelos aspectos puramente individualizados da conduta, a exigir uma avaliação bastante criteriosa acerca dos elementos tipicidade, culpabilidade, ilicitude, em face da gravidade e lesividade do ato — a par da sua reprovabilidade.

**“A patrulha ideológica no Brasil tem prestado um desserviço em matéria de grandes debates sobre temas que importam, verdadeiramente, à sociedade, como busca de melhores marcos civilizatórios”**

O livre convencimento motivado do juiz, portanto, deve servir de norte para aplicação da lei em toda sua extensão, verificada a justa causa da ação penal com uma cautela maior do que aquela prevista em delitos cujos elementos normativos descrevam com precisão a conduta criminosa.

Nesse contexto, embora ainda não exaurido o devido processo legislativo, e caso seja o entendimento do Parlamento, a lei precisa ser recepcionada com muita ponderação e prudência, pelos seus princípios e preceitos que apare-

temente entoam certas deformidades perigosas no campo de aplicação da lei pelo juiz da causa.

Há discussões sobre o risco de potencial mitigação da liberdade de expressão nas relações humanas, acaso conceitos vagos e indeterminados possam atrair a aplicação da lei penal, última ratio de incidência quando normas de outros ramos do direito não se mostrem capazes de proteger o bem jurídico tutelado.

Por outro lado, discursos de parlamentares fazem menção à possibilidade de reflexos da referida lei na esfera trabalhista,

sob o intuitivo receio de que empregadores tenham inibidas as relações de subordinação patrão/empregada, com riscos de incidência em um dos variados verbos do tipo penal de misoginia, por relações puramente profissionais e que exijam certo grau de liderança, sem prejuízo do respeito que, obviamente, deve permear tais vínculos celetistas ou estatutários.

A verdade é que legislações de proteção à mulher já existem, inclusive com as inovações trazidas pela lei 13.772/2018, que acrescentou a violação à intimidade da mulher como forma de se incursionar no campo de aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), ou da lei 14.550/2023, que ampliou as medidas protetivas de urgência para englobar a integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes, além da inserção da qualificadora do feminicídio, contida no Código Penal, bem como da recente alteração que sujeita o agressor à monitoração eletrônica durante aplicação de medida protetiva de urgência (Lei 15.125/2025).

Ademais, o Código Penal preconiza em seus artigos 138, 139 e 140 as figuras da calúnia, difamação e injúria, respectivamente, que igualmente trazem proteção a toda e qualquer pessoa vitimada — aí incluídas as mulheres — por tais delitos praticados contra a honra.

Em suma, ideias afirmativas sugeridas pela lei da misoginia são importantes, mas a sociedade precisa refletir mais para não se precipitar ao adotar decisões sem o necessário amadurecimento institucional.

Não se trata, pois, de revolucionar a relação entre homem e mulher, mas de compreender que não basta a lei desacompanhada de mudanças estruturais no campo da educação e dos bons costumes, à falta da tão sonhada pacificação nacional.

Em sendo o caso de aprovação da lei — competência reservada ao Congresso Nacional —, há de ser ela agasalhada com parcimônia, exigindo-se prudência quanto ao seu campo de aplicação, sempre com base nos princípios da razoabilidade e da racionalidade, sob pena de desvirtuamento de tão importante instituto, cujos desdobramentos não impliquem distanciamento das relações civilizadas e humanas entre as pessoas.

# CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 9 de abril de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

## 1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

## 2 IMÓVEIS ALUGUEL

## 3 VEÍCULOS

## 4 CASA & SERVIÇOS

## 5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

## 6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

### 1

#### IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

### 1.1 APARTHOTEL

#### CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

**PATROCINE UMA RETRANCA!!!**

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

**PREÇO ESPECIAL**

**ANUNCIE AQUI!**

ENTRE EM CONTATO CONOSCO  
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

**INVEST FLAT VENDE**  
FUSION HPLUS Expóress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

**INVEST FLAT VENDE**  
FUSION HPLUS Expóress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

### 1.2 APARTAMENTOS

#### ÁGUAS CLARAS

#### 1 QUARTO

**MEU IMÓVEL IMOB LUGAR CERTO** Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

### 1.2 ÁGUAS CLARAS

#### 2 QUARTOS

**MEU IMÓVEL IMOB**  
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

#### 3 QUARTOS

**MEU IMÓVEL IMOB**  
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

### ACHEI IMÓVEIS DF

**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

### ASA NORTE

#### QUITINETES

### CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

**PATROCINE UMA RETRANCA!!!**

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

**PREÇO ESPECIAL**

**ANUNCIE AQUI!**

ENTRE EM CONTATO CONOSCO  
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

**PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS** Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

### 1.2 ASA NORTE

#### 3 QUARTOS

**PLANO EMPREEND. 404 BLOCO 1** Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

#### 702/3 1 And Elev 3qts

2wc original 80m² 560 Mil 98121-2023 c8827

### ASA SUL

#### 4 OU MAIS QUARTOS

### J RIBEIRO VENDE

**112 COBERTURA** de luxo 411m2 4 qtos (3 su ctes) 3 vgs cj5211 3322-3443

#### \*\*PARTICULAR\*\*

**SQS 312**, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

### CRUZEIRO

#### 3 QUARTOS

### PLANO EMPREEND.

**QD 409** Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

### GUARÁ

#### 3 QUARTOS

### TRATO FEITO IMÓV

**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

### LAGO NORTE

#### 3 QUARTOS

### ACHEI IMÓVEIS DF

**CA 08** apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

### ACHEI IMÓVEIS DF

**CA 08** apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

### 1.2 NOROESTE

#### NOROESTE

#### 3 QUARTOS

**ACHEI IMÓVEIS DF**  
**SQNW 102** Ap 101m2 3 qts 2 vgas 98311-5595

#### 4 OU MAIS QUARTOS

**SQNW 110** canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

### NÚCLEO BANDEIRANTE

#### 2 QUARTOS

### RITA LANDIM

**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

### RIACHO FUNDO

#### 2 QUARTOS

**QS 25 RF II** Apto 59m2 2qts sl coz wc gar. cond R\$ 430,00 doc Ok, c/ todas as contas pagas, inclusive IPTU 2026 pago Quit. R\$140.000, à vista ou R\$ 150.000 financ (61) 98429-9615

### SAMAMBAIA

#### 2 QUARTOS

### TRATO FEITO IMÓV

**QN 412** Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

### SUDOESTE

#### QUITINETES

### NASCENTE / VISTA LIVRE

**QMSW 05** kit dividida mobiliada 2 vagas. Oport. 98111.1595 c4789

### NASCENTE / VISTA LIVRE

**QMSW 05** kit dividida mobiliada 2 vagas. Oport. 98111.1595 c4789

### 1.2 SUDOESTE

#### 2 QUARTOS

**INVEST FLAT VENDE**  
**105 APTO 6** and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

### REFORMADÍSSIMO

**QRSW 07** 2qts 62m2 vista livre nascente à vista 98181-4414 c12027

#### 3 QUARTOS

### ACHEI IMÓVEIS DF

**SQSW 500** Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

### TAGUATINGA

#### 2 QUARTOS

### ACHEI IMÓVEIS DF

**QSF 01** Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/99112-3991 c/19540

### 1.3 CASAS

### ÁGUAS CLARAS

#### 4 OU MAIS QUARTOS

### ACONTECE IMOBILIÁRIA

**QS 06** reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

### ÁGUAS LINDAS

#### 2 QUARTOS

**ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS GO** Vendo ágio de casa em condomínio fechado, c/ apenas 10 casas. R\$ 40 mil Aceito carro. Tr: 61 99226-4020

### CIDADE OCIDENTAL

#### 4 OU MAIS QUARTOS

### QDAC Alphaville Brasília.

Casa de alto padrão, 4 qtos, todos suítes com closet, 5 banheiros, 370m² de área construída em um terreno de esquina com 703 m², espaço de sobra para viver com conforto, privacidade e segurança. Tratar: Proprietário 61 99196-8360 / Corretor 61 98277-9767

### 1.3 CRUZEIRO

#### CRUZEIRO

#### 4 OU MAIS QUARTOS

**TRATO FEITO IMÓV**  
**QD 12** vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

### GAMA

#### 3 QUARTOS

### CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

**PATROCINE UMA RETRANCA!!!**

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

**PREÇO ESPECIAL**

**ANUNCIE AQUI!**

ENTRE EM CONTATO CONOSCO  
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

### MEU IMÓVEL IMOB

**PONTE ALTA** Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

### LAGO NORTE

#### 4 OU MAIS QUARTOS

### J RIBEIRO VENDE

**QL 16** 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

### NÚCLEO BANDEIRANTE

#### 3 QUARTOS

### RITA LANDIM VENDE

**3ª AV** Casa 245m² 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

### PARK WAY

#### 4 OU MAIS QUARTOS

### RITA LANDIM VENDE

**QD 01** casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

### 1.3 SOBRADINHO

#### SOBRADINHO

#### 4 OU MAIS QUARTOS

**PLANO EMPREEND.**  
**QD 10** Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

### TAGUATINGA

#### 3 QUARTOS

### CONVICTA IMÓVES VENDE

**QNL 18** casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

### CONVICTA IMÓVES VENDE

**QNL 18** casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

#### 4 OU MAIS QUARTOS

### RITA LANDIM VENDE

**COND PREMIUM** excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

### 1.4 LOJAS E SALAS

#### LOJAS

#### SUDOESTE

### TRATO FEITO IMÓV

**CCSW 02** Loja de esquina. Alugada. >tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

### VICENTE PIRES

### MEU IMÓVEL IMOB

**R 08** chác. 332 loja St Habitacion al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

### REGINA NEVES

CONSULTORA IMOBILIÁRIA  
CRECI 1935

OS MELHORES IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?

TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

### 1.4 ÁGUAS CLARAS

#### SALAS

#### ÁGUAS CLARAS

**PLANO EMPREEND.**  
**AV PAU BRASIL** sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

### ASA NORTE

#### SRTVN 701 C.E.Norte

duassalasjuntasreformadas phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

### ASA SUL

### ACONTECE IMOBILIÁRIA

**SHS QD 06** Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

### GAMA

#### VENDO SALAS

comerciais. Setor Central-Gama 99976-4334

### SUDOESTE

### INVEST FLAT

**LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!



# CHAMA NO ZAP!!

Agora ficou mais fácil anunciar.

Mais rapidez e eficiência na comunicação com nossa equipe!

Escaneie o QR CODE ao lado e fale agora mesmo com um dos nossos atendentes!



## CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

**TRATO FEITO IMÓV SAAN QD 02** Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

**J RIBEIRO VENDE SHTQ QD 04** Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHACARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

**VENDE-SE CHACARA 1 HECTARE** casa c/5 quartos, cs de caseiro, 2qts. churrasq. Entre Outlet e Alexânia. (61) 99439-3883

**VENDO OU TROCO** Sítio 20 hectares Agro-vila BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

OUTROS ESTADOS

**FAZENDA EM GOIÁS 200KM DISTANTE DE BRASÍLIA** 2.800 ha, aberta, dupla aptidão: Lavoura, Pecuária, bastante água. Boa Sede. Com muitas benfeitorias. ótimo preço! Excelente oportunidade. Tratar direto com o proprietário (61) 99978-1485

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

**J. RIBEIRO LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

**CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02** apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

**CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02** apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

**ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.BR** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!




Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

**CONVICTA IMÓVES LUGAR CERTO** Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

**ACONTECE IMOBILIÁRIA 101 BLOCO** | alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

**CONVICTA IMÓVES ALUGA QSF 05** casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CANDANGOLÂNDIA

**CONVICTA IMÓVES ALUGA QOF conj G** loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

2.4 GAMA

GAMA

**ALUGO PRÉDIO** comercial, de 6 pavimentos c/ elevador 99976-4334.

SALAS

ASA SUL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?  
**PATROCINE UMA RETRANCA!!**

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

**PREÇO ESPECIAL**

**ANUNCIE AQUI!**

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ALUGO SALA

**ED THE UNION** Em Frente à Leroy Merlin. Tr: (61) 99977-4191

**J RIBEIRO ALUGA SHLS 716** sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

**AUTOCRED Q3/20** Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

**AUTOCRED TIGGO/22** 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

CHEVROLET

**CELTA/08** Completo - Vendo ou Troco Tr: (61) 99969-9595

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

FORD

**AUTOCRED RANGER 20/21** XLT 3.2 20V 4x4 CD diesel aut. 99288-9231

# Disque-Denúncia

## Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

# 197

### Leilão APART-HOTEL Golden Tulip

FLAT 1040 Bl. "A", Conj. 1-B, Trecho 01, SHTN, área privativa 45,92m2

1º. Leilão: 28/04/2026 10h00 – Lance mínimo R\$ 586.300,00

2º. Leilão: 29/04/2026 10h00 – Lance mínimo R\$ 522.000,00

Exclusivamente ON-LINE – edital, fotos etc. [www.paulotolentino.com.br](http://www.paulotolentino.com.br)

Leiloeiro Paulo Henrique Tolentino, matrícula 19/JUCIS/DF

INTIMAÇÃO: fica, para todos os efeitos legais, intimada do(s) leilão(ões) Maria Helena Prill CPF 420.730.499-15

**3.2** JEEP

**3.2** CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

**AUTOCRED**

RENEGADE/17 Sport  
1.8 branco 4x2 Flex  
16V Autom. câmera de  
ré excel. 99288-9231

**5**

**NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES**

**5.1 Agricultura e Pecuária**

**5.2 Comunicados, Mensagens e Editais**

**5.3 Infomática**

**5.4 Oportunidades**

**5.5 Pontos Comerciais**

**5.6 Telecomunicações**

**5.7 Turismo e Lazer**

**5.2** COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

**CONVOCAÇÕES**

A CVT CONSTRUTORA inscrita no CNPJ 05.993.595/0001-47, convoca o seu colaborador Lucimar Gonçães Siqueira, Matrícula 020228, a comparecer na sede da empresa localizada na Av Das Araucárias 305 sala 205 A Maggiore Shopping, Aguas Claras DF Cep 71.936-250. Até a data do dia 10/04/2026 ate s 18:00 horas, sobre o risco de ser demitido por abandono de emprego.

**CONVOCAMOS**

OCOLABORADOR, Andre Luis Sepulveda dos Santos, favor comparecer no prazo de 48 horas, de 2ª a 6ª no horário das 07h às 15h no RH - Gente e Gestão Hospital Santa Helena - SHLN 516, conjunto D - Asa Norte, CEP: 70.297-400 Brasília - DF CNPJ: 06.047.087/0045-50, para ciência e providências necessárias para a manutenção da relação existente entre o convocado e a empresa convocante.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÕES**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico n. 90036/2026

OBJETO: Fornecimento de material bibliográfico importado, essencialmente livros em formato impresso, editados e publicados por editoras estrangeiras diversas, novos e para primeiro uso, pelo período de 12 (doze) meses.

DATA DA ABERTURA: 23/04/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE  
Pregoeiro

**5.2** CONVOCAÇÕES

**CONVOCAMOS**

A COLABORADORA, Sara da Silva Brito, favor comparecer no prazo de 48 horas, de 2ª a 6ª no horário das 07h às 15h no RH - Gente e Gestão Hospital Santa Helena - SHLN 516, conjunto D - Asa Norte, CEP: 70.297-400 Brasília - DF CNPJ: 06.047.087/0045-50, para ciência e providências necessárias para a manutenção da relação existente entre o convocado e a empresa convocante.

**TEGIL TERRITORIAL**

Guriri Ltda, CNPJ n 27.542.463/0001-31, CONVOCA os promitentes compradores de lotes negociados entre 1979 e 1990 do Loteamento Bosque da Praia - Guriri, São Mateus/ES (quadras 01 a 138), cujos lotes permanecem registrados em nome da loteadora, para que, no prazo de 30 dias, façam contato para comprovar eventual quitação e promover a regularização imobiliária. Por não constar quitação dos contratos destes lotes ainda registrados em nome da empresa, e não haver exercício de posse sobre os imóveis há mais de 40 anos, os contratos são considerados rescindidos por inadimplemento, sendo esta a última convocação realizada por liberalidade e boa-fé, para possibilitar a apresentação de prova de pagamento. Contato: (19)99395-4007, tegilterritorial@gmail.com

**RECADOS**

**HOMEM PROCURA**

MULHERES ACIMA de 40 anos p/ relacionamento sério e casamento (61) 9 94555814.

**5.4 OPORTUNIDADES**

**CRÉDITO**

**DINHEIRO E FINANÇAS**

**DINHEIRO NA HORA**

**DINHEIRO NA HORA** para funcionário público em geral com cheque, desc. em folha, déb. em conta sem consulta spc/serasa. Tel: 4101-6727 98449-3461

**5.5** CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

**5.5** PONTOS COMERCIAIS

**CIDADES SATÉLITES E ENTORNO**

**VENDE-SE REDE DE SUPERMERCADOS**

09 LOJAS - Em Quatro Cidades de Goiás, entorno de BSB, 11 anos de operação consolidada; faturamento \$ 190 milhões/ano. Tratar fone whatsapp 61 99885-5017

**5.7** TURISMO E LAZER

**OUTROS**

**ACOMPANHANTE**

**RENATO ATIVÃO**

**MACHAO, SERIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963**

**LIA LOIRA**

**RAINHA DO ORAL** e Babadinho - Sudoeste 61 98146-7312

**MASSAGEM RELAX**

**AS+TOPS DAS GALÁXIAS**

**AS 20 TODAS** lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

**MASSAGISTA** preciso c/ s/ exp ótimos ganhos Asa S (61)98225-6648

**PRECISA-SE**

**MASSAGISTAS** p/ Massagem sensual. >timos ganhos 61 98184-6503

**6**

**TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**6.1 Oferta de Emprego**

**6.2 Procura por Emprego**

**6.3 Ensino e Treinamento**

**6.1** OFERTA DE EMPREGO

**NÍVEL BÁSICO**

**CONTRATA - SE**

**AUXILIAR DE COZINHA** Com experiência. Terça a domingo; manhã e tarde. Interessados entre em contato: 61 98190-6312 Soró

**CASEIRO PARA** Serviços Gerais, p/morar. Casal 99976-4334 / 99903-0605

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**caesb** COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

**AVISO AOS ACIONISTAS**

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB COMUNICA aos Acionistas que se encontra à disposição, na sede Social da Companhia, localizada na Av. Sibipiruma, lotes 13, 15, 17, 19 e 21 - Águas Claras, nesta Capital, e no Processo SEI/GDF Nº 00092-00000137/2026-20, a documentação relativa ao exercício de 2025, de que trata os artigos 132 e 133 (assembleias gerais de Acionistas) da Lei nº 6.404/76 e outros.

A CAESB torna público ainda, a partir desta data, a abertura de prazo para os Acionistas exercerem o direito de preferência na subscrição de ações ordinárias nominativas, nos termos do art. 171, da Lei 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, em virtude da deliberação sobre o aumento do Capital Social da Companhia/2025 estar contemplada na Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária, prevista para ocorrer às 14 horas do dia 29/04/2026, em sua Sede Social.

**LUIS ANTÔNIO ALMEIDA REIS** - Presidente

**6.1** NÍVEL BÁSICO

**CASA DA MERENDA**

**CONTRATA**

**COPEIRO / AUXILIAR DE COZINHA/** Serviços Gerais/ Doceiro(a) CV: rhdondurica@gmail.com

**MASSAGISTA** preciso c/ s/ exp ótimos ganhos Asa S (61)98225-6648

**MONTADOR MÓVEIS/** Motorista com experiência. CV: solevitacontrata@gmail.com

**CONTRATA - SE**

**AUXILIAR DE COZINHA** Com experiência. Terça a domingo; manhã e tarde. Interessados entre em contato: 61 98190-6312 Soró

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

**REALTYNG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 20.519.872/0001-78, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 49, da Lei 6.766, de 19/12/1979, pelo presente EDITAL, notifica o Sr. Wesley Silva de Abreu (CPF nº 000.958.961-98) e sua esposa Sra. Veridiana Santos do Nascimento (CPF nº 716.111.001-78), adquirente do Lote 34, Quadra 230, Conjunto EH-05, Núcleo Habitacional Novo Gama - Plano de Expansão, Novo Gama - GO, por meio do contrato firmado em 01/11/2012, para efetuar o pagamento das prestações em atraso, vencidas no período de 01/01/2014 a 01/11/2020, perfazendo, nesta data, um débito no valor de R\$ 62.266,34 (sessenta e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos). Para tanto, deverão entrar em contato com a nossa Superintendência de Operações, situada na Rua da Bahia, nº 1.004, 14º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP: 30160-011, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 às 17:00 horas, com a Sra. Márcia Moraes ou com o Sr. Edmar Alecrim pelos seguintes e-mails: [marcia@economisa.com.br](mailto:marcia@economisa.com.br) e [edmar@economisa.com.br](mailto:edmar@economisa.com.br) respectivamente ou pelo telefone (31) 3519-7700, num prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital.

**TJDFT** PODER JUDICIÁRIO DA UNIAO TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS

**4ª Vara de Família de Brasília**

SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, - Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-906

Telefones: (61) 3103-1826 e (61) 3103-1831; E-mail: [4vfamilia.bsb@tjdf.jus.br](mailto:4vfamilia.bsb@tjdf.jus.br); Horário de atendimento: 12h às 19h

**EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS**

NÚMERO DO PROCESSO: 0816694-20.2025.8.07.0016  
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)  
REQUERENTE: MARIAANTONIA FERRAZ ZELENOVSKY  
REQUERIDO: RICARDO ZELENOVSKY

O DR. ANDRÉ FERREIRA DE BRITO, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0816694-20.2025.8.07.0016, ajuizada por REQUERENTE: MARIA ANTONIA FERRAZ ZELENOVSKY, foi DECRETADA, mediante sentença transitada em julgado, a INTERDIÇÃO PLENA de RICARDO ZELENOVSKY (CPF: 469.675.247-04), por ser portador(a) de sequelas neurológicas graves decorrentes de hemorragia subaracnóidea aneurismática, e ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): MARIA ANTONIA FERRAZ ZELENOVSKY (CPF: 015.849.398-26), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 30 de março de 2026, 16:30:20.

**MARTA SILVA BALIEIRO**  
Diretora de Secretaria

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**GDF**

**6.1** NÍVEL MÉDIO

**DOMÉSTICA PRECISA-SE** Que saiba cozinhar, paga-se bem! Seg. à sexta. Marcar entrevista: Tr: 99209-6696 (whatsApp)

**CONTRATA-SE**

**FRENTISTA** e Chefe de Pista p/ região da Candangolândia-DF e Asa Sul. Enviar CV Email: [cv.rhposto@gmail.com](mailto:cv.rhposto@gmail.com)

**PRECISA-SE**

**MASSAGISTAS** p/ Massagem sensual. >timos ganhos 61 98184-6503

**INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**GOVERNO DO BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 90.108/2026 - UASG 512006**

Nº Processo: 35014.258700/2024-01. Objeto: Aquisição de equipamentos No-Breaks UPS (Uninterruptible Power Supply), por meio de Registro de Preços, incluindo serviço de instalação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Edital, a partir de 09/04/2026, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: SAS Quadra 02 Bloco "O" Sala 405, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/pncp/pt-br> ou <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Entrega das Propostas: a partir de 09/04/2026 às 09h00 no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Abertura das Propostas: 24/04/2026, às 10h00, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**MANUELLA ANDRADE P. DE S. SILVA**  
Diretora de Orçamento, Finanças e Logística

**SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS DO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO DO ENTORNO- SINTECT/DF**

**CNPJ: 03.656.949.0001-32**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM CORREIOS E TELÉGRAFOS, EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO POSTAL, TELEGRÁFICA E ELETRÔNICA, ENTREGA DE DOCUMENTOS, MALOTES E ENCOMENDAS DO DISTRITO FEDERAL E REGIÃO DO ENTORNO - SINTECT/DF, CNPJ nº 03.656.949/0001-32, neste ato representado, conforme previsões estatutárias, pela sua presidenta Amanda Gomes Corcino, bem como a comissão eleitoral regularmente constituída para conduzir e coordenar o processo eleitoral SINTECT/DF 2026/2030, neste ato representada pelo seu presidente, Douglas de Almeida Cunha, convoca todos os filiados em dia com suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se em 14/04/2026, em frente ao Edifício Sede dos Correios, SBN QD 01 Bloco A, Brasília/DF, às 19h00 em primeira convocação (com quórum estatutário) e às 19h e 30 min em segunda convocação (com qualquer número de presentes). A Assembleia supramencionada tratará exclusivamente da seguinte Pauta: Ratificação dos membros da chapa única "União, Resistência e Luta para Conquistar", para o mandato 2026/2030. A convocação fundamenta-se no Estatuto Social vigente (art. 77, §2º).

Brasília/DF, 09 de abril de 2026.

**Amanda Gomes Corcino**  
Presidenta do SINTECT/DF  
e Douglas de Almeida Cunha  
Presidente da Comissão Eleitoral.

**GOVERNO DO BRASIL**  
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 90006/2026 - UASG 323028**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de editor de mídia audiovisual e operadores de mídia audiovisual, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e de serviços de manutenção de equipamentos de áudio e vídeo, pelo período de 24 (vinte e quatro meses), prorrogáveis até o limite de 10 de anos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. A abertura da sessão será às 10:00, do dia 27/04/2026, no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, UASG: 323028. O Edital poderá ser retirado nos sítios <https://www.gov.br/compras/> e <https://www.gov.br/aneel/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes>.

**ANDERSON VIERA MARTINS**  
Gerente de Licitações e Controle de Contratos e Convênios

# SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Braziliense**.

**Pequenos anúncios**  
(61) 3342-1000 opção 05 ou  
(61) 3214-1215

**Editais, Avisos e Comunicados**  
(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

**Whatsapp**  
61 98167-9999

**E-mail:**  
classificados.df@cbnet.com.br

**Endereço:**  
Sig QD 02 Bl 02 lote 340  
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções

 @classificadoscb

 @classificadoscb

**CLASSIFICADOS**  
CORREIO BRAZILIENSE